

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO E ANÁLISE DE
POLÍTICAS PÚBLICAS**

**O PAPEL DO JOVEM NA AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO
SEPÉ TIARAJÚ - SP**

MILTON MARCONDES TEIXEIRA JÚNIOR

Franca – SP

2019

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO E ANÁLISE DE
POLÍTICAS PÚBLICAS**

**O PAPEL DO JOVEM NA AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO
SEPÉ TIARAJÚ – SP**

MILTON MARCONDES TEIXEIRA JÚNIOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Franca, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, sob a orientação da Profa. Dra. Regina Aparecida Leite de Camargo

Franca – SP

2019

**O PAPEL DO JOVEM NA AGRICULTURA FAMILIAR NO ASSENTAMENTO
SEPÉ TIARAJÚ – SP**

MILTON MARCONDES TEIXEIRA JÚNIOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Franca, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, sob a orientação da Profa. Dra. Regina Aparecida Leite de Camargo

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Profa. Dra. Regina Aparecida Leite de Camargo

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus Jaboticabal/SP

Membro Titular: Profa. Dra. Vanilde Ferreira de Souza Esquerdo

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP – Campinas/SP

Membro Titular: Profa. Dra. Hilda Maria Gonçalves da Silva

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus Franca/SP

Local: Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

UNESP – Campus de Franca.

AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus por me conceder sabedoria para aproveitar esta oportunidade;

Aos meus pais (in memoriam), irmãs e sobrinhos que tanto investiram e me apoiaram na luta
por alcançar esta oportunidade;

A minha esposa Polyana e a minha filha Laura por me incentivarem a realizar este sonho;

A minha orientadora Regina por me acompanhar na pesquisa, me orientar e me dar forças em
todos os momentos que precisei diante de tantas lutas e perdas nesse processo do mestrado;

Aos meus colegas de classe do Mestrado, em especial a Bruna, Pedro Reato, Eduardo,
Fernanda, Daniela, Larissa e Eli;

Aos jovens do Assentamento Sepé Tiarajú e seus familiares, em especial o Miqueias, meu
aluno que me deu a chance de conhecer o assentamento e realizar a pesquisa;

As minhas amigas Carol, Jordana e Maisa que me deram conhecimento e apoio na pesquisa.

EPIGRAFE

*“Depois que eu conheci o Sepé,
depois que eu vi que a juventude sonha,
depois que eu vi como se planta,
depois que eu vi que a terra é boa,
só agora que eu fui perceber:
cidade pra que? Cidade pra que?
prefiro estar no campo, mas sei que eu vou colher.”*

(Música criada pela Juventude do Grupo CAJUS como grito de guerra, 2017)

RESUMO

O assentamento Sepé Tiarajú é resultante de uma ocupação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). As famílias assentadas, em sua maioria, possuem filhos jovens entre quinze e vinte e quatro anos. Há no assentamento em torno de oitenta jovens, doze deles formaram um grupo chamado Coletivo Agroecológico da Juventude do Sepé (CAJUS) e ao observa-los, surgiu a necessidade de compreender o papel desses jovens na continuidade do assentamento, sua participação nas atividades do lote e a influência de programas de políticas públicas para agricultura familiar na sua permanência no assentamento, incluindo o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Foi realizada uma pesquisa participante, em conjunto com observação, anotações em diário de campo e questionários semiestruturados para obtenção das respostas acerca do perfil do jovem assentado, o interesse em ficar no assentamento e o acesso às políticas públicas existentes para o jovem no meio rural. Estes instrumentos de coleta de dados foram utilizados nas reuniões do Grupo CAJUS, visitas individuais nas casas dos jovens, e para conhecer os pais e os dirigentes das cooperativas e associação do assentamento. Após conhecer o perfil desse jovem e verificar o acesso ou não à programas de políticas públicas direcionados à permanência deste no meio rural, a pesquisa se voltou para a análise das ações conjuntas do Grupo CAJUS, como a criação de um Sistema Agroflorestal (SAF), como alternativa econômica alinhada com os objetivos do Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural, e também a análise dos conflitos entre os integrantes do Grupo.

Palavras-chave: Juventude rural. Pesquisa participante. Políticas públicas.

ABSTRACT

The Sepé Tiarajú settlement is the result of an occupation organized by the Landless Rural Workers Movement (MST). Most of the settled families have young children between the ages of fifteen and twenty-four. There are about eighty young people in the settlement area, and twelve of them formed a group called Agroecological Youth Collective of Sepé (CAJUS). The observation of the group aroused the need to understand the role of these young people in the continuity of the settlement, their participation in the activities of the lot and the influence of public policy programs for family agriculture in their permanence in the settlement, including the National Youth and Rural Succession Plan. A participant research, together with observation, field diary annotations and semi-structured questionnaires were carried out to obtain the answers about the profile of the settled youth, their interest in staying in the settlement and their access to the existing public policies for young people in rural areas. These data collection instruments were used in the meetings of the CAJUS Group, individual visits in the homes of the young people, and to get to know the parents and the leaders of the cooperatives and association of the settlement. After knowing the profile of this youth and verifying the access or not to the programs of public policies directed to their permanence in the rural areas, the research turned to the analysis of the joint actions of the CAJUS Group. These actions encompassed the creation of an Agroforestry System (SAF) as an economic alternative aligned with the objectives of the National Youth and Rural Succession Plan. The conflicts among the members of the CAJUS Group were also analysed.

Keywords: Rural youth. Participant research. Public policies.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Corte nos Investimentos para Políticas públicas para o meio rural.....	47
Tabela 2 – Faixa Etária jovens pertencentes ao Grupo CAJUS.....	51
Tabela 3 – Formação da juventude do Grupo CAJUS.....	52
Tabela 4 – Jovens do Grupo CAJUS que possuem Carro.....	52
Tabela 5 – Jovens do Grupo CAJUS que possuem Celular.....	53
Tabela 6 – Jovens do Grupo CAJUS que possuem Bicicleta	53
Tabela 7 – Jovens do Grupo CAJUS que possuem Moto.....	53
Tabela 8 – Jovens do Grupo CAJUS que possuem Acesso a Internet.....	53
Tabela 9 – Jovens do Grupo CAJUS que possuem Acesso as Redes Sociais.....	54
Tabela 10 – Jovens do Grupo CAJUS que praticam esportes.....	54
Tabela 11 – Esportes praticados pelos jovens do Grupo CAJUS.....	54
Tabela 12 – Jovens do Grupo CAJUS que possuem a pratica do lazer.....	55
Tabela 13 – Preferencia de lazer dos jovens do Grupo CAJUS.....	55
Tabela 14 – Tempo de residência dos jovens do Grupo CAJUS no Assentamento.....	55
Tabela 15 – O que o jovem do Grupo CAJUS mais gosta no assentamento.....	57
Tabela 16 – O que o jovem do Grupo CAJUS mais gosta na cidade.....	57
Tabela 17 – Atividades da Agricultura Familiar que o jovem no Grupo CAJUS mais gosta no lote	58
Tabela 18 – Atividades da Agricultura Familiar que o jovem do Grupo CAJUS menos gosta no lote	58
Tabela 19 – Culturas que produzem nos lotes	59
Tabela 20 – Dificuldades nas atividades da agricultura familiar nos lotes.....	59
Tabela 21 – Realização de atividades fora do lote pelos jovens do Grupo CAJUS.....	59
Tabela 22 – Idade de início nas atividades do lote.....	60
Tabela 23 – Quem ensinou o jovem a praticar as atividades do lote.....	60
Tabela 24 – O que o assentamento falta para ser melhor?.....	61
Tabela 25 – Como o assentamento poderia melhorar?.....	61
Tabela 26 – O que fez você entrar no Grupo CAJUS?.....	62
Tabela 27 – Dificuldades do Grupo CAJUS em sua formação.....	62
Tabela 28 – Visão sobre o Grupo CAJUS.....	82

Tabela 29 – Conflitos do Grupo CAJUS.....	82
Tabela 30 – Intermédio dos Conflitos.....	82
Tabela 31 – Dificuldades do Grupo CAJUS após as ações.....	85
Tabela 32 – Objetivos alcançados pelo Grupo CAJUS.....	86

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa dos núcleos do Assentamento. Fonte Incra (2005)	16
Figura 2 – Grupo CAJUS em uma de suas reuniões. Acervo do Grupo CAJUS.....	67
Figura 3 – Grupo CAJUS no CineSepé. Fonte Acervo do Grupo CAJUS.....	67
Figura 4 – Mutirão – Vivência e Prática. Fonte Acervo do Grupo CAJUS.....	70
Figura 5 – Mutirão – Teoria. Fonte Acervo do Grupo CAJUS.....	70
Figura 6 – Visita de intercâmbio na Fazenda São Luiz em São Joaquim da Barra.....	71
Fonte Acervo do Grupo CAJUS	
Figura 7 – Feira em Ribeirão Preto – I. Fonte Acervo do Grupo CAJUS.....	71
Figura 8 – Feira em Ribeirão Preto – II. Fonte Acervo do Grupo CAJUS.....	72
Figura 9 – Feira do Produtor Rural em Serra Azul. Fonte Acervo do Grupo CAJUS.....	73
Figura 10 – Primeiro Encontro do Curso Profissionalizante em Agroecologia.....	74
Fonte Acervo do Grupo CAJUS	
Figura 11 – Segundo Encontro do Curso Profissionalizante em Agroecologia.....	75
Fonte Acervo do Grupo CAJUS	
Figura 12 - Terceiro Encontro do Curso Profissionalizante em Agroecologia.....	76
Fonte Acervo do Grupo CAJUS	
Figura 13 – Quarto Encontro do Curso Profissionalizante em Agroecologia.....	77
Fonte Acervo do Grupo CAJUS	
Figura 14 – Logomarca do Grupo CAJUS. Fonte Acervo Grupo CAJUS.....	116

ABREVIACÕES E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAJUS	Coletivo Agroecológico da Juventude do Sepé
CCDRU	Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CEFFAs	Centro de Formação por Alternância
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
CMDCA	Conselho Municipal da Criança e do Adolescente
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONCRAB	Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONJUVE	Conselho Nacional da Juventude
CONTRAF	Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil
COOPERAF	Programa Nacional de Cooperativismo e Associativismo da Agricultura Familiar
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
GESAC	Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada
ITESP	Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LGBT	Movimento de Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e Transgêneros

LTDA.	Empresa Limitada
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MPE	Ministério Público Estadual
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NEDTEs	Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDS	Programa de Desenvolvimento Sustentável
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PROINF	Programa de Apoio a Infraestrutura nos Territórios Rurais
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REAF	Reunião Especializada da Agricultura Familiar
SAF	Sistema Agroflorestal
SCA	Sistema Cooperativista dos Assentados
SEAD	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SNJ	Seminário Nacional da Juventude
SEST	Serviço Social do Transporte
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I – O ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJÚ.....	9
1.1 – A importância da Reforma Agrária no Estado de São Paulo.....	9
1.2 – O surgimento do assentamento Sepé Tiarajú.....	14
1.3 – A atividade econômica e as políticas públicas no assentamento Sepé Tiarajú.....	19
PARTE II – A JUVENTUDE RURAL: DESAFIOS E CENÁRIOS DE VIDA.....	27
2.1 – Reflexão sobre a definição de juventude e as políticas públicas para a juventude	27
2.2 – A juventude rural e seus desafios.....	31
2.3 – O jovem rural em relação ao meio urbano.....	34
2.4 – As políticas públicas para a juventude rural.....	37
2.5 – O Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural: 2016 a 2019.....	40
PARTE III – A FORMAÇÃO DO GRUPO COLETIVO DA AGROECOLOGIA DA	49
JUVENTUDE DO SEPÉ (CAJUS)	
3.1 - O perfil do jovem pertencente ao Grupo CAJUS.....	51
3.2 - A Participação do jovem na Agricultura Familiar e acesso as políticas públicas...	56
PARTE IV – AS AÇÕES DO GRUPO COLETIVO DA AGROECOLOGIA DA	63
JUVENTUDE DO SEPÉ (CAJUS)	
4.1 - Ações realizadas pelo Grupo CAJUS e a Agroecologia.....	66
4.2 – Formação Profissionalizante em Agroecologia.....	73
4.3 – Análise Final do Grupo CAJUS: sucessão, conflitos e políticas públicas.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95
APÊNDICES.....	102

INTRODUÇÃO

O assentamento Sepé Tiarajú é resultante de uma ocupação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 17 de abril do ano de 2000, na fazenda Santa Clara, terras antigas da Usina Nova União. Está localizado na zona rural dos municípios de Serra Azul e Serrana, no interior do estado de São Paulo. O mesmo foi criado com oitenta famílias, totalizando em torno de quatrocentos assentados.

A atividade econômica do assentamento baseia-se no cultivo e comércio de verduras, legumes e frutas; sendo esta atividade econômica formatada em duas bases de trabalho familiar: primeiro, a agricultura responsável pelas atividades desenvolvidas nos lotes individuais, onde os assentados trabalham em seu próprio plantio; segundo, as atividades conjuntas desenvolvidas nas áreas coletivas do assentamento. O assentamento pode ser considerado um exemplo da multifuncionalidade da agricultura, onde é feito um trabalho produtivo e ambiental, por meio do plantio e colheita de produtos orgânicos e o uso de insumos naturais.

As famílias assentadas, em sua maioria, possuem filhos jovens entre quinze e vinte e quatro anos. Há no assentamento em torno de oitenta jovens, e doze deles formaram um grupo chamado Coletivo Agroecológico da Juventude do Sepé (CAJUS). Ao observá-los surgiu a necessidade de compreender o papel desses jovens na continuidade do assentamento, sua participação nas atividades do lote e a influência de programas de políticas públicas para agricultura familiar na sua permanência no assentamento, incluindo o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural.

Assim como o jovem urbano é atendido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e com acesso mais amplo as políticas voltadas para esse público, o jovem rural também possui os mesmos direitos, a ponto de ter sido criado o Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural em 2016. O que os difere é o acesso às tais políticas públicas e o desenvolvimento econômico e social, levando em consideração a dificuldade que o jovem rural tem em acessar os programas pela falta de recursos e assessoria técnica.

Outro ponto destacado é a relação campo-cidade que leva os jovens do meio rural para os centros urbanos em busca de oportunidades, devido à dificuldade no acesso às políticas públicas, criando assim uma lacuna maior entre sonho, realidade e futuro e gerando outro ponto de conflito: a sucessão rural. A proximidade com o urbano tem crescido e criado um espaço social novo, homogeneizando o jovem rural com o jovem urbano.

Abramovay (1998) argumenta que a questão sucessória no campo está articulada em torno da figura paterna, que determina o momento e a forma da passagem das responsabilidades

sobre a gestão para a próxima geração. Após um estudo feito em uma comunidade rural de Santa Catarina, Abramovay concluiu que os jovens estavam ainda inibidos em relação a sucessão rural devido tanto a conflitos de relacionamento com o pai e as diferenças no modo de pensar das diferentes gerações, como por problemas econômicos, políticos e sociais. Segundo Abramovay (1998), o fortalecimento e a articulação de políticas públicas para o meio rural solucionarão as questões ligadas a sucessão rural, uma vez que podem viabilizar o modo produtivo da agricultura familiar.

O assentamento Sepé Tiarajú, por ser um assentamento as margens de uma rodovia, muito próximo dos municípios de Serrana e Serra Azul, além do município de Ribeirão Preto, polo industrial e rico nas áreas de ensino e comércio, proporciona uma interação com o meio urbano que tem feito o jovem experimentar e criar uma relação de dependência com a cidade. Pôde-se observar isso por meio dos jovens do Grupo CAJUS que necessitam estudar o ensino médio em Serra Azul, pois a escola do assentamento oferece apenas o ensino fundamental. Caso o jovem queira continuar seus estudos e buscar o ensino técnico e superior, terá que se deslocar até Ribeirão Preto, iniciando uma nova etapa, entrando em contato com o meio urbano e todas as visões e concepções de vida que ele oferece, além de novas tecnologias, mudando seu cotidiano e criando relações interpessoais com novos grupos de pessoas, o que desperta neste jovem novas expectativas de vida.

Os fundadores do assentamento Sepé Tiarajú, que na sua maioria são os pais dos atuais jovens do assentamento, demonstram preocupação e dúvidas em relação ao interesse dos jovens pela agricultura familiar. Dentre as preocupações citaram a baixa participação dos jovens nas assembleias e reuniões das três cooperativas e uma associação existentes no assentamento, nas decisões que estão sendo tomadas e possíveis mudanças nas formas de trabalho. Outra preocupação da pesquisa foi conhecer os programas de políticas públicas que protegem o meio rural em que vivem os jovens, o despertar para a possibilidade de novos projetos e uso desses programas para financiá-los, bem como as questões ligadas à sustentabilidade do assentamento por meio do trabalho, questões ambientais e a chamada sucessão na luta pela terra. Essa preocupação se deu devido a este processo de crescente aproximação com o urbano e o fato de os jovens conhecerem as novas tecnologias e terem novos grupos de relacionamento e amigos no meio urbano.

Esse conjunto de questões justificou a aproximação com o Grupo CAJUS e a necessidade de investigar o papel do jovem na agricultura familiar no Assentamento Sepé Tiarajú. A pesquisa e a vivência com o Grupo geraram dados interessantes sobre seu perfil, suas vontades, sua articulação com a agricultura familiar e as atividades coletivas do

assentamento, o conhecimento e uso das políticas públicas existentes para o meio rural e ainda, as intervenções necessárias para o desenvolvimento do assentamento por meio dos programas governamentais existentes. A agricultura familiar tem sido alvo de inúmeras pesquisas devido à grande necessidade de participação e transformação de grupos, famílias, e da sociedade rural como um todo.

Após a realização da pesquisa, as respostas encontradas ajudaram os jovens do Grupo CAJUS a se conhecerem, entenderem seus objetivos, seus conflitos, e o desenvolvimento da agricultura familiar por meio de sistemas agroflorestais (SAFs). A pesquisa soma-se a outros estudos sobre juventude rural assentada, explorando a intenção ou não do jovem em permanecer no assentamento e suceder os pais no lote, bem como a sua participação em programas de políticas públicas e o acesso à terra por outros meios, como o arrendamento.

A pesquisa é uma contribuição teórica e empírica para as experiências e estudos no Assentamento Sepé Tiarajú, bem como de outros assentamentos, comunidades rurais, quilombolas e indígenas e também para pesquisadores na área de políticas públicas e assuntos correlatos ao estudo do meio rural. A utilização do referencial de observação, o uso do diário de campo, da pesquisa participante e dos questionários semiestruturados, contribuíram para o conhecimento sobre a sucessão rural, o papel do jovem na agricultura familiar e a possibilidade de intervenção nessa realidade por meio das políticas públicas.

O tema central da pesquisa parte da hipótese de que existe uma perda da identidade do jovem, o que compromete o processo de sucessão rural, sobretudo, devido ao êxodo rural e a não efetivação dos planos e programas existentes ao meio rural, seja por falta de conhecimento da existência dos mesmos, seja por falta de assessoria técnica ou simplesmente porque algumas políticas públicas, tais como o Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural, não saíram do papel. Isso nos permite questionar: que identidade o jovem estabelece em relação ao assentamento? Partindo da hipótese acima, a pesquisa buscou compreender o papel do jovem na continuidade do assentamento, sua participação nas atividades do lote e a influência de programas de políticas públicas para agricultura familiar na sua permanência no meio rural.

A metodologia utilizada foi a pesquisa participante em conjunto com observação, diário de campo e questionários semiestruturados, obtendo respostas acerca do perfil do jovem assentado, história e dados do assentamento, o acesso as políticas públicas existentes para o jovem no meio rural, e ainda a criação e as atividades do Grupo CAJUS. Estes instrumentos de coleta de dados foram utilizados nas reuniões do grupo de jovens, visitas às suas residências, visita na cooperativa e associação do assentamento, em paralelo com a análise dos dados relevantes da reforma agrária no estado de São Paulo e as políticas públicas para a juventude

rural, compreendendo assim o papel do jovem na agricultura familiar e as questões da sucessão rural e ainda, a autonomia deste jovem assentado. Segundo Chagas (2000), construir um bom questionário não depende somente de conhecimento e técnicas, mas sim da experiência do pesquisador, seguindo um método de elaboração, identificando as etapas básicas envolvidas na construção de um instrumento eficaz.

A pesquisa no assentamento Sepé Tiarajú teve início junto aos jovens assentados após um período observando-os, na tentativa de conhece-los melhor, suas relações com o meio rural e seu papel na agricultura familiar. Essa pesquisa teve a aprovação do Comitê de Ética da Plataforma Brasil¹, sendo parametrizada nos padrões do comitê para prosseguir.

Haguete (1987) faz uma análise sobre a importância do sujeito pesquisado participar ativamente do processo de pesquisa, levando em consideração a investigação, educação e ação que a práxis deste processo participante estimula.

Brandão (2007), conforme abaixo, deixa claro a riqueza da observação participante e a vivência com o sujeito pesquisado:

Dentro disso, o meu primeiro trabalho se concentra mais numa observação participante. Participante num duplo sentido. Em primeiro lugar, porque se faz estando pessoalmente no lugar e observando e compreendendo aquilo que está acontecendo, por participar da vida cotidiana das pessoas. Eu quero me meter nos bares, dentro da casa, nas manhãs da vida das pessoas, nos lugares de igreja e principalmente nos lugares de trabalho. Quero estar ali vendo o que está acontecendo. E participar em um seguinte sentido também: de que eu me envolvo pessoalmente com o próprio trabalho quando posso. Há momentos em que eu participo de um mutirão, trabalho num mutirão com as pessoas. Não para sentir, não para que as pessoas me sintam como alguém deles, mas que para esse participar faça com que eu me identifique mais de perto como uma pessoa não deles, mas mais próxima deles, daqueles lavradores que eu pesquiso. Esse é o momento em que eu vejo as coisas acontecendo e anoto. Eu tenho uma caderneta de campo e, atento a esses acontecimentos, eu anoto. (BRANDÃO, 2007, p.14)

As informações obtidas acerca dos fatos históricos sobre o assentamento foram colhidas através da participação nas reuniões do grupo de jovens e por meio das visitas aos pais dos jovens em suas casas, a ser relatado posteriormente no decorrer da dissertação. O pesquisador interagiu diretamente com o sujeito pesquisado nas reuniões dos jovens assentados que aconteciam uma vez na semana, geralmente às quintas-feiras às dezenove horas, na área comum do assentamento, denominada por eles de “Sitinho”.

Segundo Demo (1981), a pesquisa participante possibilita uma intervenção social sem perder a realidade do grupo pesquisado. A pesquisa participante precisa ser ligada à prática histórica, permitindo usar o conhecimento científico para a intervenção na realidade, por meio

¹ Comitê de Ética para registro de pesquisas com seres humanos

dos dados coletados diretamente com os pesquisados, seja em questionários semiestruturados ou observações de campo. Dentro da pesquisa de campo foram utilizados também os diários de campo, com a finalidade de anotar os relatos das reuniões com os jovens assentados.

A partir dessa metodologia, foi-se observando, conhecendo e descobrindo o grupo de jovens, suas intenções acerca da sucessão rural, participação na agricultura familiar, conhecimento e uso de políticas públicas, tais como o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e suas iniciativas produtivas e econômicas, como a intenção de implantação de um SAF e a venda de produtos em feiras livres. Conforme Schmidt (2006):

O termo participante sugere a controversa inserção de um pesquisador num campo de investigação formado pela vida social e cultural de um outro, próximo ou distante, que, por sua vez, é convocado a participar da investigação na qualidade de informante, colaborador ou interlocutor. Desde as primeiras experiências etnográficas, pesquisador e pesquisado foram, para todos os efeitos, sujeitos e objetos do conhecimento e a natureza destas complexas relações estiveram, e estão, no centro das reflexões que modelam e matizam as diferenças teórico-metodológicas. (SCHMIDT, 2006, p.14)

Sendo assim, o pesquisador é observador e participante no grupo no qual está sendo feita a coleta de dados, o que favorece a aquisição de um conhecimento e de uma consciência crítica do processo de transformação por que passa o grupo. Para o grupo, passar por esse processo de pesquisa pode permitir assumir, de forma cada vez mais lúcida e autônoma, seu papel de protagonista e ator social.

Segundo Brandão (1985), a pesquisa participante possibilita a realização de uma investigação social colocando, portanto, a participação da comunidade pesquisada como de fundamental relevância nesse processo. O método utilizado na pesquisa também contribui para a conquista de um outro olhar sobre a própria realidade e uma subsequente ação social, o que pode levar, de certo modo, a uma maior consciência de classe.

Além disso, esse tipo de percurso metodológico tem sido bastante utilizado nas pesquisas no meio urbano e principalmente no meio rural, dentre outras razões, por facilitar o levantamento de questões sociais, políticas, econômicas e familiares, devido à participação dos integrantes do grupo pesquisado na busca de respostas e soluções para os problemas levantados.

O envolvimento do pesquisador com o grupo pesquisado, tornou a pesquisa participante o método mais apropriado para o trabalho de campo no assentamento Sepé Tiarajú, enfatizando a participação e transformação de forma coletiva, respondendo aos questionamentos levantados, e dessa forma provocando uma dialética entre pesquisador e pesquisados.

Michel Thiollent (2000), autor de referência no debate sobre metodologias qualitativas em ciências humanas, identifica a pesquisa participante com o modelo da observação participante praticado nas experiências inaugurais da investigação antropológica e etnográfica.

Para a compreensão do perfil do jovem assentado e sua percepção do processo de sucessão rural e, ainda, a identificação do interesse e a participação desse jovem nas atividades do assentamento, foi necessário o uso de um questionário semiestruturado aplicado juntamente com o instrumento de coleta de dados semanal, que foram a observação e diário de campo, nas reuniões do Grupo CAJUS. O uso de diário de campo e observação são elementos essenciais para a materialização da pesquisa, caracterizando atores, situações e comportamentos (QUEIRÓS et al 2006).

As variáveis nominais presentes no questionário semiestruturado aplicado aos jovens foram: gênero, raça, nativo de qual região, a que núcleo pertence no assentamento, atividades da agricultura familiar realizadas no lote, atividades da agricultura familiar que gosta de realizar no lote, dificuldades encontradas na atividade familiar, quem ensinou a trabalhar no campo, participação em trabalhos coletivos no assentamento, interesse em continuar produzindo no futuro, relação com o meio urbano, interesse em ficar no assentamento e desenvolver atividades voltadas para a agricultura familiar. Já as variáveis ordinais aplicadas foram faixa etária e escolaridade.

Conforme Lewgoy (2004), o diário de campo possibilita ao pesquisador uma reflexão da ação cotidiana, sendo uma fonte inesgotável do conhecimento e a permissão do agir através dos registros feitos. Minayo (1993) afirma sobre o diário de campo:

(...) um diário de campo é caracterizado, desta maneira: "...constam todas as informações que não sejam o registro das entrevistas formais. Ou seja, observações sobre conversas informais, comportamentos, cerimoniais, festas, instituições, gestos, expressões que digam respeito ao tema da pesquisa. Falas, comportamentos, hábitos, usos, costumes, celebrações e instituições compõem o quadro das representações sociais". (MINAYO, 1993, p.100)

Nesse sentido, a dissertação construída por intermédio da pesquisa participante permite ao pesquisador ser observador e participante no grupo no qual estão sendo feitas as coletas de dados. Assim, é possível favorecer a aquisição de conhecimento e consciência crítica do processo de transformação pelo grupo que está vivendo esse processo de pesquisa, para que ele possa assumir, de forma cada vez mais lúcida e autônoma, seu papel de protagonista e ator social.

Após conhecer o perfil do jovem e analisar as políticas públicas voltadas à permanência deste jovem no meio rural, a pesquisa percorreu o caminho da análise do produto final, compreendendo o processo da criação de um SAF como um fomento para a permanência do jovem no campo.

A primeira parte deste trabalho apresenta uma reflexão da reforma agrária no estado de São Paulo, o nascimento do assentamento e sua história, a partir da luta e conquista da terra. Logo após essa retrospectiva histórica, é descrito como o assentamento apresenta-se atualmente e as políticas públicas que influenciam as atividades individuais e coletivas, segundo as informações coletadas a partir da pesquisa participante com os jovens do Grupo CAJUS e aplicação de questionários semiestruturados com os seus pais e aos líderes da associação e cooperativas por meio de visitas de casa em casa. As principais referências teóricas para a análise dos dados vieram de Ricardo Abramovay e Elisa Guaraná de Castro.

Já a segunda parte do trabalho apresenta a juventude rural de maneira mais aprofundada, analisando o processo de aproximação entre o rural e o urbano, com apoio do aporte teórico de Nazareth Wanderley. As depreciações conceituais e sociais que sofre o jovem rural foram revistas a luz dos trabalhos de Elisa Guaraná de Castro. Foi também abordado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e traçado um comparativo da juventude urbana com a juventude rural e conseqüentemente das políticas públicas para a juventude rural. Nesse sentido, é exposto, de maneira completa, o Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural. Quanto à pesquisa da lei que criou o Plano, Galvão (2010) afirma que realizar um levantamento bibliográfico é se potencializar intelectualmente com o conhecimento coletivo, para se ir além.

O Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural é amparado pelo Decreto 8736 de 03 de maio de 2016, e destina-se à população jovem rural da agricultura familiar e de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, nos termos da Lei 11.326 de 24 de julho de 2006. O Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural deveria ser executado pela União em regime de cooperação, por adesão, com Estados, Distrito Federal, Municípios, organizações da sociedade civil e entidades privadas.

Na terceira parte do trabalho é apresentado o perfil do jovem assentado e participante do Grupo CAJUS. Foi feita uma análise deste perfil, relacionando-o com o conceito de juventude rural. Será apresentado o grupo CAJUS, sua formação e a mobilização dos jovens assentados na formação e objetivos do mesmo. Esse perfil foi construído por intermédio de um questionário semiestruturado, e analisado à luz dos trabalhos de Elisa Guaraná de Castro; sua participação nas atividades individuais dos lotes e coletivas do assentamento e interesse pela sucessão rural, tendo como referencial de análise também os trabalhos de Ricardo Abramovay. O questionário foi aplicado aos jovens por meio da pesquisa participante em umas das reuniões do Grupo, estabelecendo uma dialética entre pesquisador e pesquisado. Quanto aos instrumentos, o diário de campo e a observação articulam a teoria e a prática (FREITAS, 2006).

A quarta parte traz as ações do Grupo CAJUS e uma reflexão dos conflitos do Grupo e da existência das políticas públicas direcionadas para a juventude rural, inclusive o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural; é abordado o conhecimento do jovem assentado sobre tais políticas públicas, e seu interesse na permanência no assentamento e no uso das mesmas no desenvolvimento das atividades junto aos lotes individuais e coletivos. A análise dos dados coletados mediante observação e diário de campo, também valeu-se do aporte teórico de Elisa Guaraná de Castro.

Ainda na quarta parte há uma reflexão sobre o interesse do jovem na criação de um SAF e é exposto o produto final da pesquisa, ou seja, é analisado o grupo e as suas ações, as necessidades individuais e coletivas, a organização do trabalho produtivo nos lotes individuais e coletivos e os conflitos internos e com os pais e dirigentes do assentamento. E ainda o acesso desses jovens a programas de políticas públicas para a agricultura familiar e para a juventude rural

Esta pesquisa foi conduzida como uma pesquisa participante, conforme citado anteriormente, analisando de forma qualitativa os dados coletados a partir do sujeito mais importante para a sua validação, que é a juventude do Grupo CAJUS. Espera-se que a pesquisa leve os jovens pesquisados à uma reflexão sobre si mesmos, seus feitos, suas articulações familiares e coletivas no assentamento, de forma que possam criar sua própria autonomia de vida, seja no campo com o uso dos programas de políticas públicas e a prática da sucessão rural, seja no meio urbano, se para lá resolverem migrar. Ou seja, espera-se que a reflexão sobre esse jovem seja capaz de levá-lo a novas ações, que farão dele escritor de sua própria história.

Foi um dos jovens, militante da luta pela terra, quem mobilizou os demais para a criação do Grupo CAJUS, cujo acompanhamento é objeto desse estudo. A formação e desenvolvimento do grupo foi investigada para compreender o papel do jovem na agricultura familiar no Assentamento Sepé Tiarajú, seu relacionamento com os ideais de seus pais, o pensar coletivo da juventude assentada, a maturidade para encarar as dificuldades e os conflitos, e a possibilidade de transformação dessas necessidades e dificuldades por meio de um maior apoio do Estado, que seja capaz de gerar autonomia e desenvolver os jovens como atores sociais.

As respostas encontradas nesta pesquisa podem ajudar os jovens assentados a se conhecerem; entenderem seus objetivos e trilharem um caminho alicerçado em seus sonhos e idealizações; a importância da sucessão rural e o desafio de acessar as políticas públicas e usá-las para o desenvolvimento econômico e social do assentamento.

PARTE I – O ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJÚ

1.1 – A importância da Reforma Agrária no estado de São Paulo

O tema Reforma Agrária é extenso, dialogando com as mais diversas áreas das ciências sociais, trazendo relatos de diferentes estudiosos, críticas, visões e interpretações contraditórias. É preciso analisar na história a conceituação do tema e as discussões que ocorreram entre os estudiosos, confrontando-as para se ter uma visão ampla, abrangente e crítica.

Quando se fala em Reforma Agrária, se fala intrinsecamente no sujeito ativo, na formação de movimentos sociais, organizações coletivas, entre outras definições e na interação desse sujeito ou desses grupos, sob programas de políticas públicas que os conceituam, protejam e os tornem autônomos em seu caminhar.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a melhor definição para Reforma Agrária é a de um conjunto de medidas para promover a melhor distribuição de terra, atendendo aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento da produção, conforme o Estatuto da Terra através da Lei 4504/64.

O Estatuto da Terra prevê:

Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país. (BRASIL, 2018)

Berço da Reforma Agrária, o Estatuto da Terra de 1964 pretendia trazer a garantia de direitos dos bens imóveis rurais para que fosse efetivada a Política Agrícola, distribuindo as terras, atendendo princípios de justiça e inclusão social, harmonizando as atividades agrícolas com o processo de industrialização do Brasil.

O Estatuto da Terra foi promulgado no início do regime militar, mas reflete a orientação da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) de que para o desenvolvimento dos países latino-americanos era necessário acabar com o latifúndio improdutivo. O documento inova ao definir o latifúndio, o minifúndio, a empresa rural e a função social da propriedade. Mas como a história iria posteriormente contar, a modernização do campo brasileiro se deu sem que o problema da concentração da terra no país fosse eliminado.

Segundo o INCRA, a necessidade de uma organização de terras no Brasil se arrasta desde 1530, quando nascia o latifúndio, juntamente com a criação das capitanias hereditárias² e o sistema das sesmarias³. Ao longo da história, o acesso à terra foi marcado pela violência, onde o mais forte⁴ só não vencia quando os camponeses se organizavam para lutar por seus direitos.

O estado de São Paulo, após o declínio da economia cafeeira, tornou-se o principal polo industrial do país, valendo-se da infraestrutura herdada do café. Estado forte onde se consolida polos de pesquisa, universidades e um interior rico no plantio de cana-de-açúcar, café, leite, frutas entre outros produtos advindos da agricultura familiar e empresarial. Banhado por rios importantes e um litoral também rico em turismo.

Ainda observando a história do estado, verifica-se que com a industrialização, a cidade de São Paulo foi alvo de uma grande migração de pessoas do norte, nordeste, sul e até mesmo do interior do estado, incluindo as áreas rurais, em busca de novas oportunidades de crescimento financeiro e intelectual. Mas o migrante quando se deparava com a cidade grande, o mundo empresarial e industrial e as exigências de formação técnica, tinha duas alternativas: migrar para as periferias da cidade em busca de baixo custo de vida e ainda se sujeitar a qualquer tipo de trabalho para sustentar a família ou migrar para o interior.

Refletindo no parágrafo anterior, Lopes (1980) afirma que a unificação do mercado de trabalho rural e urbano e não a sua tecnificação é o fator responsável pela não identificação da pequena produção, em São Paulo, com bolsões de pobreza; ou seja, a não tecnificação do trabalho criava a classe D e E, fomentando os problemas sociais, gerando conflito sociais e econômicos.

A partir da década de 1920, o Estado de São Paulo foi marcado por conflitos setoriais, econômicos e sociais, em parte decorrentes do crescimento da produção agropecuária juntamente com o avanço industrial, iniciando uma ruptura da agricultura familiar e o início da substituição da mão-de-obra por máquinas agrícolas, a industrialização de alimentos, o êxodo rural em grande quantidade, ocasionando a perda da mão-de-obra qualificada no campo.

Quando se trata da crise da agricultura familiar com o nascimento do agronegócio, Abramovay (1993) faz uso da expressão "industrialização da agricultura" e enfatiza que o estudo do desenvolvimento capitalista das nações centrais mostra que a unidade familiar de produção foi, historicamente, a base da modernização da agricultura. Ele se refere à perda do

² Sistema de Administração territorial em 1534 no Brasil advindo do modelo de Portugal

³ Forma de distribuição de terras para produção agrícola, medida de terra

⁴ Com maior poder aquisitivo, considerados latifundiários

paradigma da funcionalidade da pequena produção como responsável por esta nova visão do agro, que rejeita a produção familiar, como unidade de análise. A chamada "modernização" da agricultura serviu de estímulo à organização dos movimentos sociais pela reforma agrária por todo país e principalmente no estado de São Paulo, onde se concentravam os polos agroindustriais.

Os conflitos sociais e econômicos fortaleceram grupos de camponeses e movimentos sociais em busca de uma reforma agrária justa e verdadeira por parte do Estado. A inexistência de acordos entre o mercado de trabalho rural e urbano, em função da estratégia familiar de formar seus próprios rendimentos, modificando as propostas das ofertas de postos de trabalho e remuneração, foi enfatizada por Brant (1980). Esta integração também reflete a atuação reguladora do Estado.

Segundo Bergamasco (1996), a enorme desigualdade no campo agrário brasileiro, aliado ao processo de modernização, gerou a organização e a luta dos trabalhadores rurais. Esta luta em busca de terras para produzir obrigou o Estado a intervir, nascendo os planos de reforma agrária brasileira. Os assentamentos nasceram da pressão que os trabalhadores rurais fizeram por meio de seus movimentos. A partir da década de 1980 a questão agrária no estado de São Paulo adquire força importante na luta política, mesmo com o poder do capitalismo instalado no estado através das agroindústrias.

Os conflitos e luta pela terra em São Paulo teve início por volta de 1864 no Pontal do Paranapanema, época que o Decreto 1.318 regulamentou a Lei de Terras, determinando o registro de terras em todo território nacional. Em 1892 houve o fim da escravidão e os colonos europeus que estavam no estado de São Paulo criaram novos núcleos, podendo se chamar de primeiros assentamentos, época essa determinada pela liberação das vendas de terras.

Em 1960 foi criada a Lei de Revisão Agrária, denominada Lei Carvalho Pinto. Somente na década de 80 aparecem novas iniciativas de lutas pela terra e assentamentos, com a importante criação em 1984, no estado do Paraná, do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), que depois passaria a liderar a luta pela terra em todo país. Na década de oitenta o INCRA realizava as desapropriações das terras particulares e de interesse público do estado de São Paulo, mas em 1991 foi criado a Fundação Instituto de Terras de São Paulo (ITESP) para tratar das questões fundiárias no estado. Nessa década assistiu-se ao nascimento do maior número de assentamentos.

As iniciativas de reforma agrária no estado de São Paulo concentraram-se em algumas regiões importantes, tais como o Pontal do Paranapanema, Vale Ribeira, Sorocaba e Ribeirão Preto: as regiões mais significativas no surgimento de assentamentos. Segundo o Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em 2003 haviam seiscentos e noventa e duas famílias assentadas em todo estado nos projetos de reforma agrária; ao passo que em 2010 totalizavam-se hum mil duzentos e trinta e quatro famílias assentadas, sendo noventa e sete projetos criados entre 2003 e 2010. Pelos dados do INCRA, em 2017 haviam dezessete mil cento e noventa e quatro famílias assentadas no Estado de São Paulo, totalizando duzentos e setenta e cinco assentamentos no estado.

Para Ferrante (1991), os assentamentos da região de Ribeirão Preto são fruto dos movimentos de resistência, sobretudo as greves dos canavieiros por melhores condições de trabalho que marcaram a década de 1980 e foram lideradas pelo movimento sindical. Ou seja, brotaram por meio de greves e movimentos sindicais dos canavieiros e assalariados rurais, que buscavam melhores condições de vida. A região de Ribeirão Preto possui dois fortes assentamentos: Assentamento da Barra e o Sepé Tiarajú no município de Serra Azul, sendo este último, objeto desta pesquisa.

Segundo a história relatada no site do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o movimento surgiu em Cascavel – PR na década de oitenta por meio da união de centenas de trabalhadores rurais, com o principal objetivo de organizar a militância pelos direitos pela terra. Na verdade, a luta era contra a modernização do campo, a perda de terras por pequenos produtores e o acúmulo de riquezas nas mãos das agroindústrias, desconsiderando o trabalho do pequeno agricultor.

O MST nasceu nas premissas dos conflitos entre latifúndio e classe trabalhadora, que concentrou o poder nas mãos de poucos, gerando um regime autoritarista e tornando o sonho pela terra cada vez mais distante. O MST iniciou sua militância exatamente com o lema de resistir contra esse latifúndio, valorizando a luta pela terra e pela igualdade. Segundo o site do Movimento:

(...) Em comemoração de seus trinta anos de existência o Movimento reafirmou seus objetivos iniciais: reafirmar nosso compromisso em organizar os pobres do campo. É momento de olhar adiante. De perceber que muito já foi feito e que há muito a se fazer, até que uma verdadeira e efetiva Reforma Agrária seja realizada em nosso país e que todos os seres humanos possam ter uma vida digna. (BRASIL, 2018)

Atualmente a luta do MST continua, em busca da igualdade, pela desapropriação de terras improdutivas e a destinação das mesmas aos mais pobres, levando-se em conta que no Brasil, desde seu descobrimento, fortaleceu-se uma divisão de terras concentradora. A maior luta atual do MST é manter viva a agricultura familiar contra o avanço do agronegócio e da informatização do trabalho. O Movimento tem lutado firmemente nessa questão das terras e da igualdade.

Segundo Veiga (1981), para que haja o desenvolvimento da produção familiar no Brasil é necessário a superação da extrema desigualdade na estrutura fundiária por meio de uma política de reforma agrária, através da implantação de assentamentos rurais (acompanhada de crédito para custeio e investimento e assistência técnica), que forneça terra para parceiros e arrendatários subordinados às grandes propriedades e que permita aos produtores minifundistas maior acesso à terra, juntamente com as devidas condições para viabilizar a produção do assentado.

Wolford (2010) destaca que a relação entre INCRA e MST, na definição de políticas de reforma agrária, é interpretada como um lugar de democracia participativa, um espaço que não foi planejado, mas que se construiu na prática devido à falta de prioridade dada à autarquia pelo governo brasileiro e ao concomitante papel ativo do movimento social. Essa situação teria resultado em um processo de participação significativa do movimento na definição de políticas de reforma agrária.

Segundo o INCRA, já foram reconhecidos mais de nove mil projetos de assentamento em todo Brasil. O INCRA, ao reconhecer um assentamento, faz a publicação no Diário Oficial, constando dados do imóvel, capacidade de famílias, nome do projeto, e os passos de implantação. Os procedimentos técnicos e administrativos de criação e reconhecimento dos projetos de assentamentos rurais estão amparados pela Norma de Execução nº 69/2008.

Após divulgar no Diário Oficial, o INCRA instala as famílias no assentamento e lhes concede os primeiros créditos para investimento em infraestrutura tais como estradas, habitação, parte elétrica e hidráulica e ainda abastecimento. Estes créditos são repassados da União pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) A e C. Não há endividamento individual nesta concessão de crédito, esta é feita de maneira coletiva. Abramovay retrata de forma clara a importância do desenvolvimento rural:

Construir novas instituições propícias ao desenvolvimento rural consiste, antes de tudo em fortalecer o capital social dos territórios, muito mais do que em promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica. O próprio crescimento urbano recente aumenta a demanda por novos produtos e novos serviços vindos do meio rural. O desafio consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas os protagonistas centrais da construção dos novos territórios. (ABRAMOVAY, 2000, p. 13).

Compreende-se que o INCRA deve atuar diretamente nas políticas públicas em conjunto com os Movimentos Sociais, tais como o MST, de forma a interagirem e juntos criarem e implantarem a política agrária, fazendo com que a mesma sejam efetiva e alcance seus objetivos.

1.2 – O surgimento do Assentamento Sepé Tiarajú

Em 2004, com a integração de posse das terras concedida pelo INCRA por meio da Portaria 46/Incra, iniciou-se o processo de assentamento das famílias nas terras da fazenda Santa Clara. Até então a comunidade era vista como acampada no local, com as famílias sendo alvo de conflitos com os munícipes e poder público local, segundo o jovem M.

Outras informações vieram de sete assentados adultos, pais dos jovens do grupo CAJUS, que participaram da pesquisa e contaram um pouco da chegada no assentamento Sepé Tiarajú e as dificuldades encontradas. O questionário foi aplicado com o objetivo de conhecer a história dessas famílias e sua participação econômica e social no assentamento. Os assentados serão tratados pelas letras: P, A, C, L, M, N e AD.

Nos relatos frisaram a lembrança de quando chegaram no Sepé Tiarajú, ainda acampamento em 2000. Relataram que havia união, e essa união vencia qualquer dificuldade econômica, social e cultural que havia dentro do grupo. Segue abaixo resumo das respostas sobre esta questão do assentado P:

“Não tínhamos o que beber, não tínhamos o que comer, era pura cana-de-açúcar nessa terra toda e éramos felizes e estávamos unidos com um sonho de crescer.”
(ASSENTADO P, 2018)

Por meio das respostas, visualiza-se uma certa melancolia por parte dos assentados, eles comparam a época quando mudaram para o assentamento e a época atual, relatando serem mais unidos no passado, mesmo com maiores dificuldades. O relato da assentada N traz essa análise:

“Nós éramos unidos, vencíamos qualquer dificuldade, atualmente percebo que cada um seguiu seu caminho.” (ASSENTADA N, 2018)

A ocupação foi realizada, conforme respostas dos moradores questionados, com pessoas de diferentes localidades, migrantes do interior do Estado de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Dois deles migraram de um outro acampamento do MST em Ribeirão Preto. Todos em busca de melhores condições de vida, marcados pelo trabalho no corte de cana ou laranja na região em que viviam anteriormente a ocupação. Segundo o relato da assentada N:

“Nosso maior sonho era ter um pedaço de terra, plantar, colher, melhorar de vida.”
(ASSENTADA N, 2018)

O que os motivou a lutar pela terra foram as expectativas de vencer a exclusão social, cultural e econômica até então vivida por eles de forma geral. Segundo o relato da assentada M:

“Meu maior sonho era ter meu próprio lote e plantar.” (ASSENTADA M, 2018)

A assentada L veio para o Sepé de um outro acampamento, simplesmente porque o Sepé estava mais organizado e oferecia maior segurança para que pudesse criar seus filhos. Ela relatou que no início resistiu a ideia de ir para o Sepé, mas se deparou com a necessidade de criar seus filhos em um lugar mais seguro.

Reforçando essa lógica, Scopinho (2009) aponta como principal motivo do surgimento do assentamento Sepé Tiarajú:

A fuga da pobreza e da violência existente nas periferias urbanas estavam entre os principais motivos que levaram as famílias do Sepé Tiarajú a participar de um movimento social em favor da reforma agrária e procurar romper com a fatalidade de se morrer pobre. (SCOPINHO, 2009, p.11).

Como já mencionado anteriormente, a atividade econômica do assentamento baseia-se atualmente no cultivo e comércio de verduras, legumes e frutas em lotes individuais e coletivos. O processo de assentamento foi finalizado em 2005 com 80 famílias, em uma modalidade de assentamento denominada Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

Por sua natureza, o assentamento pode ser considerado um exemplo da multifuncionalidade da agricultura, onde interagem os aspectos econômicos, ambientais e sociais. Camargo trata a multifuncionalidade da agricultura familiar como parte das chamadas novas ruralidades:

Em linhas gerais podemos dizer que o discurso da multifuncionalidade da agricultura representa a parte que cabe aos agricultores na chamada nova ruralidade. Ou seja, da mesma forma que o rural não é mais locus apenas da atividade agrícola, também da agricultura espera-se a produção de bens como a paisagem, o meio ambiente preservado, tradições culturais e sociais. (CAMARGO e OLIVEIRA, 2012. p. 1709).

As famílias se organizaram em quatro núcleos distribuídos as margens da Rodovia Abraão Assed, sendo eles: Dandara, Zumbi, Chico Mendes e Paulo Freire. Além dos núcleos, existe ainda no assentamento uma área comum onde se encontram a escola, a Igreja Assembleia de Deus, a Igreja Congregação Cristã no Brasil (em construção) e a Igreja Católica (em construção). Cada núcleo também tem uma área comunitária de 20 ha e o assentamento uma outra área de 80 ha comum à todos os núcleos.

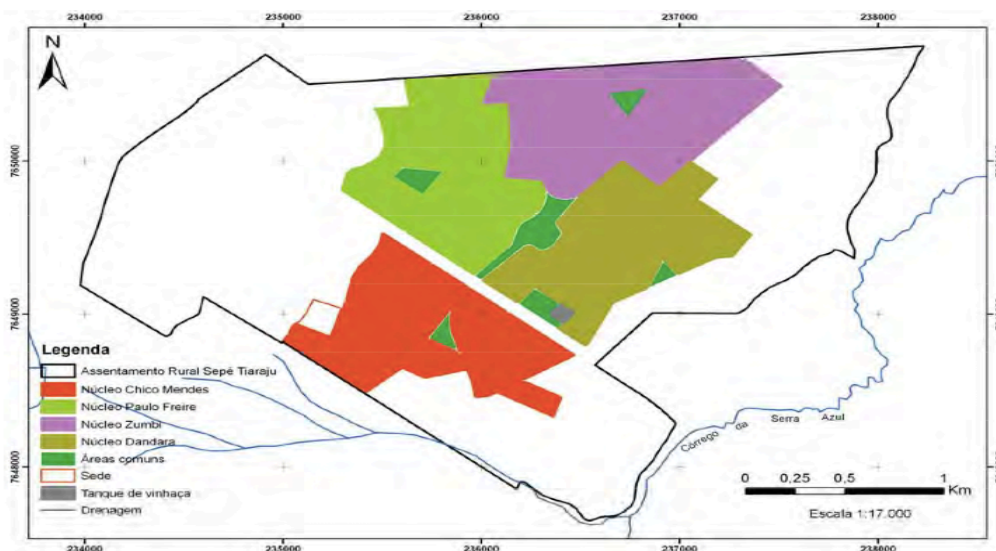
O Núcleo Chico Mendes se separa dos demais pela rodovia Abrão Assed, que liga os municípios paulistas de Ribeirão Preto e Cajuru, ficando o Sepé no intervalo de ambas cidades. O maior Núcleo em extensão de terras é o Dandara e o menor o Paulo Freire. A divisão das

famílias nos diferentes núcleos de deus pelas relações de parentesco ou pelas amizades e alianças formadas durante o acampamento. Como observa Fernandes (1999):

O espaço social é produzido pela sociedade, que nele se reproduz, nos diversos níveis de relações sociais e, assim, se desenvolve por meio da política, da economia e da cultura etc. (...) e se concretiza em lugares sociais, construídos/conquistados na interação do movimento tempo/espaço, em que são geradas as formas de organização dos movimentos sociais, que se desenvolvem nas ações reveladas pelas ocupações de terra. São essas ações que levam a conquista de frações do território (FERNANDES, 1999, p. 22-23).

A figura abaixo mostra a divisão física do assentamento em seus núcleos.

Figura 1: Mapa dos núcleos do Assentamento.



Fonte Inkra (2005).

O assentamento Sepé Tiarajú apresenta um solo rico, embora degradado em algumas áreas pelo cultivo contínuo da cana-de-açúcar antes da criação do assentamento. Conta também com a vantagem da proximidade com o Rio Pardo e o Córrego da Serra Azul. Mas a água é um problema no assentamento e um limitante para uma produção hortícola contínua. Os poços artesianos cavados pelo INCRA mal conseguem abastecer as famílias e a grande maioria dos lotes não tem fonte de água para irrigação.

Os moradores entrevistados relataram suas principais dificuldades quando chegaram no Sepé Tiarajú, e as respostas convergiram para as seguintes questões: dependência dos alimentos fornecidos pelo Estado; demora em média de seis meses para receber os mantimentos; falta de água potável e muitas áreas com cana-de-açúcar e capim colônia para roçar. Segundo o relato da assentada N:

“Era tudo muito difícil pra nós, o governo nos trazia comida de seis em seis meses. Nós não tínhamos fonte de renda, não podíamos sair daqui pra não perder a terra. Éramos obrigados a plantar quiabo, abobora para que as crianças não morressem de fome. Saíamos as vezes de porta em porta na cidade pedindo comida. (ASSENTADA N, 2018)

Todos os assentados que responderam ao questionário, reportaram a falta de água, estrutura física para moradia e a dificuldade de se trabalhar o solo, pois o mesmo era coberto por cana-de-açúcar e necessitava ser tratado para receber o novo plantio. Segue relato da assentada L:

“A água sempre foi o problema de todos nós, não tínhamos estrutura, inclusive o solo precisava ser tratado para receber a nova plantação” (ASSENTADA L,2018)

Segundo a assentada C, a estrutura de estradas era precária, e o acesso a qualquer meio de transporte, inclusive uma ambulância quando preciso, era muito ruim. Ela alegou ter sido muito difícil o começo, quando o assentamento ainda era acampamento. No decorrer dos anos o assentamento conquistou visibilidade na região por seus feitos como comunidade rural, por sua organização e pela forma pacífica na luta pela terra e por igualdade social.

Como mencionado acima, o assentamento foi criado como um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), que é uma modalidade de assentamento criada pelo INCRA que começou na Amazônia e depois foi implantada em outras regiões. Uma das exigências nesse tipo de assentamento é que os assentados assinem um Termo de Adequação de Conduta (TAC).

Scopinho (2009) cita que em 2004, ao adquirir a área onde foi implantado o Assentamento Sepé Tiarajú e iniciado o processo de assentamento, o INCRA apresentou a proposta do modelo de assentamento, como sendo um PDS, e ainda afirma que a compra das terras do assentamento somente foi efetivada depois de ter sido firmado um acordo sobre a modalidade de projeto a ser implantado na área. Ao que parece, pela leitura da obra acima e pesquisa no INCRA, esse modelo tornou-se uma espécie de experiência exitosa.

Os assentamentos que são PDSs, por sua característica de preservação ambiental, tem mais facilidade no acesso a programas de políticas públicas, como foi o caso da participação no Projeto Microbacias⁵ pelas organizações do Sepé Tiarajú. Os assentamentos na região de Ribeirão Preto foram criados dentre desta proposta de sustentabilidade devido a uma série de fatores, tais como barrar os impactos ambientais causados pela monocultura, a preservação do

⁵ Projeto específico do estado de São Paulo com recursos do banco mundial que foi implantado em duas etapas: Microbacias I e Microbacias II. No assentamento Sepé Tiarajú foi desenvolvida uma modalidade de Microbacias II coordenada pela Secretaria do Meio Ambiente.

aquífero Guarani e desenvolvimento social e econômico dos trabalhadores rurais da região de forma coletiva, atendendo as premissas da Portaria 477 de 04/12/1999.

O PDS permite ao assentamento ser constituído em uma forma jurídica diferenciada, objetivando desenvolver a terra de forma sustentável. O INCRA define que os assentados não tem domínio sobre a propriedade da terra, mas sim um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU).

Segundo Scopinho (2016), quando o INCRA iniciou o processo de assentamento das famílias do Sepé, acampadas sob coordenação do MST, houve divergência entre os técnicos sobre a viabilidade do PDS devido ao alto custo imobiliário das terras na região de Ribeirão Preto e a grande competitividade da produção agropecuária da região. Para que o PDS fosse de fato efetivado nas atrativas terras do Sepé, foi feito o CCDRU evitando assim a venda e o arrendamento das terras, e garantindo o desenvolvimento da agroecologia no assentamento.

Por meio da pesquisa e observação participante, em uma das reuniões do grupo de jovens conclui-se que o modelo utilizado para consolidar os PDs foram os SAFs no manejo da terra, como aparece também no site do INCRA e em Scopinho (2009).

Segundo Daniel et. al (1999), na Amazônia a agricultura familiar é desenvolvida como Sistemas Agroflorestais que foram e são implantados por comunidades indígenas, caboclas e ribeirinhas. Os SAFs foram resgatados de culturas antigas e atualizados para atender às necessidades de combinar produção com preservação ambiental no uso da terra, especialmente em regiões tropicais; hoje eles se expandem por praticamente todas as regiões onde sejam possíveis os cultivos agrícolas e florestais.

Numa das reuniões com os jovens do grupo aqui estudado, o jovem M comentou:

“Os SAFs, como sendo modelo sustentável, tem a pratica de cultivo sem agredir ao ecossistema, associam árvores com espécies frutíferas com ou sem a presença de animais.” (JOVEM M, 2018).

Ele ainda cita que este modelo permite um ganho de diversidade em relação à monocultura, onde os pequenos lotes do assentamento passam a gerar vários tipos de produtos e se tornam fonte de renda sustentável para os produtores.

Quem orientou, desde o início, os assentados na implantação dos SAFs como forma sustentável de manejo foi a unidade de Jaguariúna/SP da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Atualmente os assentados do PDS Sepé Tiarajú não fazem uso de insumos químicos e nem desmatam as terras, aproveitando a cobertura vegetal já existente no solo.

O assentamento assumiu um compromisso, segundo o jovem M, com o Ministério Público Estadual (MPE), assinando um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), criando-se uma reserva legal de 35% da área, ou seja, porcentagem obrigatória de reserva verde no assentamento que deve ser mantida. O cuidado com o assentamento deve reforçar o sentimento de pertencimento àquele território, como coloca Raffestin (1993):

A territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do "vívido" territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens vivem ao mesmo tempo o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

O assentamento tem parcerias com outros assentamentos, universidades e organizações do terceiro setor no recebimento de doação de mudas para plantio e posterior colheita e venda de legumes, frutas e cereais, que garantem o sustento das famílias. Os assentados que lutaram pela terra e o nascimento do Sepé Tiarajú trazem consigo amor pela terra, pelo espaço adquirido e por isso lutam por seu sustento neste território. Santos (1996) reforça a ideia de território:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1996, p. 10).

Ao longo dos anos o assentamento afastou-se do MST, segundo relata o assentado P:

“Acreditávamos que já sabíamos lutar sozinhos pela terra e militância” (ASSENTADO P, 2018)

Mesmo sem a presença do MST, o assentamento continua mantendo parcerias com outros assentamentos e com entidades como a EMBRAPA, UNESP⁶, SEBRAE⁷, SENAR⁸ e prefeituras da região. Essas parcerias são importantes para o acesso a projetos e programas de políticas públicas, bem como para a discussão dos sistemas produtivos e da comercialização da produção. No entanto, numa das reuniões o jovem M declarou que o MST não possui nenhuma ação política dentro do Assentamento Sepé Tiarajú atualmente, expressando um sentimento de abandono pelo Movimento e até mesmo pelo INCRA.

1.3 – A Atividade Econômica e as Políticas Públicas no Assentamento Sepé Tiarajú

⁶ Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

⁷ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresa

⁸ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

Segundo Scopinho (2009), cooperativa e cooperação no meio rural são processos diferentes e que impactam de maneira correspondente no ser social. Desde o surgimento do MST ressalta-se que a cooperação sempre foi uma ação social organizada ou espontânea. Para Scopinho (2016), uma das condições do INCRA para a formação do Sepé como PDS, foi a criação de uma entidade coletiva para recebimento dos recursos financeiros e a prestação de contas ao Estado, criando-se um comitê gestor do assentamento.

O público rural em busca de moradia, bem-estar social e desenvolvimento econômico, por meio da sonhada agricultura familiar, passa ser o sujeito ativo desse processo de cooperação, como demonstram as ações organizadas e a ênfase na cooperação dentro do MST. Scopinho (2009) define cooperação como:

Cooperação é ação social articulada por objetivos comuns para solucionar problemas concretos. Como a ação social, a cooperação pode ser padronizada e formalizada em normas e regimentos no interior de organizações cooperativas ou pode ser espontânea, própria de determinados grupos sociais e derivada de suas tradições e costumes, existindo independentemente das instituições. (SCOPINHO, 2009, p.01).

Entende-se que as ações do MST são ações sociais de cooperação, unindo tradições, costumes, objetivos e como já dito, o sonho pela terra, quesitos importantes no trabalho de organização, pois desse processo de cooperação nasce uma nova comunidade assentada, fundamentando valores e doutrinas de identidade.

O esforço dos assentados contra as dificuldades no processo de conquista da terra vai aos poucos os unindo em seus objetivos, vencendo a insuficiência de efetividade das políticas públicas, sendo a cooperação uma ferramenta de luta pela sobrevivência.

Tomando a definição acima como base, percebe-se que os assentados, partindo do pressuposto da cooperação, vão além, buscando algo maior, mais institucional, tal como as cooperativas, sendo as mesmas entidades econômicas com um papel político a cumprir. Em 1992, segundo Ribas (1998), surgiu o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), esse movimento encaixa-se na noção de cooperativismo conforme cita Scopinho:

Cooperativismo é um movimento social ou doutrina que se caracteriza pela preocupação política de transformação social aceitando a ideia de que infraestrutura pode determinar mudanças na superestrutura social. (SCOPINHO, 2009, p.01).

Em 1992, mesmo ano da criação do SCA, os assentados criaram a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB). O cooperativismo gera as cooperativas, definidas por Scopinho (2009) como:

Cooperativa é um tipo de estrutura organizacional que dá origem a sociedades constituídas para atingir fins específicos, ou seja, é associação de pessoas regida por

princípios da igualdade quanto a propriedade, gestão e repartição de recursos. (SCOPINHO, 2009, p.01)

Esta definição de Scopinho (2009) traz o objetivo dos assentados na criação das cooperativas, ou seja, a busca por uma forma de alavancar a economia e garantir o crescimento da agricultura familiar. Os assentados buscam também parcerias e programas de políticas públicas, efetivando o apoio político.

Desde que o PDS fora criado, os assentados do Sepé experimentam formas de cooperação por meio dos mutirões que são realizados nos lotes e no reflorestamento ambiental, a implantação do SAFs, e a fundação de uma associação e três cooperativas para entrada nos mercados institucionais, participação em projetos, etc.

Os seis assentados que responderam aos questionários, pertencem as cooperativas e associação existente no assentamento. Todos eles com SAFs em seu lote individual e coletivo do assentamento. Os assentados acessam políticas públicas através do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e PRONAF. Atualmente não estão comercializando a totalidade da sua produção para o PNAE e PAA devido à demora no pagamento da venda dos produtos e aos cortes orçamentários do PAA. Segundo a assentada A (2018), a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), responsável pelo PAA, chegou atrasar em até seis meses os pagamentos das compras realizadas dos produtores.

As famílias atualmente estão vendendo para atravessadores a um preço menor, porém com maior frequência e maior quantidade de produtos, mas reclamam que a venda só compensa devido a quantidade e frequência, senão não venderiam para atravessadores, devido à desvalorização de seu trabalho na terra.

As vendas que mais compensam atualmente são as vendas particulares e diretas para o consumidor final, seja em feira ou no próprio lote, pois o preço é justo, entrega imediata e a maioria dos clientes se fideliza pela qualidade do produto.

O Sepé possuía, até 2017, três cooperativas e uma associação para organização do sistema produtivo e econômico do assentamento. Para maior exatidão da análise sobre as políticas públicas no assentamento Sepé Tiarajú e compreensão do processo de cooperação, foi aplicado um questionário semiestruturado com três líderes do assentamento, o assentado A de uma cooperativa, o assentado D de uma outra cooperativa e o assentado P, de uma associação. As primeiras organizações dos assentados surgiram antes mesmo da formação do assentamento, segundo o assentado P, no ano de 2001. Como já mencionado, houve incentivo por parte do

Estado e do MST, desde o início, para que os assentados se organizassem como cooperativas e associações.

Essas instituições tornaram-se um meio de organização dos assentados para a entrega de seus produtos para entidades beneficentes, prefeituras e Estado por meio de programas como o PAA, que promove compras institucionais, por chamadas públicas, para distribuição de alimentos a grupos específicos; e para a alimentação escolar via o PNAE. O carro chefe de vendas por meio do PAA e PNAE é a banana e mandioca in natura que são a atividade econômica principal das cooperativas e da associação. O acesso ao PAA e o PNAE foi um dos motivos do nascimento das atuais organizações do Sepé, pois a renda advinda da participação das famílias assentadas em tais programas era fundamental para a sobrevivência e a permanência delas no assentamento.

O acesso ao PNAE se dá por meio das chamadas públicas lançadas pelas prefeituras municipais, após as tomadas de preços no comércio local. Os agricultores do Sepé Tiarajú participam do PNAE em várias cidades da região, fornecendo alimentos saudáveis para os alunos.

Segundo o assentado A:

“Não quero comida pra mim, mas sim para os outros” (ASSENTADO A, 2018).

Para os assentados A e P, mesmo com o afastamento do Sepé com o MST as cooperativas e a associação continuaram. Atualmente elas reúnem seus membros e lideranças sem frequência definida. O assentado P ressaltou que, no início, se reuniam com maior frequência, pois estavam no começo do processo organizativo, e hoje não tem tantos assuntos em pauta a serem discutidos.

Segundo a CONAB (2018), mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários são da agricultura familiar. Esta categoria contribui para a redução do êxodo rural e para a geração de capital no setor agropecuário ao promover o desenvolvimento rural com a geração de renda e emprego, bem como se mostra uma importante fonte produtora de alimentos de qualidade para o mercado interno, solidificando as estratégias de segurança alimentar do país, inclusive o abastecimento das escolas públicas. Mas segundo a assentada C, a CONAB também não tem realizado compras pelos cortes de verba do PAA, desde 2016.

O jovem M, em seu discurso, também deixou claro que na formação de uma cooperativa ou associação enfrentam-se embates políticos entre seus organizadores e os associados, e que no Sepé não é diferente. Atualmente as famílias associam-se conforme suas afinidades políticas

e interesses pessoais. Para a assistência técnica e as entidades parceiras que atuam no assentamento essas disputas internas representam um desafio, como coloca Severi (2010):

Esses atores e agentes também atuam, contraditoriamente, ora como sujeitos educadores de uma nova cultura democrática, em que o conflito é condição inextricável, ora no sentido de modelar as vidas dos assentados, reproduzindo vínculos de natureza autoritária. (SEVERI, 2010, p.110).

Percebe-se que no assentamento há organizações mais influentes devido aos contatos e força política no município de Serra Azul e até mesmo em Ribeirão Preto. Nota-se que a estratégia política faz com que a associação ou cooperativa seja mais forte e estabelecida, fortalecendo assim seus associados e cooperados. Embora participem de ações e projetos conjuntos, as cooperativas e associações do assentamento estabelecem seus próprios contatos e alianças políticas nos municípios vizinhos.

Segundo Guilhoto et al (2000) os produtores rurais, sobretudo os menores, devem buscar associações, cooperativas, alianças ou outras formas de apoio para se fortalecerem e conseguirem exercer algum papel que seja efetivamente significativo.

A agricultura familiar se fortalece quando consegue conectar a diversidade de seus produtos com a necessidade de uma alimentação saudável, como estabelecido nas diretrizes do PNAE, valorizando a diversidade de alimentos produzidos nos diferentes lotes. O PNAE é uma conquista importante no que se refere às políticas públicas para o campo, fortalecendo o agricultor familiar e levando-o a tecer novos projetos para seu lote, impulsionando o crescimento econômico local. Segundo o assentado P, as políticas públicas do PAA e PNAE são importantes para o assentamento, pois asseguram a sustentabilidade das famílias assentadas, conforme relato abaixo:

“As políticas públicas são muito importantes para nós, pois mantém as famílias ativas.”
(ASSENTADO P, 2018)

Outro ponto a se levar em consideração acerca do PNAE é a evolução social e econômica dos agricultores familiares, partindo de pequenos projetos, alavancando rentabilidade para seu lote e, conseqüentemente, investindo em novas alternativas e projetos para plantio e comercialização de seus produtos. Estes novos projetos incluem o crescimento das cooperativas e associação existentes no assentamento, fortalecendo vínculos e acesso a novos editais, geração de empregos, inclusão da juventude em novos desafios, estimulando o jovem a se interessar pelas atividades econômicas e comerciais do assentamento. O acesso das organizações dos assentados ao PNAE fortalece a soberania alimentar da região.

Troian, Klein e Dalcin (2011) destacam que o segmento entendido como agricultura familiar possui peculiaridades que o diferencia das demais atividades econômicas, devido suas potencialidades referentes à interdependência de fatores de produção, propriedade e trabalho, além de sua capacidade de gerar emprego e renda no meio rural.

Para que o agricultor familiar tenha acesso ao PNAE é necessário possuir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). O DAP pode ser emitido para pessoa física ou pessoa jurídica no caso das cooperativas e associações. Ressaltando que o acesso ao DAP jurídico é válido apenas para as organizações onde seus associados e cooperados estejam com suas DAPs em dia.

O PRONAF é uma outra política pública para a agricultura familiar que representa um avanço na intervenção do Estado na agricultura brasileira, ao facilitar o acesso dos produtores ao crédito rural. Segundo Schneider et al. (2004) o surgimento do PRONAF é um reconhecimento do Estado em relação a uma nova categoria social: os agricultores familiares, até então definidos por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultura de subsistência.

Vilela et al (2002) caracterizam a agricultura familiar como uma atividade que utiliza mão-de-obra dos membros da família, tendo capital limitado e mercado dependente. Trata-se de um segmento de suma importância para o desenvolvimento econômico do Brasil, pois produz uma diversidade de produtos para subsistência e para exportação, oferecendo empregos com baixo custo social. Carneiro afirma sobre a relação da qualidade de vida da população rural e o PRONAF:

[...] o padrão de organização da produção privilegiado pelo PRONAF e a sua função social no desenvolvimento econômico do país estão sustentados, implicitamente, nas noções de produtividade e na rentabilidade crescentes, o que resultaria, segundo os formuladores desse programa, em uma contribuição do setor para a competitividade da economia nacional e, em consequência, na melhoria da qualidade de vida da população rural. (CARNEIRO, 1997, p.71)

Buainain e Garcia (2013) citam a importância do PRONAF para o meio rural, afirmando que os agricultores familiares só irão crescer e se manter no campo com ajudas externas, como a política de crédito rural, para que possam se tecnificar e aumentar consideravelmente sua produção, visando seu crescimento econômico. Pode-se afirmar que o PRONAF estimula a produção de alimentos e a criação de animais pelos agricultores familiares, ocasionando uma diversificação rural, aumentando mercados de vendas e consumo e gerando renda

Quando o PRONAF surgiu na década de noventa, seu principal objetivo era o apoio econômico à agricultura familiar através de taxas diferenciadas de crédito rural. Nos anos dois mil novas políticas públicas foram surgindo, como o PAA, a Lei da Agricultura Familiar, o

Seguro Rural, a nova Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e, mais recentemente, a Lei 11.974/2009 que regulamentou o PNAE, visando atender a compra de alimentos dos agricultores.

No que se refere a extensão rural, Lisita (2005) comenta que:

A Extensão Rural no Brasil nasceu sob o comando do capital, com forte influência norte-americana e visava superar o atraso na agricultura. Para tanto, havia a necessidade de “educar” o povo rural, para que ele passasse a adquirir equipamentos e insumos industrializados necessários a modernização de sua atividade agropecuária, com isso ele passaria do atraso para a “modernidade”. O modelo serviria para que o homem rural entrasse na dinâmica da sociedade de mercado, produzindo mais, com melhor qualidade e maior rendimento. (LISITA, 2005, p.1)

Ambos os assentados A e P tiveram acesso ao PRONAF para viabilizar a implantação de sistemas agroflorestais em seus lotes individuais. Suas organizações também conseguiram recursos para a construção de uma pequena agroindústria e compra de tratores e veículos através do Projeto Microbacias II.

Atualmente, com a finalidade de vencer as dificuldades políticas e econômicas, a cooperativa do assentado A, a cooperativa do assentado AD e a associação do assentado P se uniram formando uma única cooperativa com 46 cooperados. O número maior de afiliados permite uma participação mais significativa no PNAE.

Segundo o assentado AD:

“As cooperativas e associação se uniram para combater as dificuldades futuras, as desigualdades sociais e conseguir se manter firmes no PNAE.” (ASSENTADO AD, 2018)

Valendo-se da estrutura de cada entidade, a união da associação e cooperativas tem o objetivo de aumentar a produção e as formas de comercialização de seus produtos, tais como entregar a polpa da acerola, a mandioca descascada, entre outros produtos manipulados coletivamente em uma das estruturas de processamento montadas com os recursos do Projeto Microbacias II. Uma dificuldade comum a todas organizações do assentamento diz respeito a obtenção do Alvará da Vigilância Sanitária junto aos órgãos fiscalizadores, sem o qual não é possível o crescimento almejado. Segue confirmação pelo assentado P:

Temos produção, temos logística, conhecimento técnico, temos estrutura montada, mas não conseguimos avançar em nosso objetivo. (ASSENTADO P, 2018)

O assentado A confirma:

“Temos tudo e não temos nada.” (ASSENTADO A, 2018)

Segundo o assentado P, a pequena agroindústria da associação sempre sofre com as visitas da vigilância sanitária, uma vez que os fiscais sempre colocam empecilho no que diz respeito a estrutura da agroindústria: uma hora não tem banheiro para deficiente, outra hora não tem a parte estrutural e arquitetônica correta. O fator primordial, na visão do assentado P, é a falta de vontade e conhecimento das nutricionistas responsáveis pelo PNAE, que poderiam ajuda-los. Outro ponto de dificuldade, que resulta na não emissão de alvará pela vigilância, é a falta da outorga⁹ que é responsabilidade do INCRA, e a consequente falta de certificação da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), devido à falta da outorga. A falta de alvará impede o projeto de adequação da agroindústria e o aumento das vendas diretas.

As entrevistas com os dirigentes de cooperativas e associações do assentamento Sepé Tiarajú confirmaram a importância das políticas públicas par o fortalecimento da agricultura familiar. Também evidenciaram a dificuldade dos assentados em gerenciar tantos fatores envolvidos tanto na produção como na comercialização dos produtos e condução das organizações presentes no assentamento. Segundo Lourenzani (2006):

Existe uma série de fatores que afetam significativamente o desempenho dos empreendimentos rurais. A elaboração de projetos agrícolas para a solicitação de crédito, a tomada de decisão sobre o que produzir, a escolha da tecnologia a ser adquirida, o processo de compra de insumos e venda de produtos, os acessos aos mercados, entre outros, estão entre eles. De maneira geral, lidar com essa complexidade de funções concomitantemente exige capacitações gerenciais, ausentes na maioria dos produtores rurais, inclusive os familiares. Tal deficiência provoca impactos negativos no desenvolvimento desse segmento e, consequentemente, na sua integração aos mercados mais dinâmicos (LOURENZANI, p.02, 2006).

⁹ Documento entregue aos assentados pelo INCRA normatizando o uso de poços e certificando a água do assentamento.

PARTE II – A JUVENTUDE RURAL: DESAFIOS E CENÁRIOS DE VIDA

2.1 – Reflexões sobre a definição de juventude e as políticas públicas para a juventude

Segundo Carneiro e Castro (2009), o termo juventude remete o pensamento à vários conceitos que a definem como uma etapa da vida imprecisa, época dos estudos, fase de transição de etapas ou término delas, anseios quanto a vida profissional, fase de desligamento da rotina dos pais e a criação de sua própria rotina, saída da casa paterna e até mesmo época de constituição de uma nova família.

Bourdieu (1983) conceitua juventude como sendo algo além da dimensão da faixa etária. Afirma que reduzir a juventude a uma classificação etária, é um mecanismo de poder. Juventude é apenas uma palavra, pois os modos de classificação, que opõem faixas etárias, por exemplo, entre jovens e velhos, significam uma divisão de poderes, que impõem limites e buscam produzir uma ordem hierárquica, entendida pelo autor como objetos de manipulação.

Para Pais (1993), o conceito de juventude, ao contrário de representar uma delimitação pela idade biológica, deve ser entendida a partir das construções sociais que envolvem tal dimensão. Esta é, sem dúvida, uma fase muito importante na vida do ser humano, por ser repleta de decisões que irão interferir diretamente na vida adulta, gerando consequências assertivas ou não assertivas. Esses desafios e decisões geram ansiedades sobre o futuro, levando os jovens a nuances comportamentais em relação à família, amigos, a si próprios e julgando-se a auto estima de acordo com as decisões tomadas ou até mesmo os erros cometidos.

É a fase em que começam os primeiros passos para uma futura independência, ou seja, o descobrimento de própria identidade e a construção das relações sociais e familiares. Esta descoberta se dá através de várias decisões que devem ser tomadas em curto prazo, tais como: a escolha da profissão a ser seguida através do exame de vestibular e o curso de uma graduação, o exame de habilitação, que é na verdade um certificado de liberdade e independência para muitos, o início das relações amorosas e para alguns ainda, a descoberta da sexualidade, a primeira viagem sem os pais juntamente com os amigos, o primeiro emprego, o primeiro carro, entre outros eventos e decisões que permeiam esta fase. Diógenes (1998) conceitua juventude, quanto a sua constituição:

Falar em juventude é movimentar-se em um campo ambíguo de conceituação. A juventude se constitui enquanto categoria social, no que tange a definição de um intervalo entre a infância e a vida adulta, apenas no final do século XIX, ganhando contornos mais nítidos no início do século XX. A juventude é uma invenção moderna, sendo, desse modo, tecida em um terreno de constantes transformações (DIÓGENES, 1998, p. 93).

O Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), utilizou como definição etária de juventude o período compreendido entre quinze e vinte e nove anos, sendo considerados jovens os adolescentes jovens (entre quinze e dezessete anos), os jovens - jovens (entre dezoito e vinte e quatro anos) e os jovens adultos (entre vinte e quatro e vinte e nove anos). Já para a Constituição Brasileira, através do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a juventude é uma fase que compreende o período dos doze aos dezoito anos.

Segundo Castro (2009) deve - se considerar o termo juventude além de um recorte de população específica, mas, sobretudo, a partir dos processos de interação social e as configurações em que está inserida, ou seja, juventude é, além de uma categoria que representa identidades sociais, uma forma de classificação social que pode ter múltiplos significados, mas que vem se desenhando em diferentes contextos como uma categoria marcada por relações de hierarquia social. Castro ressalta:

Entretanto, muitos trabalhos tratam juventude como categoria auto-evidente ou autoexplicativa, utilizando idade e/ou comportamento como definições metodológicas. Essa concepção de juventude é retomada nos anos 90, tanto no campo acadêmico quanto pelas políticas sociais. Muitas dessas construções carregam um olhar em que juventude é passível de uma definição universalizante. Tais como: as definições da categoria a partir de elementos físicos/psicológicos, como faixa etária, mudanças físico-biológicas e/ou comportamentais; as definições substancializadas/adjetivadas da categoria; e as definições que associam juventude e jovem a determinados problemas sociológicos e/ou como agentes privilegiados de transformação social. (CASTRO, 2009, p.184).

Criado em treze de julho de 1990 por meio da Lei 8069, o ECA representou um avanço em termos de políticas públicas para o Brasil, na garantia dos direitos da criança e do adolescente. Conforme seu Artigo 1º, o objetivo principal do ECA é a proteção integral da criança e do adolescente, categorizando como criança o indivíduo até doze anos de idade e adolescente o de doze a dezoito anos. No entanto, entende-se que esta política pública protege o adolescente até os 18 anos de idade ou em casos expressos em lei, garante os direitos até aos vinte anos de idade.

O ECA é colocado em prática através da atuação dos Conselhos da Criança e do Adolescente (CMDCA), atuando em conjunto com a sociedade, prevenindo e corrigindo os conflitos sociais, buscando garantir os direitos da criança e do adolescente. O CMDCA é formado por conselheiros participantes do terceiro setor do município, eleitos em plenária e eleição, juntamente com eles, o Conselho Tutelar Municipal, as universidades, órgãos públicos tais como a Receita Federal e as organizações sem fins lucrativos e não governamentais (ONGs) do município. As mesmas atuam também na garantia dos direitos da criança e do adolescente em um eixo específico, sejam em programas de aprendizagem em contra turno escolar,

liberdade assistida, educação infantil regular, educação de jovens regular, entre outras atividades.

Paralelo ao ECA, uma forma de garantir os direitos da juventude é a criação de políticas públicas nas diferentes áreas de conflito ou carências, inserindo-os no processo de desenvolvimento e democratização do país. Tais políticas públicas buscam assegurar os direitos da juventude em termos da profissionalização, geração de emprego e renda, cidadania, acesso à cultura e saúde, construindo a autonomia pessoal e independência do jovem, levando-o a vencer os desafios das múltiplas desigualdades como diferenciação de classes sociais, gênero, etnia, orientação sexual, deficiências físicas, etc. Segundo a Cartilha Nacional da Juventude:

O reconhecimento dos jovens por parte das políticas públicas decorre do entendimento de que a juventude é uma etapa do ciclo da vida – para além de uma mera fase de transição ou formação – que carrega sentido em si mesma. Marcada pela superação da condição anterior de dependência e proteção exigida pela infância e adolescência, é na juventude que o indivíduo processa de maneira mais intensa a conformação de sua trajetória, valores, e a busca de sua plena inserção na vida social. (BRASIL, 2013, p. 8)

Para o acesso do jovem ao primeiro emprego, por exemplo, o programa de política pública criado para a proteção dos direitos da juventude é o Programa Jovem Aprendiz, por meio da lei 10.097 no ano de 2000, que tem por objetivo regulamentar o trabalho do adolescente a partir dos quatorze anos até os vinte e quatro anos de idade, e ainda, diminuir os indicadores de desemprego nesta fase, dando ao jovem a chance do primeiro emprego. O Programa Aprendiz também foi criado como medida de combate ao trabalho perigoso, insalubre e até mesmo escravo, pois no mercado corporativo anterior a esta lei haviam muitos jovens em condições escravas e perigosas de trabalho, sem parâmetros financeiros e previdenciários, comprometendo o estudo e a formação escolar. Atualmente o Programa Aprendiz está vinculado ao Sistema S¹⁰ e ONGs do terceiro setor no município a qual atende aos jovens.

O Programa Aprendiz obriga as empresas limitadas (Ltda.), em alguns seguimentos, com mais de quinze funcionários, a terem um percentual obrigatório de jovens contratados, o que era vistoriado pelo extinto Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que atualmente virou uma pasta dentro do Ministério da Economia, caso contrário são multadas. Por esta lei é permitido o jovem trabalhar de quatro a seis horas por dia, e para fazer parte deste Programa o jovem precisa estar matriculado em curso do ensino médio ou ter o mesmo finalizado.

Foram criados pelo governo federal inúmeros programas de políticas públicas que beneficiam também aos jovens, garantindo direitos, tais como: Programa Universidade para

¹⁰ SENAI, SENAC, SEST e SENAT

Todos (PROUNI), garantindo o acesso da juventude às universidades particulares, com programas de bolsas; O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), com acesso da juventude ao ensino técnico, dando ao jovem uma formação técnica para acesso ao mercado de trabalho; Minha Casa Minha Vida para acesso do jovem a compra do seu primeiro imóvel; Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural que visa a garantia dos direitos da juventude rural no meio em que vivem, entre outros. As políticas públicas são colocadas em prática a partir da articulação do governo Federal, Estados e Municípios.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a juventude refere-se a um período não necessariamente delimitado apenas pela idade, mas que compreende outros fatores, relacionados a intensas transformações biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam de acordo com as diferentes classes sociais, culturas, épocas, etnias, gênero, dentre outros determinantes, tais como o consumo na sociedade atual e a grande influência deste consumismo no comportamento do jovem. Sobre o consumo e juventude, Esteves e Abramovay deixam claro:

Sujeitos de uma sociedade de consumo ostentatória – cujo principal traço é suscitar nas juventudes, mas não apenas entre elas, aspirações que, muitas vezes, desaguam em frustrações, porque irrealizáveis para a grande maioria transitam no seio de uma arquitetura social cuja desigualdade e acirramento das diferenças constituem algumas de suas faces mais visíveis (ESTEVES e ABRAMOVAY, 2007 p. 27).

Todas essas intensas transformações e suas determinantes caracterizam a juventude, a qual tem sido pauta de muita discussão pelos CMDCA's a nível nacional, na criação e avaliação de políticas públicas de forma a contribuir para o equilíbrio econômico, social, psicológico e cultural, dando ao jovem o acesso à educação, programas de empregabilidade, saúde e cultura.

Segundo o ECA, não há distinção entre juventude urbana e juventude rural, ou seja, a garantia dos direitos são para todos sem distinção. As políticas públicas, conforme citado acima, também são para todos e buscam atender a todos. Muitas vezes, em alguns cenários econômicos e em algumas regiões do Brasil, há uma certa dificuldade do jovem rural acessar programas como o Programa Aprendiz devido a distância e dificuldades de mobilidade ou Minha Casa Minha Vida pela ausência de registro em carteira de trabalho ou ainda pelo fato do jovem não querer sair do campo para os grandes centros urbanos.

Ao analisar a juventude não se pode igualar os jovens, já que os mesmos se diferenciam por estarem ou não empregados, formal ou informalmente, por dependerem ou não dos pais e por estarem na universidade ou não. Ao analisar a juventude é necessário um olhar amplo para distinguir as características que os diferenciam uns dos outros, com a finalidade de tornar a

análise mais completa e precisa. Segundo Castro (2009) a juventude é sentida e vista como uma categoria social subordinada nas relações sociais, sendo sempre associada a “futuro” e à “transformação social”.

2.2 – A juventude rural e seus desafios

Existem algumas depreciações conceituais e sociais relacionadas ao jovem rural quando comparado ao jovem urbano. O jovem rural carrega o peso de uma posição hierárquica de subalternidade, uma categoria percebida como inferior nas relações de hierarquia estabelecidas na família, bem como na sociedade. Essa posição está marcada por um contexto nacional de difíceis condições econômicas e sociais para a pequena produção familiar (Castro, 2009).

Este jovem muitas vezes é ignorado como ator político devido à grande pressão que lhe impõe a comunidade do campo na hierarquia familiar, tendo este dificuldade na busca por sua autonomia e realização pessoal, profissional e até mesmo social. As dificuldades do jovem rural na conquista de sua autonomia são muito maiores do que as do jovem urbano, levando em consideração a cultura familiar de criá-lo desde criança para a sucessão rural, quase que o obrigando a mesma. Segundo Castro:

Neste sentido, juventude é, além de uma categoria que representa identidades sociais, uma forma de classificação social que pode ter múltiplos significados, mas que vem se desenhando em diferentes contextos como uma categoria marcada por relações de hierarquia social. (CASTRO, 2009, p.182).

Segundo Abramovay (2000) o jovem rural tem as mesmas necessidades e tendências de mudanças tal como o jovem urbano, o que os difere é que o jovem urbano nasce, cresce e se desenvolve por meio dos estudos para colocar em prática sua formação acadêmica em pesquisa, no mercado de trabalho e, ainda, no empreendimento de um negócio próprio.

Não se pode ignorar também que no meio urbano existem mais oportunidades de trabalho e estudo, que a abrangência das políticas públicas é maior e as mesmas conseguem chegar a juventude urbana com mais frequência, infiltrando-se nos objetivos de vida da mesma e ainda, levando este jovem a uma rápida autonomia, comparado ao jovem rural.

O jovem rural, por sua vez, luta para estudar e ao término de seus estudos se depara com o grande problema do que fazer, com o que trabalhar, surgindo uma infinidade de dúvidas, anseios e perguntas. No caso dos assentamentos rurais, espera-se que este jovem pratique a sucessão rural, dando continuidade à agricultura familiar existente no lote dos pais e atue junto a coletividade, dando continuidade também à militância pelo acesso à terra.

Todas as interrogações que o jovem rural encontra nesta fase o colocam em uma auto-análise, levando-o a uma reflexão da sua vida atual e seus projetos de vida no futuro, alguns dos quais se contrapõem ao cenário de vida em que o mesmo vive. De um lado aprecia-se a vivência com a família, com suas tradições; por outro se analisa a expectativa de vida futura. Ao citar tradições, pode-se dizer que é a história de vida junto com sua família, pois alguns foram para o campo crianças e aí cresceram, outros nasceram no campo e desde sempre aquela é sua forma de vida e característica social. Lopes e Carvalho caracterizam a juventude rural:

A juventude é uma categoria social e historicamente construída em que as características variam de acordo com o contexto em que se encontram inseridas, de forma que na compreensão dos jovens rurais se deve levar em conta as transformações que ocorrem na sociedade rural, tais como a diversificação das atividades produtivas, para além da agrícola; maior integração do rural com o urbano; transformações dos estilos de vida e valores; melhoria da mobilidade geográfica e descentralização política administrativa. (LOPES e CARVALHO, 2015 p. 573).

Cada comunidade rural tem sua cultura e a mesma é passada aos jovens, ainda quando crianças, através da criação pelos pais e dos ensinamentos que a família lhes repassa. Esta cultura recebida da família interfere na visão de mundo do jovem e, por sua vez, em suas decisões relacionadas ao futuro através de seu planejamento de vida. Para alguns, o trabalho e o sustento da família é o verdadeiro conceito de realização, trabalhando no lote dos pais e morando com os mesmos sem grande interesse em casar, ter filhos; para outros, a realização está em casar, ter filhos e constituir sua própria família, iniciando uma nova atividade agrícola em seu próprio lote; já outros, a saída do campo para a cidade é seu maior projeto.

A juventude é denominada uma fase de muitas incertezas, e o jovem rural retrata fielmente este perfil delineado por muitos pesquisadores e estudiosos da juventude rural. Esta incerteza vem de um anseio que toma conta dos mesmos em relação as formas e ferramentas que deverão ser utilizadas na concretização da autonomia. Muitos são frustrados de início e não conseguem dar o primeiro passo para ter esta autonomia, devido à falta de recursos no campo, a cultura familiar não apoiadora, a pressão dos pais para a sucessão rural, a não efetividade de políticas públicas para o campo.

Segundo Helena W. Abramo (2005), para a compreensão do perfil do jovem em um grupo é preciso compreender suas desigualdades. Em uma comunidade rural, tal como a dos jovens do Assentamento Sepé Tiarajú, foi possível perceber, através da pesquisa participante, que cada jovem tem sua forma de ver a vida, encarar os desafios e traçar seus objetivos conforme sua percepção e vivência das dificuldades.

O grande conflito do jovem rural é: ficar no campo ou ir para a cidade? Este conflito de identidade ou de projeto de vida o torna invisível na própria comunidade em que vive, muitas

vezes estimulando-o a não criar uma identidade com o local onde mora, deixando que os conflitos o dominem. Castro (2009) ainda cita que o jovem rural contemporâneo se tornou um novo ator político devido a dialogicidade com o mundo globalizado, de forma a criar novas nomenclaturas para este jovem, tais como: jovem da roça, jovem rural ou jovem camponês.

Além da hierarquia familiar, outros fatores vem definindo a figura do jovem rural, tais como etnia, sexualidade, religião, entre outros. Atualmente a juventude como um todo tem se mostrado impar nas discussões de diversos assuntos e conflitos. Em busca da sua autonomia, a juventude rural assume posição mais crítica em seus posicionamentos, conforme cita Alves e Dayrell:

O passo a passo das ações, o planejamento organizado, a capacidade de crítica e autocrítica do campo de possibilidades é a marca dos sujeitos que organizam seus projetos de forma estratégica. (ALVES e DAYRELL, 2015 p.384)

Este jovem luta por seus direitos como cidadão assim como o jovem urbano, mesmo tendo acesso menor aos serviços e programas do Estado. Um exemplo dessa realidade é que enquanto os jovens do meio urbano tem acesso a uma educação superior ou tecnológica com maior frequência, o jovem rural ainda luta por melhores condições de acesso ao ensino médio.

O jovem rural carrega o peso de uma posição hierárquica de submissão, em um contexto ainda marcado por difíceis condições econômicas e sociais para a produção familiar (Castro, 2005). Ou seja, esse jovem rural ainda é visto como limitado, preso ao seio familiar e até que o mesmo prove o contrário, que conquistou sua autonomia, será visto como um simples integrante da hierarquia familiar.

Esta posição hierárquica vai além do desafio de provar sua autonomia; o relacionamento dos pais com os filhos na questão do controle também interfere em suas decisões. Por exemplo, filhas mulheres tem uma tratativa diferenciada dos filhos homens, tanto na questão da produção familiar como social. A filha mulher é vista como alguém que deve encontrar um marido para ter sua própria família, enquanto o filho homem deve constituir sua própria família. Em algumas comunidades, a mulher não pode andar sozinha sem a companhia de um parente do sexo masculino, ressalta Castro (2009).

Percebe-se uma exclusão do jovem rural no Brasil ao analisa-lo como ser social, integrante de uma comunidade. Comparando-o com o jovem urbano percebe-se os conflitos em maior proporção, programas de políticas públicas em menor proporção e o acesso a eles, menor ainda. Ele vive seus conflitos mais intensamente que o jovem urbano.

2.3 – O jovem rural em relação ao meio urbano

O meio urbano é um grande vislumbre para o jovem rural devido as oportunidades que o mesmo oferece em termos educacionais, de trabalho para geração de renda e autonomia financeira, lazer, relações afetivas, entre outros fatores. Assim como o jovem urbano, o jovem rural tem seus anseios para o futuro e a necessidade de realização de seus projetos de vida. Os jovens rurais seriam aqueles que vivem o “dilema” do trânsito entre o campo e a cidade, e sofreriam de forma mais direta as transformações sociais no meio rural (Carneiro, 1998).

Conforme cita Castro (2009), a juventude rural no Brasil é sempre associada ao êxodo para os grandes centros; o ficar ou o ir embora envolve conflitos de imagem para o jovem, conflitos familiares e até mesmo conflitos intrapessoais. Esses conflitos acabam passando para os demais uma imagem de desinteresse em ficar no campo, de ser invisível na luta pelas identidades sociais e demandas sociais. A imagem do jovem desinteressado pelo campo, já era estudada na literatura clássica sobre o campesinato no século XIX, como mostram os trabalhos de Chayanov (1974).

Os grandes centros metropolitanos alimentam no jovem rural a vontade de realização de seus projetos de vida com rapidez devido a estrutura comercial, industrial, educacional e acesso a saúde que o mesmo oferece. Para Lopes (2015), este processo de migração do jovem rural para o meio urbano tem causado preocupação nos movimentos sociais, e entre pesquisadores estudiosos do campo e das políticas públicas.

Quando o rural é visto como uma expansão gradativa do meio urbano, de fronteiras pouco definidas, é possível perceber que o processo rural urbano tem levado os jovens do campo a novas relações de vivência e trabalho, criando assim no meio rural novos estilos de vida, concepção de mundo, modalidades de trabalho, novas formas de sustentabilidade e uso de novas tecnologias que tecem uma interdependência entre ambos, conforme Wanderley (2001):

Levada às últimas consequências, esta vertente das teorias da urbanização do campo e do continuum rural-urbano apontam para um processo de homogeneização espacial e social, que se traduz por uma crescente perda de nitidez das fronteiras entre os dois espaços sociais e, sobretudo, o fim da própria realidade rural, espacial e socialmente distinta da realidade urbana (WANDERLEY, 2001 p.32).

As novas relações da juventude rural com a juventude urbana possibilitada por esse *continuum* rural-urbano, permite ao jovem rural se apropriar mais facilmente do uso das novas tecnologias, do estreitamento das novas amizades, da troca de experiências, visualizando e compreendendo mais claramente as facilidades que o jovem urbano tem na busca de sua autonomia como ator social.

Em relação a proximidade entre o campo e a cidade, Wanderley (2001), ainda afirma que:

Quando estou falando de mundo rural, refiro-me a um universo socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais. Não estou, portanto, supondo a existência de qualquer universo isolado, autônomo em relação ao conjunto da sociedade e que tenha lógicas exclusivas de funcionamento e reprodução (WANDERLEY, 2001, p. 32).

Neste trecho, a autora deixa claro a integração entre o meio rural e o meio industrial e urbano, enfatizando a relação de ambos. No que diz respeito à interação econômica, social e cultural, representando atualmente elemento chave para a balança comercial brasileira, além de fornecer as hortaliças, carnes e ovos, leite e demais gêneros alimentícios, utilizados pela sociedade de forma direta ou pela indústria para criação de produtos acabados.

Para Lopes (2015) a vida no campo aponta para novas possibilidades, mas também aponta para as dificuldades através de obstáculos tais como demora em conhecer e ter acesso à programas de políticas públicas direcionadas ao campo e até mesmo ao jovem e ainda o seu reconhecimento como ator social perante a hierarquia familiar.

São os obstáculos da vida no campo e a demora da ação dessas políticas que levam o jovem a realizar o êxodo para os grandes centros, em busca de melhores condições de vida e realização de seus projetos, alicerçados na busca por estudo e trabalho, alimentados pelo grande sonho da autonomia, que no campo não fora possível, deixando de lado a luta como ator social.

Segundo Castro (2009), em suas pesquisas de campo há um relato recorrente entre a maioria dos jovens que afirmaram querer ir embora do campo, relacionando esse desejo com querer viver em um lugar melhor devido a sua desvalorização social nos espaços urbanos que frequentam, tanto nas referências sobre a sua vida familiar e amigos, quanto pela exclusão no acesso aos serviços públicos e mesmo aos privados.

Em contrapartida, existem grupos de jovens no campo que lutam por uma identidade social através da formação de grupos sociais nos assentamentos, áreas rurais lutando por espaço, por acesso a políticas públicas e por um reconhecimento social, tentando conquistar uma identidade autônoma no campo e, ainda, conquistar o seu espaço perante seus pais, familiares e amigos, conforme Castro enfatiza:

Esse jovem rural se apresenta longe do isolamento, dialoga com o mundo globalizado e reafirma sua identidade como trabalhador, camponês, agricultor familiar, acionando diversas estratégias de disputa por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos. Assim, jovem da roça, juventude rural, jovem camponês são categorias aglutinadoras de atuação política. (CASTRO, 2009. p.05).

O ficar ou sair do meio rural é sempre um dilema grande para os jovens do campo, causando mal-estar e ansiedade, pois de um lado esta decisão vem acompanhada por uma cobrança de seus pais, deixando claro a expectativa deste jovem em assumir a agricultura familiar, de outro, o jovem alimenta os anseios por estudo e oportunidades. Some-se a esse quadro a deficiência de programas de políticas públicas que tratem dos problemas sociais e econômicos de forma a solucioná-los, criando assim melhores expectativas de vida no campo.

Os jovens sentem-se menosprezados pelos adultos na prática vivida no dia-a-dia no meio rural, conforme encontrado por Castro (2009) em suas pesquisas no meio rural catarinense. Nestas pesquisas Castro (2009) constatou que a autoridade paterna ainda visualiza um desinteresse e descompromisso do jovem rural, marcando a falta de legitimação deste jovem como produtor rural, dando início a conflitos familiares que afastam também o jovem do querer realizar a sucessão.

Abramovay (1998) argumenta que a questão sucessória no campo está articulada em torno da figura paterna, que determina o momento e a forma da passagem das responsabilidades sobre a gestão para a próxima geração. Castro (2009), após um estudo feito em uma comunidade rural em Santa Catarina, pode concluir que os jovens desta comunidade estão ainda inibidos em relação a sucessão rural devido tanto a conflitos de relacionamento com o pai quanto a diferença no modo de pensar das diferentes gerações, além de problemas econômicos, políticos e sociais, segue relato:

(...) ser jovem carrega a marca da pouca confiabilidade na hierarquia das relações familiares, ainda que assuma posição de destaque nos discursos sobre a continuidade do assentamento e movimentos sociais, por exemplo. Os que assim se identificam “lutam” para que prevaleçam outras representações, acionando significados e leituras distintas sobre as relações entre adultos e jovens. A relação pais e filhos expõe a autoridade paterna como constitutiva da imagem “dominante” do jovem. Para essa “disputa” os espaços onde os jovens atuam enquanto coletivos organizados, no caso espaços religiosos, contribuem para a construção dessas representações que se opõem às representações dos adultos. (CASTRO, 2009 p.10).

Um dos grandes inimigos da sucessão rural é a falta de acesso à educação e os problemas econômicos do meio rural. Além de criar barreiras para a agricultura familiar, tais problemas vem obrigando ao jovem a realizar o êxodo para os grandes centros, mudando o estilo de vida, criando um desinteresse pelo trabalho na agricultura familiar devido ao acesso as novas tecnologias e os novos vínculos de trabalho e amizade. Brumer (2007), afirma que os atrativos da cidade e do novo ambiente, e os aspectos negativos do lugar de origem são as maiores causas do êxodo dos jovens para a cidade, prejudicando assim a sucessão no campo.

Analisando o jovem rural, percebe-se que a exclusão é uma marca que o mesmo carrega consigo (Castro, 2009), seja pela presença nula das políticas públicas tanto para as demandas

do meio rural em geral, como para a juventude em específico, más condições de acesso à uma educação de qualidade, conflitos familiares e na comunidade onde vivem. Essa problemática cria barreiras para que a sucessão aconteça, juntamente com a continuação da agricultura familiar. Lopes e Carvalho (2015) afirmam que:

Todas as atividades realizadas pela juventude, sejam elas no seu cotidiano ou voltadas para o lugar, são importantes para a construção dos projetos de vida, uma vez que ocorrem a partir de suas vivências no espaço em que moram. Por mais que os jovens apontem para um futuro promissor, este futuro é moldado a partir de suas condições reais e concretas de existência. (LOPES e CARVALHO, 2015 p. 580).

Segundo Abramovay (1998), o fortalecimento e a articulação de políticas públicas para o meio rural solucionaria as questões ligadas a sucessão rural, possibilitando o fortalecimento do modo produtivo familiar e ainda a quebra dos conflitos familiares, juntamente com a solução dos problemas econômicos que desencadeiam os conflitos sociais. Esse fortalecimento das políticas públicas também ajudaria o jovem a construir uma identidade rural e projetos de vida no campo, apropriando-se de seu espaço e baixando os índices do êxodo rural e a busca por novas formas de vida nos centros urbanos.

2.4 – As políticas públicas para a juventude rural

Assim como o jovem urbano, o jovem rural também é assistido por programas de políticas públicas do Estado, embasadas no CONJUVE. Para o ECA, não há distinção ou privilégios ao jovem urbano, comparado ao jovem rural, mesmo que na prática, o jovem urbano acesse com mais facilidade os programas destinados a juventude como um todo. No entanto, os programas são amplos e abrangem tanto o meio urbano como o meio rural sem entraves. O que impede o jovem rural de acessar são fatores tais como locomoção, tempo e espaço.

Segundo Barcellos (2014), deve-se considerar as potencialidades e fragilidades vivenciadas pelos jovens rurais em suas diferentes trajetórias, que passam pelo acesso e/ou falta de terra, lazer, educação, saúde e recursos de crédito financeiro para investir na propriedade rural. O autor ainda afirma que tais potencialidades ou fragilidades poderiam ser garantidas e/ou supridas através da implementação de programas efetivos.

Para que o campo fique atrativo e a sucessão nos assentamentos seja realizada através da juventude rural, é necessário primeiro a criação e implementação de novos programas de políticas públicas para a agricultura familiar, resolvendo seus problemas econômicos e sociais como um todo e posteriormente serem criados e implementados programas para a juventude em específico. Percebe-se que o apoio e as iniciativas partem da assessoria técnica de entidades

tais como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, universidades e ONGs em compreender e apoiar a agricultura familiar, as relações no campo e em específico a juventude.

Barcellos (2014) afirma que a juventude rural precisa ser vista e considerada como um ator que se articula politicamente na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas que atendam suas demandas. Portanto, a organização da estrutura econômica da agricultura familiar já é um grande passo na implementação de programas também para a juventude, e não apenas para seus pais. A estruturação da agricultura familiar, empodera o meio rural como um todo, transferindo a organização produtiva de pai para filho, reorganizando a sucessão familiar.

Segundo Castro (2009), os jovens são considerados teoricamente como sujeitos chaves para o desenvolvimento rural. Os jovens rurais são importantes na construção de políticas públicas que levem a juventude a permanecer ou não no meio rural, pois são os sujeitos responsáveis pela manutenção e ampliação do patrimônio familiar.

Segundo o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), os primeiros programas de políticas públicas direcionados especificamente para a juventude iniciaram nos anos noventa, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), sendo este o primeiro a ter a juventude rural como público-alvo. A partir de 2000 houve um aumento significativo desses programas nas áreas rurais, principalmente programas na área da educação, tais como Arca das Letras, Saberes da Terra e Brasil Alfabetizado. Castro (2009) relata:

[...] As possibilidades reais de escolarização, acesso à terra e à renda, muito valorizados como caminhos para a construção de autonomia”, são desafios para muitos jovens que vivem no mundo rural, na medida em que, enfrentam barreiras para sua autonomia e possibilidades de escolhas. (CASTRO, 2009, p.101)

Nos últimos anos, várias ações específicas voltadas ao campo político da juventude foram constituídas por meio de seminários, pesquisas, militâncias, movimentos e redes de jovens, que discutiam a questão da juventude. Seguindo o Seminário Nacional da Juventude (SNJ), em 2004 foi instituída na Câmara Federal a Comissão Especial de Políticas Públicas de Juventude, que iniciou um debate sobre a constituição do Plano Nacional de Juventude, e do Estatuto da Juventude.

No ano de 2011 o Comitê Permanente de Promoção de Políticas para a Juventude Rural (CONDRAF) por meio da Resolução nº 79, previa tanto a proposição como o acompanhamento de políticas para a juventude, desenvolvendo as atividades rurais, viabilizando as políticas públicas a fim de atender as demandas dos jovens no meio rural.

Outros programas surgiram, segundo o MDA, tais como: Programa Nacional de Crédito Fundiário/Nossa primeira terra, Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF Jovem), o Consórcio Social da Juventude Rural e o Saberes da Terra - os quais envolvem iniciativas conjuntas de três Ministérios: Agrário, Educação e Trabalho. Posteriormente surgiram os programas do Ministério da Educação e Cultura, como por exemplo o Brasil Alfabetizado, e o Programa Nacional de Transporte Escolar, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Todos os programas citados acima vêm de encontro com a necessidade da juventude em assumir um papel emancipador e de autonomia, seja relacionado ao crédito para o financiamento de terras, ou atividades pertinentes à agricultura familiar, cursos técnicos e profissionalizantes para reciclagem.

Castro (2016) afirma que as institucionalidades criadas nos últimos anos, a exemplo da SNJ e do CONJUVE, foram fundamentais para que a temática da juventude assumisse visibilidade nacional, caracterizando um importante avanço nesse período do reconhecimento social desta categoria, incluindo o jovem na aba da visibilidade do Estado acerca da criação de programas de políticas públicas específicas.

O PRONAF Jovem, criado pelo MDA, é uma linha de financiamento do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) especialmente criada para os filhos dos agricultores familiares das áreas rurais e contempla jovens com a faixa etária entre 16 a 25 anos e que tenham concluído o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, ou escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional.

O Programa Nossa Primeira Terra, criado pelo MDA, é uma linha de financiamento especial dentro do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PCNF), com o objetivo de possibilitar aos jovens brasileiros a oportunidade de permanecer no campo e contribuir para o desenvolvimento rural ao invés de migrarem para as grandes cidades. O financiamento visa atender a jovens sem-terra, filhos de agricultores e estudantes de escolas agrotécnicas, na faixa etária de 18 a 24 anos que desejem adquirir uma propriedade rural.

Já o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOV) em Campo / Saberes da terra, criado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) desenvolve ações de Educação do Campo e da Juventude que deem oportunidade a jovens agricultores (as) familiares, com idade entre 18 a 29 anos, excluídos do sistema formal de ensino, a elevação de escolaridade acima do ensino fundamental com qualificação profissional inicial, respeitadas as características, necessidades e pluralidade de gênero, étnico-racial, cultural, geracional, política, econômica e produtivas dos povos do campo.

Quanto ao Consórcio Social da Juventude Rural, criado pelo MTE e MDA, o mesmo buscava qualificar jovens que residem em comunidades rurais, facilitando o seu acesso ao emprego e a outras formas de geração de renda. Para participar, esses jovens devem integrar famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo e ter concluído ou estar cursando o ensino fundamental ou médio.

Castro (2009) afirma que a juventude rural como público-alvo de políticas públicas não tem sido priorizada na maioria dos Ministérios e seus programas, porém, a intensificação do número de programas a partir de 2000 pode sinalizar mudança nesse cenário.

O importante nascimento de programas no decorrer dos últimos anos, foi consequência do reconhecimento da categoria juventude como protagonista de um processo importante para a história do meio rural e até mesmo urbano: o reconhecimento da diversidade da juventude expressa em um marco legal; o nascimento do Estatuto da Juventude; a conquista de espaços e seminários que aumentaram a sua representatividade política e social e a abertura de novos caminhos para a inclusão da juventude rural em universidades e escolas técnicas.

2.5 – O Plano Nacional da Juventude Rural – 2016 a 2019

A grande maioria dos brasileiros e brasileiras que migram para as cidades é composta por jovens, que se veem sem perspectiva de geração de renda e qualidade de vida no espaço rural. Entre 2000 e 2010, cerca de dois milhões de pessoas deixaram o meio rural; destas, um milhão são jovens, conforme dados do Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Há grande necessidade de uma política voltada para o enfrentamento da vulnerabilidade da juventude rural e para a garantia de condições para que ela permaneça no campo (MDA,2017).

O Plano Nacional da Juventude Rural nasceu da preocupação do Governo Federal em criar políticas públicas que articulassem a construção de um novo perfil de vida para o jovem rural, frente suas dificuldades. A construção destas políticas teve a participação da sociedade civil organizada, através da realização de três Conferências Nacionais da Juventude que expressaram os anseios dos jovens brasileiros em sua diversidade, segundo a Cartilha do Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural (Brasil, 2016).

A partir da atuação política dos movimentos sociais e das organizações juvenis, o Plano Nacional deixa claro que os jovens rurais ganharam espaço no governo, em especial no extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com a criação da Assessoria de Juventude do MDA, com o Comitê Permanente de Promoção de Políticas para a Juventude Rural no âmbito do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Condraf) e com

ações de proposição, implementação e monitoramento de políticas públicas específicas.

Segundo o MDA, o esvaziamento do campo apresenta-se como um sério risco à continuidade da produção agrícola familiar e, conseqüentemente, à oferta de alimentos saudáveis para o conjunto da população brasileira. Sendo assim, não é demais dizer que a questão da sucessão rural na agricultura familiar tem relação direta com a segurança e a soberania alimentar de nosso país. Afirmar – se que esta relação também se estende às soberanias hídrica e energética. O modelo da agricultura familiar combina produção, manejo sustentável dos recursos naturais e preservação dos biomas e da vida.

O Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural tem como desafio articular as políticas públicas atualmente existentes no Governo Federal e elaborar novas políticas que promovam qualidade de vida, acesso à terra, geração de trabalho e renda e efetivação dos direitos das juventudes do campo, das florestas e das águas, criando condições para a sua permanência no campo e sua emancipação sócio econômica e política.

As ações do Plano acompanham o Plano Plurianual (PPA 2016-2019) e deverão ser revisadas e atualizadas ao final deste período. Sua abrangência é nacional, devendo ser realizadas iniciativas com os demais entes federados para a articulação de ações nos âmbitos municipal e estadual.

São cinco eixos temáticos principais de programas através de uma matriz de ações que compõe o Plano Nacional da Juventude Rural: Terra e Território, Trabalho e Renda, Educação do Campo, Qualidade de Vida e Participação, Comunicação e Democracia.

O eixo Terra e Território têm como meta regularizar a posse por terras e liberação de crédito fundiário para aquisição de terras pelos jovens. Ele se divide em grupos de estratégia, sendo o primeiro deles Reforma Agrária, objetivando assegurar a garantia dos lotes advindos da reforma agrária à juventude assentada, através de paridade de gênero, alteração da normatização do Instituto Nacional da Reforma Agrária – INCRA, priorização de lotes retomados para jovens de famílias assentadas e também a normatização de transferências de lotes para jovens herdeiros. Para Barcellos (2015):

As reivindicações sociais de um grupo podem ser abordadas inclusive no que se refere a políticas públicas, sob um prisma que as demandas por justiça social são caracterizadas como demandas redistributivas, ou seja, que buscam uma distribuição mais justa de recursos e bens. (BARCELLOS, 2015 p.02)

Outra estratégia dentro do eixo Terra e Território é a regularização das terras quilombolas, indígenas e povos advindos de comunidades tradicionais, grupos que necessitam de políticas públicas como forma de proteção e acesso à terra. O Plano Nacional da Juventude Rural foi criado com este objetivo, proteger e dar garantia de terra ao jovem quilombola,

indígena e tradicional.

A lei 4.887 de 20 de novembro de 2003 deixa claro que o INCRA tem total responsabilidade sobre a proteção e regularização das terras após identificar as comunidades como quilombolas. No entanto, o Plano Nacional da Juventude Rural, por ser executado em parceria com o INCRA, inclui a juventude quilombola, indígena e tradicional nas discussões e busca por soluções, minimizando a vulnerabilidade social, integrando-os em uma comunidade para que seja mantida sua identidade social.

O grupo Crédito Fundiário discute a garantia de terra ao jovem através do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), também implantado pelo MDA, auxiliando-os com financiamento. O PNCF tem algumas restrições e exigências quanto ao perfil necessário para que se possa ter acesso a ele. Segundo o MDA, podem participar trabalhadores e trabalhadoras rurais e filhos de agricultores familiares ou estudante de escolas agrotécnicas, com idade entre 18 e 29 anos e com renda familiar anual variando entre 9 mil até 30 mil reais e patrimônio entre 15 mil e 60 mil reais, dependendo da linha acessada. Para ter acesso ao Programa os interessados devem, ainda, comprovar mais de 5 anos de experiência rural nos últimos 15 anos.

O Plano Nacional da Juventude Rural quebra parcialmente essas exigências burocráticas e parametriza que a garantia seja feita através de 50% dos contratos de crédito fundiário sejam celebrados por jovens, ou seja, sem interferência dos pais, incluindo os solteiros, inclusive regularizar as terras dos jovens, desburocratizando as questões de transferências de propriedade de herdeiros, isentando de taxas e impostos dessa transferência, tais como os impostos municipais e estaduais que possuem valores elevados.

O eixo Trabalho e Renda promove o acesso e a socialização ao conhecimento de sistemas agroecológicos e conversão em trabalho e renda juntamente com acesso a mercados. Ele se divide em grupos de estratégia: qualificar a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER); acesso a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP); agroecologia; acesso aos mercados; acesso ao crédito; diversificação da produção; infraestrutura; aprendizagem profissional e economia solidária.

Uma das estratégias do eixo Trabalho e Renda é a expansão do atendimento aos jovens da agricultura familiar em 80%, garantindo 30% de jovens nas equipes de ATER, capacitando um agente para discussões e abordagens sobre o crédito para juventude, fortalecendo o associativismo e o cooperativismo, semeando as premissas para a agroindustrialização, inserção da agricultura familiar em mercados diversos, sejam eles públicos ou privados, garantindo assim trabalho e renda.

Para que o associativismo e cooperativismo ocorra, através do Plano Nacional da

Juventude Rural, é necessário que: se amplie o número de jovens com DAP, desburocratização do acesso as políticas públicas e ampliação a diversificação da agricultura familiar. Essa diversificação fortalecerá a priorização do PNAE para organizações que tenham maior participação de jovens, ou seja, 50% de jovens em seu quadro social e a ampliação de acesso ao crédito para a linha do PRONAF Jovem com meta de beneficiar 280 mil jovens até 2018/2019.

O Plano Nacional da Juventude Rural através do eixo Trabalho e Renda apoia a participação dos jovens na diretoria das associações e organizações em sua área de vivência rural através do Programa Nacional de Cooperativismo e Associativismo da Agricultura Familiar (COOPERAF), estruturando o apoio à juventude para a comercialização dos insumos de seus lotes individuais ou coletivos.

Além de participar das associações e cooperativas já existentes, o Plano defende a ideia dos jovens formarem suas próprias associações para a discussão de assuntos e demandas específicas, através de edital específico que provenha os recursos para qualificação e gestão destas associações. Para que isso ocorra o Plano também defende a ideia da formação profissional da juventude através de oferta de formação para gestão, cooperação e elaboração de projetos.

O eixo Educação do Campo visa efetuar uma reforma educacional no campo e promover o acesso dos jovens rurais à educação técnica e profissionalizante com maior rapidez e amplitude. Este eixo é composto pelos seguintes grupos de ações: acesso à educação, acesso à educação profissional e infraestrutura educacional.

O Plano Nacional da Juventude Rural, através do eixo Educação do Campo, objetiva, segundo o MDA, inserir nas Universidades e Escolas Técnicas em torno de 15 mil jovens, em parceria com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Faz parte dos objetivos do MDA a criação de Centros de Formação por Alternância (CEFFAs), de forma a criar infraestrutura para a ampliação de jovens no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego Campo – Pronatec Campo.

Segundo Silva (2000) as CEFFAs adotam a metodologia da pedagogia da alternância, como norteadora dos projetos educacionais, articulando períodos de vivência escolar e familiar na construção de uma vida associativa e comunitária.

Outra meta do eixo Educação do Campo é lançar editais através do Programa de Apoio à Infraestrutura nos Territórios Rurais (PROINF), de reforma e construção de CEFFAs nas áreas rurais através do grupo de infraestrutura, ampliando a rede de ensino para a juventude rural.

O eixo Qualidade de Vida tem como objetivo garantir o acesso à tecnologia e cultura da juventude rural e orientação sobre saúde e uso de agrotóxico nas propriedades de agricultura familiar. Este eixo é dividido nos seguintes grupos: acesso aos meios de comunicação, combate ao uso dos agrotóxicos, infraestrutura de cultura, acesso a bens culturais e redes de cultura.

O MDA, por meio do Plano Nacional da Juventude Rural pretende aumentar a qualidade de vida da juventude no campo através de um projeto de adicionar o acesso à internet para 11.000 áreas rurais, através do Programa Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC), de forma a aumentar a comunicação entre os jovens.

Atualmente muitas propriedades familiares utilizam agrotóxicos como forma de combate a pragas, doenças e plantas invasoras que possam comprometer a produção. Essa forma de manejo da terra e do plantio tem trazido doenças aos consumidores dos alimentos e também a quem maneja esses produtos sem a devida proteção ou sem seguir as instruções de uso. Levando-se em conta tais riscos e danos, surgiu a preocupação do MDA em elaborar campanhas para a prevenção quanto ao uso de agrotóxicos e instrução de uso seguro, conforme o eixo Qualidade de Vida.

O Plano Nacional, pensando no acesso à cultura e acesso a intercâmbios, criou também através do eixo Qualidade de Vida, alguns projetos nessa área a serem implantados no meio rural. Espera-se apoiar e expandir os pontos de cultura e ampliar o Programa Arca das Letras através de editais.

O eixo Participação, Comunicação e Democracia, segundo o MDA, visa a participação social e política da juventude rural de forma que a mesma possa formular, executar, avaliar, monitorar e controlar as políticas públicas em busca de autonomia e promoção do desenvolvimento.

Busca-se também promover a troca de experiência entre jovens do campo nos mais diferentes tipos de comunidades, e ampliar a participação destes junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CONDRAF), com a organização de eventos nacionais para encontro da juventude rural. Este eixo é subdividido em grupos, sendo eles: participação nos espaços de decisão; troca de experiências; organização da juventude nos territórios rurais; organização da juventude rural; produção e disseminação da informação e acesso aos meios de comunicação.

Conforme Abramovay (1998), mencionado anteriormente, o fortalecimento e a articulação dessas políticas públicas para o meio rural traz benefícios para a agricultura familiar, minimizando os conflitos sociais, levando autonomia à juventude, aumentando seu poder de decisão, troca de experiências e fortalecimento da propriedade, da agricultura familiar e da

comunidade rural como um todo.

Após leitura e pesquisa do Plano Nacional da Juventude Rural, nota-se a importância que é dada a participação da juventude no CONDRAF e na Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF), assegurando uma cota mínima de vinte por cento de jovens com participação no CONDRAF, assegurando também duas vagas para entidade da juventude rural e ainda cota mínima de vinte por cento de jovens em participação na REAF.

Esta política pública também promove a realização de intercâmbios entre a juventude rural para que haja troca de experiências e vivências sobre as práticas agroecológicas, além de proporcionar uma multiculturalidade multifacetada nos intercâmbios entre jovens rurais e jovens urbanos, buscando-se o estreitamento das relações rural-urbano e a riqueza das trocas de experiências que ocorrem nestes intercâmbios. Outro intercâmbio valioso que a política pública prevê é com jovens rurais de comunidades latino americanas e comunidades de países que possuem a língua portuguesa como idioma predominante.

Para que se organize a juventude no território rural, segundo o Plano Nacional da Juventude Rural é preciso assegurar uma cota mínima de vinte por cento de jovens nas instâncias colegiadas, é preciso também assegurar o funcionamento dos Comitês de Juventude Rural e fomentar a atuação dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDTEs) com a juventude rural.

Para garantir a participação da juventude rural nos Comitês, no CONDRAF e na REAF, o MDA divulgará as boas práticas da juventude nos territórios e garantirá premiação aos mesmos, como forma de incentivo e motivação. Outras formas de motivação serão: a realização de encontros nacionais da juventude rural dos territórios; encontro das mulheres jovens rurais; encontro dos povos e comunidades tradicionais e ainda, encontro dos pontos de cultura.

Segundo o MDA, é preciso divulgar, disseminar e transformar o meio rural através da informação e comunicação, levando conhecimento para a sua juventude. Para que isso aconteça é necessário realizar estudos no meio rural abordando assuntos ligados à sucessão rural, meio ambiente, juventude pertencente ao movimento de Lésbicas, Gays, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT). Outras formas de levar a informação à juventude rural são: a criação de cartilhas orientadoras para que o jovem possa acessar as políticas públicas; o acesso à informação pelo jovem; a criação de aplicativo para celular atualizando o jovem sobre editais; novos materiais sobre desenvolvimento rural; criação de uma seção de perguntas frequentes e a ampliação de rádios comunitárias.

Com base na inserção da tecnologia da informação no meio rural e a divulgação dos estudos, políticas públicas, editais, materiais e aumento dos meios de comunicação, o MDA

acredita ser possível a construção de indicadores sobre a juventude rural, diagnosticando a eficácia do Plano Nacional da Juventude Rural, avaliando a inserção desta política pública no meio rural e o acesso da juventude e partindo para a reformulação do que for necessário.

Segundo o MDA, a força e a materialidade do Plano dependem da sua disseminação e apropriação por todas(os) e cada jovem do campo, ou seja, do interesse de cada um em fazer desta política pública algo transformador, que leve à autonomia no campo e de si próprio.

O MDA entende que o Plano Nacional da Juventude é um desafio a ser implantado e colocado em prática pela juventude, prevendo as dificuldades e assertividades do Plano. Para entender e visualizar a efetividade desta política pública para o jovem rural, o MDA criou em cada eixo e grupo de estratégias, indicadores e um órgão responsável pelo mesmo. O Plano foi criado em uma matriz situacional de ações com estratégias, metas, indicadores e responsáveis pela sua implantação e execução. De Toni (2002) define a apreciação situacional de políticas públicas nos seguintes termos:

A apreciação situacional é uma abordagem baseada no diálogo entre um ator que assume totalmente a posição a partir da qual observa a realidade (diferente dos "diagnósticos" impessoais do planejamento tradicional) e as explicações (divergentes ou não) dos demais atores sociais. Dado que a situação explicada compreende e totaliza aquele que explica, não há possibilidade de objetividade absoluta, porque significa, também, se explicar a si mesmo como sujeito que atua nesse contexto. A apreciação situacional só é definida como conhecimento destinado à ação numa totalidade concreta. (DE TONI; 2002 p.959)

Os indicadores e sua complexidade de dados, apresentados de diversas formas, levaria o MDA ao benefício de resultados precisos na análise frente à justificativa levantada pelo Plano Nacional da Juventude Rural e a relevância do entendimento do papel do jovem rural no planejamento, análise e implantação desta política pública.

Segundo Garcia (2001) os indicadores, em decorrência de suas funções básicas, são amplamente utilizados para o planejamento, a avaliação e o monitoramento de programas de políticas públicas. É necessário saber com clareza quais aspectos do programa são importantes, e dispor de indicadores para que cada um deles seja constantemente monitorado e periodicamente avaliado. O gerenciamento dessas políticas públicas necessita de indicadores de processos, de indicadores das ações que conformam resultados, para que sobre elas se exerça o julgamento e as medidas corretivas, quando necessário, buscando sempre o melhor resultado, que é obtido por antecipação das dificuldades, com qualidade, oportunidade e intensidade apropriada das ações.

O MDA foi extinto em 12 de maio de 2016 através da medida provisória 726, e criada a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento (SEAD), ligada a Casa Civil.

(Brasil, 2016). Em 2019 a SEAD se tornou a Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo e passou a integrar o Ministério da Agricultura e Abastecimento (MAPA).

Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF), em 2018 houve queda nos recursos dos programas das políticas públicas voltadas para melhoria no campo e em comunidades com necessidade de inclusão social. Programas como o PAA, ATER, Crédito Fundiário, Obtenção de Terras, entre outros sofreram cortes de verbas no orçamento em 2018 comparado aos anos anteriores, tornando mais difícil a efetivação desses programas nos assentamentos, comunidades quilombolas e indígenas. A tabela abaixo mostra claramente a queda nos investimentos por parte da SEAD nos diferentes programas de políticas públicas:

Tabela 1 – Corte nos Investimentos para políticas públicas para o meio rural

Política Pública	2015 (R\$)	2016 (R\$)	2017 (R\$)	2018 (R\$)
Obtenção de Terra para a Reforma Agrária	800.000,00	333.401.507	257.023.985	34.291.986
Assistência Técnica e Extensão Rural	355.367.085	199.571.831	85.403.482	12.636.521
Crédito Fundiário	54.737.073	19.708.555	24.809.989	5.128.000
Promoção da Educação no Campo	32.550.000	27.027.196	14.800.000	2.053.682
Desenvolvimento dos Assentamentos	261.934.900	168.218.894	242.524.796	75.349.622
ATER	607.367.389	250.967.667	235.221.780	133.042.299
PAA	32.843.942	13.682.203	11.484.028	3.294.750
Apoio ao Desenvolvimento Sustentável nos Territórios Rurais	372.464.399	136.237.756	110.189.784	25.127.200
Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar	83.199.461	64.622.640	38.808.107	10.217.540

Fonte: CONTRAF (2018)¹¹

A diminuição dos recursos para o ano de compromete a infraestrutura, saneamento, alimentação e sustento das famílias dependentes da agricultura familiar, definhando a

¹¹ Dados extraídos da Tabela original do site do CONTRAF

perspectiva de melhoria. Observando o assentamento Sepé Tiarajú e analisando os dados da tabela acima, visualiza-se claramente a queda nos investimentos nos programas de políticas públicas, diante das dificuldades enfrentadas nas cooperativas e associações do assentamento.

Observando os dados, percebe-se que o ano de 2015 apresentou um investimento considerável nas políticas públicas, decrescendo em 2016 e 2017, e em 2018 o corte no orçamento e investimento dessas políticas para a agricultura familiar foi considerável. De maneira geral, todos os programas sofreram reajuste orçamentário e corte nos investimentos, prejudicando o avanço e efetividade dessas políticas e o avanço na autonomia da comunidade rural, não sendo diferente com o Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural.

PARTE III – A FORMAÇÃO DO GRUPO COLETIVO DA AGROECOLOGIA DA JUVENTUDE SO SEPÉ (CAJUS)

O jovem M se apresentou na primeira reunião do Grupo CAJUS (Coletivo Agroecológico da Juventude do Sepé) como sendo filho de assentado e militante pela Reforma Agrária, motivado a manter suas raízes no assentamento Sepé Tiarajú, com muitos sonhos e desejos de prosperar. Em 2016 esse jovem iniciou um trabalho solitário de conversar individualmente com cada jovem do assentamento para entender que sonhos lhes apraziam para o futuro.

Segundo o jovem M, encontrou “muitos sem esperanças, outros sem sonhos, outros com muita vontade de ficar no Sepé, mas sem saber como, outros preferiram nem se pronunciar e outros por sua vez acomodados em sua zona de conforto trabalhando com os pais”. Ele, ao conversar com os aproximadamente oitenta jovens do assentamento, conseguiu formar um grupo com apenas doze, crédulos nos seus sonhos, com intensa vontade de fazer algo diferente que valorizasse a juventude e o assentamento e desse continuidade na militância e trabalho até então praticados por seus familiares.

Com esse olhar, a juventude rural levanta questões que se configuram em desafios para essa categoria: protagonizar uma cultura popular negando a cultura importada e elitista e transformar a estrutura social repensando e rompendo com os projetos capitalistas direcionados a esses atores. Além de repensar as relações humanas e de produção, o modelo de produção agrícola e as políticas públicas para juventude, as políticas de inserção do jovem devem ser pensadas no sentido de indagar que oportunidades estão surgindo ou estão sendo dadas à juventude rural (CASTRO, 2009).

Segundo o que o jovem M relatou na primeira reunião do Grupo CAJUS, os doze jovens assentados iniciaram encontros em setembro de 2016, nomeando o grupo como “Juntos somos Fortes”, nome este escolhido pelas biólogas C e J em comum acordo dos jovens. Somente em janeiro de 2017 o grupo, com o apoio da jovem MA, estagiária da EMBRAPA, do grupo de assessoria técnica da EMBRAPA, das biólogas C e J e com a participação também desse pesquisador, passou a se chamar Grupo CAJUS. Dos oitenta jovens assentados, apenas doze se interessaram pela formação do Grupo CAJUS e compareceram a primeira reunião, a justificativa dada pelos mesmos, era a falta de tempo e interesse na formação do grupo.

Para que o grupo ganhasse peso e pudesse seguir adiante, com participação inclusive na administração do assentamento, o jovem M convidou para fazer parte das reuniões o presente pesquisador, sendo ele professor, administrador e com ampla experiência em trabalho com

jovens e as duas biólogas J e C, que se propuseram a cooperar na formação e ações do Grupo CAJUS. Posteriormente buscou também ajuda junto a EMBRAPA como assessoria técnica, que passou a dar todo apoio ao jovem M e ao Grupo CAJUS por meio da estagiária MA.

Os jovens se reuniam toda quinta feira das dezenove às vinte e uma horas em um galpão denominado por eles “Sitinho”, na área coletiva do assentamento Sepé Tiarajú. As reuniões eram organizadas por meio de um grupo do aplicativo *WhatsApp*¹², que incluía os jovens pertencente ao grupo, biólogas, pesquisador e EMBRAPA.

O Grupo GAJUS, desde o início, contou com o apoio das biólogas e educadoras ambientais, militantes pela causa do campo e juventude rural C e J. O primeiro nome com o qual o grupo se denominou foi: “Juntos Somos Forte”, posteriormente passaram a se chamar CAJUS. A bióloga C conheceu o jovem M como sua professora no curso técnico em Controle Ambiental, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), oferecido gratuitamente pelo Governo Federal em parceria com uma faculdade particular da cidade de Ribeirão Preto de segunda à sexta – feira das 19h00 às 22h40. O jovem M se deslocava a Ribeirão Preto todas as noites para estudar, e o curso e apoio da professora despertou-lhe o interesse em criar um projeto no assentamento para os jovens. A bióloga J, amiga da bióloga C, já conhecedora do assentamento, acatou as ideias do jovem M e aderiu ao projeto, iniciando-se então visitas semanais ao assentamento para integração com os demais jovens. Foi dessa forma que iniciaram-se as reuniões do grupo na escola do assentamento, no período da noite e às quintas-feiras.

Buscou-se identificar a percepção do jovem assentado sobre a sucessão rural e compreender o interesse e a participação deste nas atividades do assentamento. Para tanto, organizou-se os dados colhidos por meio do questionário semiestruturado, e levantou-se o perfil da juventude do Grupo CAJUS em uma tabela espelho (CORDEIRO, 1999)¹³ com dados categorizados para as variáveis nominais tais como, gênero, raça e nativo de qual região e para as variáveis ordinais faixa etária e escolaridade.

Cada jovem é aqui tratado com uma sigla, atribuindo-lhes as variáveis descobertas. Através deste questionário buscou-se compreender a integração do jovem com o Grupo CAJUS e suas pretensões acerca do assentamento Sepé Tiarajú.

¹² Aplicativo de Smartphone com Sistema Android e IOS para comunicação através do uso de rede de dados.

¹³ Basicamente, segundo Cordeiro (1999), a utilização desse tipo de tabela, sobretudo no processo de análise de dados objetiva oferecer o máximo de esclarecimentos sobre relações entre variáveis estudadas, gastando o mínimo de espaço e tempo (Ibidem, p. 121)

Dessa maneira, compreender a conformação do campo de estudos dos jovens rurais passa, primeiro, por uma identificação sobre a maneira como a categoria tem sido construída, a que imagens e problemáticas está associada e quais questões específicas são pertinentes à jovens que vivenciam distintos contextos rurais (CASTRO, 2009).

3.1 – O perfil do jovem pertencente ao Grupo CAJUS

Nessa primeira fase de aplicação do questionário, conseguiu-se apenas um total de sete jovens respondentes, pois os outros cinco integrantes se ausentaram da reunião, dois foram embora do assentamento, um para servir ao exército em Campinas, outro para estudar em Minas Gerais e os demais deixaram de frequentar o Grupo CAJUS. As perguntas foram respondidas por meio de uma dinâmica de grupo, onde os presentes foram discutindo informações, lembrando os velhos tempos, contando as histórias de quando eram crianças, e expondo seus anseios para o futuro, tentando construir um presente sólido para que haja colheita do trabalho feito no futuro. Os jovens que participaram da dinâmica foram: R, M, RO, A, TY, HG, MT. Dos sete jovens participantes, apenas uma era do sexo feminino. Quanto a realidade vivida pelos jovens rurais, Castro (2009) afirma:

Pode-se afirmar que a realidade vivida pelos que se identificam e/ou são identificados como jovens rurais contribui para o debate sobre as percepções acerca de jovem como categoria social. (CASTRO, 2009 p.205).

Diante dos dados apresentados na tabela a seguir, comprova-se que a maioria dos jovens da amostra estão com a faixa etária entre vinte e vinte e quatro anos, época de grandes mudanças e decisões para o futuro. Apenas um jovem está na fase que permeia a adolescência e juventude; apenas dois jovens estão acima de vinte e quatro anos, fase que obriga o jovem a iniciar o processo de inclusão nas grandes responsabilidades familiares. A decisão do caminho a escolher precisa ser rápida e imediata, pois essa faixa etária o obriga a assumir novos desafios, seja com a família no assentamento, seja na busca por novos caminhos na cidade.

Tabela 2: Faixa Etária jovens pertencentes ao Grupo CAJUS

Variável Faixa Etária	Quantidade de Jovens
Entre 15 e 19 anos	1
Entre 20 e 24 anos	4
Acima de 24 anos	2

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

A formação escolar foi um dado muito importante para a conclusão desta pesquisa, pois trouxe a ideia da grandeza das oportunidades que a juventude encontrava na cidade versus a

permanência no campo. Apenas um dos jovem possuía ensino fundamental incompleto, e também apenas um dos jovens teve a oportunidade de iniciar um curso superior. Os outros cinco jovens possuíam o ensino médio completo.

Considerando-se que para ter acesso ao ensino médio o jovem necessita deixar o assentamento, já que o mesmo é oferecido pela rede pública estadual apenas na cidade em Serra Azul, município a que o assentamento pertence, tem-se um percentual positivo de jovens com essa fase concluída. Este dado reflete de forma positiva na anulação da ideia de uma juventude pouco instruída e sem acesso ao ensino, mostrando uma juventude informada e pronta para novos rumos escolares, tais como ensino técnico, profissionalizante e superior.

Tabela 3: Formação Escolar dos jovens pertencentes ao Grupo CAJUS

Variável Formação Escolar	Quantidade de Jovens
Ensino Fundamental Incompleto	1
Ensino Médio Concluído	5
Ensino Superior Incompleto	1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

A tabela 4 mostra claramente outro detalhe interessante da pesquisa sobre o número dos jovens investigados que possuíam carro: quatro dos sete jovens possuía carro, meio de locomoção que permite a saída do assentamento. Enquanto os demais, três dos sete jovens não possuía carro, ficando na dependência do transporte coletivo que passa a cada uma hora na rodovia Abrão Assed ao lado do assentamento, ligando Serra Azul e Ribeirão Preto e Ribeirão Preto aos municípios de Mococa e Cajuru.

A tabela 4 ainda demonstra, em princípio, a facilidade do jovem em ir até a cidade em busca da conclusão do ensino médio. No entanto, o fato de possuir um carro não significa poder usá-lo para sair do assentamento, já que além do veículo é necessário ter a carteira de habilitação e recurso para colocar combustível no mesmo.

Tabela 4: Jovens do Grupo CAJUS que possuem carro

Variável: Possui Carro	Quantidade de Jovens
Sim	4
Não	3

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

O celular no meio rural, igualmente ao meio urbano, se tornou uma ferramenta importante de comunicação, seis dos sete jovens possuía celular, facilitando o processo de comunicação, e a própria formação do Grupo CAJUS e sua organização. Apenas um jovem

não possuía o celular, devido não ter condições financeiras para compra, conforme mostra a tabela 5:

Tabela 5: Jovens do Grupo CAJUS que possuem celular

Variável: Possui Celular	Quantidade de Jovens
Sim	6
Não	1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

A Tabela 6 revela que seis dos sete jovens da amostra não possuía bicicleta, seja como meio de locomoção, seja como instrumento de lazer. Um fator interessante, que leva à reflexão de que a bicicleta tornou-se um meio de transporte ultrapassado comparado ao carro, conforme citado na tabela 4. Esses dados comprovam um avanço para o campo no que diz respeito a transporte.

Tabela 6: Jovens do Grupo CAJUS que possuem bicicleta

Variável: Possui Bicicleta	Quantidade de Jovens
Sim	1
Não	6

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

O uso de motocicletas era nulo, nenhum jovem possuía moto, devido à dificuldade de locomoção nas estradas de terra do assentamento. Os resultados encontrados nesta questão, comprovam o uso de veículos como meio de transporte, conforme mostra os dados da Tabela 7:

Tabela 7: Jovens do Grupo CAJUS que possuem moto

Variável: Possui Moto	Quantidade de Jovens
Não	7

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Considerando a amostra, conforme a tabela 8 todos os jovens do Grupo CAJUS acessavam a internet, sendo um dado importante para análise do perfil da juventude, provando que o Grupo CAJUS era um grupo conectado, com acesso a informação, não ficando aquém do jovem urbano. Esses dados mostraram que o jovem rural tem as mesmas percepções e preferências por novas tecnologias como o jovem urbano.

Tabela 8: Jovens do Grupo CAJUS que possuem acesso à internet

Variável: Possui Acesso à Internet	Quantidade de Jovens
Sim	7

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Conforme descrito acima, o jovem do Grupo CAJUS é um jovem conectado, ultrapassando as barreiras que lhe impeçam de estar em outros lugares virtualmente, construir novas amizades, ter acesso as novas informações. Quase todos os jovens, conforme mostra a tabela 9, estava inserido nas redes sociais, conectando-se com o mundo, tornando o meio urbano cada vez mais presente no meio rural. O jovem do Grupo CAJUS, diferentemente dos seus pais quando jovens, apresentaram um perfil revolucionário para o campo, um perfil de estar presente no mundo por meio da internet e das redes sociais, e que traz pra si novos significados de relações interpessoais, e, conseqüentemente, novos significados culturais. O jovem que respondeu não participar de redes sociais, apenas esclareceu que não gostava de acessar, por isso não estava inserido nas mesmas.

Tabela 9: Jovens do Grupo CAJUS que possuem acesso as redes sociais

Variável: Possui Redes Sociais	Quantidade de Jovens
Sim	6
Não	1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Assim como o jovem urbano, o jovem rural, nas possibilidades que o campo oferece, também pratica esportes e coloca em pratica suas preferências quanto a pratica esportiva. O assentamento Sepé possui na área coletiva campo de futebol gramado, montado pelos próprios moradores do assentamento. Analisando aos percentuais da pratica de esporte, percebe-se que é bem pequena comparado ao tamanho da amostra, sendo que apenas dois jovens praticavam esporte e cinco dos sete jovens não o praticava, meramente por não gostar.

Tabela 10: Jovens do Grupo CAJUS que praticam esportes

Variável: Pratica de Esportes	Quantidade de Jovens
Sim	2
Não	5

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Considerando os dois jovens que praticavam esporte, este era praticado tanto no assentamento como na cidade, provando os laços de amizade com o jovem urbano e a inserção de novas práticas no assentamento advindas da cidade e dessas novas relações de amizade, de acordo com os dados apresentados na Tabela 11:

Tabela 11: Esportes praticados pelos jovens do Grupo CAJUS

Variável: Esporte Praticado	Onde é Praticado
Futebol	Assentamento e Cidade
Futebol, voleibol e Handebol	Assentamento e Cidade

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

As respostas encontradas na tabela doze mostram a maioria dos jovens buscavam lazer e gostavam de se divertir, enquanto apenas um relatou não ter atividades de lazer, por gostar de ficar mais em casa, mas mesmo assim, este dado é um dado importante, pois ficar em casa, pode-se concluir que é um lazer.

Tabela 12: Jovens do Grupo CAJUS que buscam alguma forma de lazer

Variável: Possuem Atividades de Lazer	Quantidade de Jovens
Sim	6
Não	1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Confrontando os dados levantados na tabela doze com os dados da tabela treze, percebe-se que quatro dos sete jovens buscavam lazer na cidade, um jovem preferiu não informar e os demais jovens preferiam estar no assentamento para atividades de lazer. Estes dados mostram que o jovem busca lazer em algo novo, desconhecido, que lhes traga a sensação de novidade, no caso, a cidade.

Tabela 13: Preferencia de lazer dos jovens do Grupo CAJUS

Variável: Lazer Praticado	Onde é Praticado
Praça Pública	Cidade
Caminhada	Assentamento
Não especificou o lazer	Assentamento
Cinema e Festa	Cidade
Cinema e Praça Pública	Cidade
Campo com os Jovens	Assentamento e Cidade

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Grande parte desses jovens, considerando a data de 2004 para a formação do Sepé Tiarajú, chegou no assentamento ainda criança e seis dos sete jovens residiam por mais de dez anos no assentamento. Apenas um jovem estava no intervalo de mais de cinco e menos de dez anos no assentamento. Tal dado prova a riqueza de conhecimento que a juventude do Grupo CAJUS possuía em relação a comunidade onde residiam, as práticas de manejo da terra, o acesso dos assentados a programas de políticas públicas e a própria luta pela reforma agrária

Tabela 14 – Tempo de residência dos jovens do Grupo CAJUS no Assentamento

Variável: Quanto tempo reside no Assentamento	Quantidade de Jovens
Entre 5 e 10 anos	1
Acima de 10 anos	6

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Os resultados dessa fase da pesquisa indicam a importância de se olhar para o jovem

rural como uma categoria em constante transformação e redefinição. Como coloca Stropasolas (2014):

[...] pensar a categoria juventude, na sua maior diversidade possível, exige que se inclua também nas análises e nas políticas as redefinições nos perfis identitários e as temáticas de gênero, geração, raça, etnia, sexualidade etc., visando dar conta das várias dimensões que constituem a totalidade da vida social da juventude e que têm sido afirmadas de forma recorrente pelos próprios jovens nos eventos organizados, seja pelo Estado, seja pelos movimentos sociais, entre outros. (STROPASOLAS, 2014, p.195)

Os dados observados produzem uma riqueza de informações, delineando o perfil do jovem assentado no Assentamento Sepé Tiarajú, mostrando claramente que a juventude atual é diferente, é inserida na tecnologia, e busca autonomia através dos recursos oferecidos pela sociedade. Como cita Castro (2009), o levantamento e o acompanhamento de processos organizativos do movimento da juventude, permitem observar sua riqueza e diversidade.

3.2 - A Participação do jovem na agricultura familiar e acesso as políticas públicas

Após observar os jovens do Grupo CAJUS, por meio da pesquisa participante, encontrou-se um jovem com perfil forte, estruturado, com conhecimento de mundo e incluído na tecnologia da informação.

A pesquisa também apresentou respostas acerca da participação desse jovem na agricultura familiar, seja no mesmo lote dos pais ou não, do gostar ou não do assentamento e ainda, a visão do mesmo sobre o nascimento do Grupo CAJUS e sua permanência ou não no assentamento. Castro (2009) define o ficar ou sair como um ponto complexo a se refletir:

Ficar e sair do campo é mais complexo que a leitura da atração pela cidade, e nos remete à análise de juventude rural como uma categoria social chave pressionada pelas mudanças e crises da realidade no campo. A realidade cotidiana que atinge a pequena produção familiar recai fortemente sobre os “jovens rurais”. Mas, também, “ser jovem” no campo implica enfrentar “antigos” problemas, como o peso da autoridade paterna. Essas relações são reveladoras das construções e disputas de significados da categoria *juventude rural*, e da posição que os assim identificados ocupam na hierarquia das relações sociais. (CASTRO, 2009 p.193).

No entanto, quando se perguntou se os jovens gostam do assentamento, todos responderam que amam o assentamento por ser um lugar calmo, seguro e que sua infância foi vivida toda nele. Segue a resposta de um dos jovens sobre o porquê gostar do assentamento:

“Sim, porque é algo inexplicável, no começo foi complicado, mas agora é só alegria, amo o assentamento, minha infância está toda aqui, daqui só saio no caixão e não largaria daqui pra ir para a cidade jamais.” (Jovem HG, 2018)

As respostas encontradas na pesquisa sobre o que o jovem mais gosta do assentamento, afirmam amor pelo local onde passaram a infância, vínculo familiar, características intrínsecas do lugar, conforme é exposto na tabela abaixo:

Tabela 15: O que o jovem do Grupo CAJUS mais gosta no Assentamento

O que o jovem mais gosta	Quantidade de respostas
Agroflorestas	1
Cultura e Terra	1
Por ser um lugar calmo	3
O próprio lote	1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Em contrapartida, a pesquisa também trouxe como resposta o que o jovem do assentamento mais gosta na cidade, e um ponto chamou atenção nas respostas, conforme a tabela abaixo:

Tabela 16: O que o jovem do Grupo CAJUS mais gosta na cidade

O que o jovem mais gosta na cidade	Quantidade de respostas
Praça	1
Cinema, lazer e shopping	3
Comércio	1
Mobilidade	1
Escola	1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

O ponto que chamou atenção, sendo relevante na pesquisa, é o fato de nenhum dos jovens ter citado trabalho em suas respostas, sendo a cidade vista como um local de passeio, compras e lazer. Os jovens também foram questionados sobre o que eles não gostavam da cidade, todos responderam que era o barulho. Por meio desta resposta em unanimidade, percebe-se a valorização da calma, tranquilidade e contato com a natureza encontrados no assentamento. Vale ressaltar que na tabela 16 não há, em nenhum momento, alguma referência à cidade como local de trabalho, apenas citam atividades de lazer.

Para o levantamento dos dados sobre a participação dos jovens do Grupo CAJUS na agricultura familiar, foi utilizado um questionário semiestruturado, seguindo a mesma metodologia descrita acima. Refletindo ainda sobre o ficar ou sair, Castro (2009) afirma que:

Entrecruzadas pelo dilema “ficar e sair” do meio rural, mas principalmente pelo “peso” da autoridade paterna, as percepções sobre o juventude/jovem que observamos em diferentes áreas analisadas estão marcadas pela construção de que esse jovem deve ser vigiado e controlado. O peso da autoridade paterna no espaço doméstico é reproduzido nas relações de trabalho familiar e na organização do lote. Essa autoridade cria mecanismos de vigilância e controle sobre os jovens através das relações familiares e demais redes sociais, principalmente mulheres, que se estendem para os espaços que frequentam. (CASTRO, 2009 p.193).

Dos sete jovens entrevistados, apenas dois responderam que seu lote não possuía um SAF, os demais possuíam, caracterizando o assentamento como um PDS. Apenas um dos jovens não tem participação na agricultura familiar do lote, alegando trabalhar registrado na cidade, todos os demais participam, seja na horta ou no manejo do SAF. Os jovens trabalhavam com a família em seus lotes, fortalecendo a agricultura familiar.

Tabela 17: Atividades da agricultura familiar no lote de que o jovem do Grupo CAJUS mais gosta.

Atividades	Quantidade de respostas
Manejo da terra e plantação	3
Alimentar os animais	1
Colher, vender	1
Regar a plantação	1
Não atuo na agricultura familiar	1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

A tabela abaixo, relata quais as atividades que o jovem menos gosta de praticar na agricultura familiar em seu lote:

Tabela 18: Atividades da agricultura familiar no lote que o jovem do Grupo CAJUS menos gosta.

Atividades	Quantidade de respostas
Roçar a terra, carpir	2
Não há tarefas que menos goste	2
Tarefas domésticas	1
Regar a plantação	1
Não atuo na agricultura familiar	1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Em suas respostas, os jovens também deixaram claro que as atividades que mais gostam de realizar no lote são as diretamente relacionadas com o cultivo. O que mais chama atenção nas respostas é que os lotes, em quase sua totalidade produzem banana, mandioca e milho. Há, em menor escala, o plantio de frutas e verduras, e também a criação de gado e galinhas, para a produção do ovo e carne.

Várias famílias produzem em escala um pouco maior, pensando na comercialização através das cooperativas e associação, mas essa prática pode gerar uma concorrência entre os assentados e entre as organizações pelos pontos de venda, sobretudo quando se trata das entregas para o PNAE. A tabela dezenove mostra claramente as atividades da agricultura familiar no lote dos jovens assentados, voltadas ao plantio para o PNAE:

Tabela 19: Culturas que produzem nos lotes

Atividades	Quantidade de respostas
Banana e Mandioca	1
Milho, Abóbora, Feijão e Banana	1
Criação de Galinhas e Porcos	1
Somente Banana	1
Banana, Mandioca, Milho, Frutíferas, Gado e Verduras (Horta) e mudas	2
Banana, Mandioca e Milho	1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Quanto às dificuldades de trabalhar no lote, seguem os relatos dos jovens. As maiores dificuldades estão ligadas a questões de infraestrutura tais como: falta de água, técnicas e ferramentas necessárias para execução do trabalho, indicando os investimentos que precisam ser feitos através de programas de políticas públicas. Um ponto importante é o relato de um dos jovens que identifica o fato do pai ser o proprietário do lote, de certa forma seu patrão, sendo esta uma dificuldade; tal resposta, demonstra a diferença no pensar e agir das gerações dentro do mesmo ambiente familiar, sendo vista pelo jovem como uma dificuldade.

Tabela 20: Dificuldades nas Atividades da agricultura familiar nos lotes

Dificuldades	Quantidade de respostas
Nenhuma	1
Falta de água	1
Falta de infraestrutura, técnicas e ferramentas	1
O próprio pai como “patrão”	1
Falta de máquinas e implementos	1
Trabalhar no sol quente	1
Mão – de - obra	1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Os jovens também responderam sobre realizar atividades fora do lote de sua família. As respostas foram diversificadas, levando a conclusão de que mais da metade dos jovens que responderam o questionário trabalham apenas no lote, um deles além do lote trabalha nas áreas comuns e os demais praticam algum tipo de atividade remunerada na cidade.

Tabela 21: Realização de atividades fora do lote pelos jovens do Grupo CAJUS

Atividades fora do lote	Quantidade de respostas
Nenhuma	4
SAFs das áreas comuns	1
Realiza atividade na cidade e no lote	1
Realiza atividade apenas na cidade	1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Pela tabela 22, percebe-se que o início das atividades no lote, ou seja, no trabalho agrícola, ocorreu cedo na vida dos jovens pesquisados; o que contraria o determinado por lei e presente no ECA, mas é uma prática comum no meio rural.

Tabela 22: Idade de início nas atividades na agricultura familiar

Idade	Quantidade de respostas
10	1
11	1
12	2
15	1
16	2

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Outra informação importante são os relatos dos jovens acerca da aprendizagem da agricultura familiar, relatando quem foi o tutor no processo de ensino das atividades no lote, conforme a tabela 23 abaixo:

Tabela 23: Quem ensinou o jovem a praticar as atividades do lote

Quem Ensinou	Quantidade de respostas
Pai	2
Mãe / Agricultores	1
Mãe e Pai	3
Mãe	1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

O fator relevante, que chama atenção na tabela 23, é o fato do pai e a mãe, em conjunto, protagonizarem o processo de ensino aprendizagem do filho na maioria dos casos, sendo de grande relevância para a transferência da cultura, técnica de trabalho, além de incentivar a sucessão rural.

Quando se reflete acerca da participação do jovem assentado na agricultura familiar é importante saber se este jovem tem conhecimento da existência e acessa os programas de políticas públicas para seu desenvolvimento e permanência no meio rural, e fortalecimento da agricultura familiar, bem como políticas públicas para o coletivo dos assentados, como por exemplo, o Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural, disponível no site www.planalto.gov.br.

O Plano Nacional da juventude e Sucessão Rural foi exposto aos jovens por meio das reuniões do Grupo CAJUS, levando o grupo à discussão e reflexão, que foram observadas e registradas no diário de campo. Em sua totalidade, os jovens do Grupo CAJUS não conhecem e não tiveram acesso ao Plano Nacional.

Segundo Castro (2009), sem reforma agrária e sem uma política agrícola centrada na agricultura camponesa, será impossível manter a juventude no campo. Na citação abaixo a autora faz uma observação importante sobre a questão da ausência das políticas públicas no meio rural e o quanto a falta das mesmas interfere na permanência da juventude, e na vida

daqueles que optam em ficar no campo. A saída é consequência, muitas vezes, da falta de recursos financeiros para investimento em novas tecnologias, formação dos jovens, aquisição de ferramentas.

A “cobrança” da permanência e continuidade dos “jovens” no campo como valorização e possível reversão do quadro de esvaziamento do meio rural – recorrente em algumas pesquisas recentes sobre o tema e no âmbito das políticas públicas – deve problematizar esse olhar que percebe no *jovem* o ator heroico da transformação social. A mudança dessa realidade e da situação de desigualdade social que atinge “jovens” e “velhos” demandam ações coletivas e políticas públicas de longo alcance que gerem transformações mais profundas na realidade brasileira. (CASTRO, 2009 p.205)

Uma das perguntas do questionário aplicado aos jovens, era sobre como o assentamento poderia melhorar, as respostas foram:

Tabela 24: O que falta para o assentamento ser melhor?

Resposta	Quantidade de respostas
União entre os moradores	3
Infraestrutura, Saneamento Básico, investimento financeiro, apoio a juventude	1
Projeto para os jovens e união dos produtores para melhorar a vida dos jovens	1
Mais Mutirão dos jovens	1
Atendimento de saúde, iluminação pública, políticas públicas e suporte para os agricultores	1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

As respostas são interessantes, o olhar da maioria dos jovens caminha para o lado da união dos moradores como forma de conquistar novas melhorias; em contrapartida os demais tem um olhar direcionado para os serviços e políticas que competiriam ao Estado. As respostas provam que os jovens sabem da existência de políticas públicas e da responsabilidade do Estado, de forma geral, mas não têm clareza de como buscá-las e inseri-las em seu contexto de vivência no campo.

No mesmo questionário, os jovens tiveram a oportunidade de expor sua opinião sobre como o assentamento poderia melhorar, as respostas foram:

Tabela 25: Como o assentamento poderia melhorar?

Resposta	Quantidade de respostas
União entre os moradores	4
Políticas públicas, apoio de terceiros e interesse dos moradores do assentamento	1
Mais vivencia nos campos e projetos voltados para os jovens	1
União dos jovens	1
União, investimento e qualificação dos jovens	1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Foi buscando melhorias para a juventude do assentamento, que o jovem M iniciou o Grupo CAJUS, convidando os jovens do assentamento para ouvirem suas ideias, seus ideais e seus planos para a melhoria da vida a todos. O jovem M deu a ideia de formar o Grupo CAJUS pensando na união, sendo esse o quesito da tabela acima mais mencionado; buscou também práticas e planos para inserção de políticas públicas para a juventude rural, incluindo projetos de qualificação técnica, de renda e educação que estimulem a sucessão rural. Como já mencionado, dos aproximadamente oitenta jovens do assentamento apenas doze começaram a frequentar as reuniões e dos doze, apenas sete se propuseram a participar do questionário. Os sete jovens deram sua opinião acerca do Grupo CAJUS, alegando o motivo pelo qual entraram:

Tabela 26: O que fez você entrar no Grupo CAJUS?

Resposta	Quantidade de respostas
Interesse de participar mais das ações	1
Unir os jovens	2
Melhoria de vida para juventude	1
Cultivar o legado dos pais e aprender a agricultura	1
Oportunidade de fazer algo novo	1
Fazer a juventude acreditar num futuro digno no Sepé	1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

O questionário foi aplicado após alguns meses do início do Grupo CAJUS, tempo suficiente para os jovens perceberem as dificuldades que um grupo assim enfrenta em sua existência e continuidade:

Tabela 27: Dificuldades do Grupo CAJUS.

Resposta	Quantidade de respostas
Não quis responder	1
Falta de ajuda dos assentados e união do grupo	4
Falta de Investimento financeiro, tempo, comunicação entre os jovens e interesse	2

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

A maior dificuldade foi a falta de união dos assentados e dos próprios jovens no processo organizacional do grupo, levando a outras consequências tais como a desunião no processo organizativo das feiras, nas ações de mutirão, na busca por políticas públicas para a juventude e para o assentamento, na luta por espaço junto as cooperativas e diretoria do assentamento e o início de conflitos entre os próprios jovens.

PARTE IV – AS AÇÕES DO GRUPO COLETIVO DA AGROECOLOGIA DA JUVENTUDE DO SEPÉ (CAJUS)

O terceiro objetivo específico proposto neste trabalho foi observar o interesse dos jovens na implantação de um Sistema Agroflorestal (SAF) e as ações realizadas pelo Grupo CAJUS desde o início da pesquisa. Os dados foram coletados por meio da observação participante do Grupo CAJUS, por meio do uso de um diário de campo, nas reuniões do grupo, obtendo-se a compreensão e análise crítica pretendidas por meio da articulação do pesquisador com o Grupo.

A implantação de SAFs em lotes individuais e áreas coletivas tinha por finalidade alavancar a agricultura familiar e criar novas formas de trabalho para a juventude, integrando-os no desenvolvimento do assentamento, diminuindo assim o êxodo para a cidade e a busca por trabalho fora do assentamento. As variáveis analisadas nesta fase são consideradas nominais, sendo elas: interesse em desenvolver um SAF, conhecimento dos jovens sobre SAFs, necessidade de cursos, localização de onde será desenvolvido o SAF coletivo e ainda, os conflitos de relacionamento entre os jovens do Grupo CAJUS.

Após conhecer os jovens do Grupo CAJUS, sua relação com os pais, com o local onde vivem, a história da criação do Grupo; conhecer as políticas públicas voltadas ao jovem rural e aquelas ativas no assentamento, o produto final da pesquisa consistiu na possível implantação do SAF, criando novas possibilidades aos jovens, consolidando-os no campo, na militância herdada dos pais e na elaboração de projetos futuros para o assentamento.

As biólogas C e J acreditaram no potencial dos jovens do assentamento Sepé Tiarajú, e participaram ativamente da criação e consolidação do Grupo. Foi realizado, com ambas, um questionário semiestruturado acerca da criação do Grupo, sua visão sobre o mesmo e o potencial dos jovens na implantação do SAF e na busca pela independência financeira e social do Grupo.

Sobre a participação e motivação inicial da bióloga C, segue:

“O que me motivou foi a garra e perseverança de um dos moradores do assentamento, o jovem M, que foi meu aluno em um curso técnico. O mesmo me procurou para montarmos um projeto que envolvesse os jovens, filhos de agricultores familiares, residentes do assentamento Sepé Tiarajú.” (Bióloga C, 2018)

Quanto à bióloga J, segue seu relato sobre o participar do grupo:

“Conheci um agricultor do Sepé há mais ou menos uns sete anos atrás. Ele sempre foi uma inspiração de luta. Fui visitar seu lote com um grupo de estudantes e encontrei o jovem M, ele estava começando um projeto com os jovens do assentamento e me chamou para participar. O jovem M é um canteiro de luta, não poderia negar o convite, ainda mais sabendo que estaria trabalhando com a juventude na terra. Com esse acompanhamento ao grupo de jovens, várias outras questões foram se despertando e isso é o que me motiva estar no assentamento, além de todo o contexto social, na minha caminhada, acredito muito na reforma agrária para podermos viver em um Brasil melhor, junto com essa reforma a Agrofloresta.” (Bióloga J, 2018)

O jovem M, nos encontros com os demais jovens, passou a divulgar o apoio das biólogas C e J na criação de projetos que dessem à juventude um novo olhar para o futuro. Ainda assim, como já citado, de aproximadamente 80 jovens do assentamento apenas 12 aderiram às ideias iniciais do grupo e apenas sete participaram ativamente dessa pesquisa, sendo que os demais participavam dos cursos eventuais, eventos e reuniões principais. As premissas do projeto do jovem M eram a criação de um SAF, onde o carro chefe seria o cultivo de maracujá, em seu lote individual e compartilhar a ideia com os demais jovens para que houvesse uma iniciativa semelhante de forma coletiva. No decorrer das reuniões o projeto foi sendo amadurecido e novas ideias foram surgindo, tais como conseguir uma área comunitária para a juventude, para que esta pudesse realizar seus projetos de forma coletiva.

Para que haja envolvimento é preciso acreditar nas ideias propostas, e ambas biólogas provaram, por meio do questionário, que acreditaram nas ideias e projetos da juventude do assentamento. Segue relato da bióloga C:

“Sim, o Grupo é composto por jovens determinados a dar continuidade nos trabalhos que seus pais iniciaram, ao trabalho com a terra e com a agricultura mais justa e ecológica.” (Bióloga C, 2018).

Já a bióloga J, respondeu da seguinte forma:

“Sim, acredito muito no Grupo, não só acredito como vou a luta diária com os meninos e meninas do Grupo.” (Bióloga J, 2018)

Os jovens sentiram-se acolhidos pelas biólogas e mais fortes, motivados, e com garra para seguir em frente. Iniciaram atividades de integração em algumas das reuniões, tais como o Cine Sepé, uma sessão de cinema feita com filmes voltados para a reforma agrária, filmes do início do assentamento. Essas sessões eram feitas em uma das salas de aula da escola do assentamento, liberada pelo diretor, com projetor e computador conectado à internet. As biólogas e o pesquisador levavam pipoca e refrigerante para que houvesse integração da juventude dos diferentes núcleos. Eram momentos importantes para a criação de um vínculo coletivo para os jovens, sem contar que era uma prática de lazer inovadora no assentamento.

As biólogas possuíam total conhecimento do seu papel no Grupo CAJUS. Segue relato da bióloga C:

“Meu papel era auxiliá-los na escrita e desenvolvimento dos projetos ligados a comercialização dos produtos desenvolvidos nos lotes do assentamento” (Bióloga C, 2018).

Respondendo a mesma pergunta acerca de como via seu papel no Grupo CAJUS, a bióloga J afirmou:

“Me considero matriarca do Grupo, faço de tudo um pouco.” (Bióloga J, 2018)

Por meio de um questionário semiestruturado aplicado junto aos doze jovens que iniciaram o Grupo, apurou-se que eles tinham expectativas quanto a criação do SAF, porém citaram não ter conhecimento técnico para a implantação e andamento do projeto, buscando ajuda nas biólogas como assessoria técnica.

A bióloga C, por sua vez, relatou sua visão da assessoria ao Grupo CAJUS quanto ao SAF:

“Colaboro na formatação e divulgação dos projetos relacionados a gestão dos SAFs..” (Bióloga C, 2018).

Quanto a visão da bióloga J, segue

“Sim, realizamos mutirões nas áreas dos lotes individuais dos jovens e também sempre busco um intercambio através de bolsas para cursos de agrofloresta.” (Bióloga J, 2018)

As biólogas, por sua vez, buscaram também assessoria na EMBRAPA, entidade presente no assentamento desde o seu início. Neste momento, passou a fazer parte do grupo também a estagiária MA da EMBRAPA, integrando as ideias dos jovens e avaliação dos projetos criados por eles, inclusive motivando-os a seguir em frente com a ideia do SAF coletivo. A jovem MA também participou da escolha do nome CAJUS e passou a frequentar as reuniões do Grupo. Refere-se à MA como jovem, pois a mesma possui a mesma faixa etária da juventude do assentamento.

Segue relato da jovem MA sobre o participar da criação do Grupo CAJUS:

“A juventude assentada, a sucessão rural e a continuidade dos sistemas agroflorestais no assentamento sempre foram preocupações da equipe técnica do projeto “Fortalecimento de uso de sistemas agroflorestais como alternativa de produção sustentável no Assentamento Sepé Tiarajú”, por isso buscavam envolver os jovens nas atividades que desenvolviam. E observando o interesse de alguns jovens pela agroecologia e agrofloresta, a EMBRAPA, representada pelos estagiários, começou junto a esses jovens mobilizar e organizar a juventude, o que mais tarde levou a criação do CAJUS.” (Jovem MA, 2018)

A jovem MA, bacharelada em agroecologia, iniciou a participação no grupo como ouvinte, conhecendo cada particularidade, cada ideal dos jovens, conversando individualmente com cada um, e nas reuniões buscava entender o perfil, dom de liderança, e outros predicados que pudessem levar o coletivo à realização de seus projetos. Nas reuniões ela sempre deixava os jovens iniciarem com suas ideias e projetos e, posteriormente, juntamente com as biólogas C e J, iniciava um processo de leva-los a uma auto reflexão e consciência das dificuldades; o

que os ajudava a ter uma visão crítica de seu processo interno de busca pela autonomia através do trabalho e da realização dos projetos.

Em um questionário, a jovem MA deixou clara a sua motivação para acompanhar o grupo dos jovens, como estagiária da EMBRAPA, ressaltando que a instituição assessorava o assentamento pelo fato de mesmo ser um PDS, conforme relatado anteriormente. Segue abaixo o relato da jovem MA:

“A EMBRAPA Meio Ambiente, principalmente os pesquisadores ligados ao núcleo de Agroecologia da empresa, trabalha junto aos agricultores e agricultoras do Sepé Tiaraju desde a época em que estavam sendo assentados. Acredito que um dos motivos dessa equipe estar presente no Sepé foi a proposta dos acampados junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de criação de um assentamento no modelo de Projeto de Desenvolvimento Sustentável, que propunha trabalhar a terra de forma ecológica. Desde então a EMBRAPA Meio Ambiente tem sido parceira em projetos e pesquisas dos agricultores e agricultoras, realiza cursos e vivências no assentamento” (Jovem MA, 2018).

Assim como as biólogas C e J, a jovem MA também relatou acreditar no potencial do Grupo CAJUS, atribuindo a eles uma valoração sobre a questão da sucessão rural conforme citado acima, por meio da continuidade dos sistemas agroflorestais pelos jovens. Segue relato:

“Sim, acredito. Como dito anteriormente, a continuidade do trabalho com sistemas agroflorestais e com uma agricultura de base ecológica depende dos jovens, por isso acreditar e incentivar a juventude é essencial para que eles se identifiquem com esses trabalhos e sigam nesse caminho.” (Jovem MA, 2018)

A EMBRAPA sempre esteve presente no Sepé colaborando com os projetos sustentáveis dos lotes individuais e coletivos do assentamento com assessoria técnica e qualificação do pessoal envolvido. A jovem MA relatou no questionário o papel da EMBRAPA no assentamento:

“Durante meu período de estágio a EMBRAPA Meio Ambiente era responsável pela gestão técnica do Projeto “Fortalecimento do uso de sistemas agroflorestais como alternativa de produção sustentável no Assentamento Sepé Tiarajú”, financiado pelo Programa Microbacias II, em edital público da Secretaria de Meio Ambiente do estado de São Paulo (PDRS-SMA). E realizava uma pesquisa junto a alguns agricultores através do projeto de pesquisa ECOSAF - Monitoramento e avaliação econômica de Sistemas Agroflorestais Agroecológicos: estudos de caso no estado de São Paulo” (Jovem MA, 2018)

4.1 – Ações realizadas pelo Grupo CAJUS e a Agroecologia

O Grupo CAJUS, com apoio das biólogas e da EMBRAPA, deu início a uma série de ações em busca do fortalecimento de vínculos entre os integrantes do Grupo, e do Grupo com a sociedade rural a qual pertence e até mesmo com a sociedade urbana. As ações não tinham um período, ou datas, ou horários fixos para acontecer, as mesmas ocorriam conforme o horário disponível dos integrantes do grupo.

Como já citado, no início de sua formação e atividades, o Grupo se reunia todas as quintas-feiras, o que posteriormente passou a ser feito quinzenalmente. Nessas reuniões eram planejadas e definidas as ações da quinzena ou do mês a serem realizadas. As reuniões no início aconteciam na escola, localizada na área comum do assentamento. O jovem M tinha uma cópia da chave e a abria para que fossem feitas as reuniões. As reuniões sempre iniciavam por volta das 19h00 e finalizam por volta das 22h00. Conforme a Figura 2 abaixo, na primeira reunião do Grupo CAJUS, estavam presentes os doze jovens.

Figura 2 – Grupo CAJUS em uma de suas reuniões



Fonte: Acervo Grupo CAJUS (2018)

Em algumas quintas-feiras acontecia o Cine Sepé, atividade nomeada e organizada pelos jovens. Geralmente eram passados filmes da história da formação do assentamento, filmes voltados para a luta social de classes. Durante o filme os jovens comiam pipoca e bebiam refrigerante confraternizando o momento. A Figura 3 mostra um dos momentos do Cine Sepé, com a presença de nove jovens do Grupo CAJUS. Eram momentos de muita importância para o Grupo, marcados pela união, pelo traçar dos objetivos comuns. Nessas reuniões iniciais, acreditava-se que nascia uma nova era para o assentamento e principalmente para a juventude do Grupo CAJUS.

Segue abaixo figura com a confraternização dos jovens na escola:

Figura 3 – Grupo CAJUS no Cine Sepé



Fonte: Acervo Grupo CAJUS (2018)

Depois de um certo período, a Secretária da Educação de Serra Azul recolheu a chave do jovem M e trancou com cadeado a escola, não permitindo mais a entrada do Grupo CAJUS para a realização das reuniões. Logo após, as reuniões ainda eram feitas na porta da escola, aproveitando a iluminação, porém os jovens sentavam-se no gramado. Após o impedimento do uso da escola, algumas reuniões foram feitas numa casa de freiras católicas que há no assentamento. Porém, pouco tempo depois o local tornou-se inviável devido ao choque entre o horário e dia das reuniões e as atividades das irmãs.

Posteriormente, os jovens solicitaram à liderança do assentamento, a liberdade de uso do “Sitinho”, um galpão construído em alvenaria com uma varanda e uma sala ampla, com um banheiro, destinado a reuniões e eventos comuns. O “Sitinho” foi liberado e o Grupo se encarregou da limpeza e organização do local, e instalação de iluminação e energia elétrica para possibilitar as reuniões noturnas. A partir de então o “Sitinho” passou a ser o local oficial das reuniões.

Nessas reuniões, eram decididas as próximas ações, os participantes, datas, horários, logística e objetivos da ação. Havia dificuldades na organização das ações do grupo, devido à pouca disponibilidade de horário dos jovens durante o dia, já que alguns tinham que ajudar os pais no trabalho do lote, outros estavam na escola e outros ainda não demonstravam interesse em participar das ações propostas.

Uma das maiores dificuldades dos jovens sempre foi a locomoção, quando a ação implicava ter que ir para a cidade de Ribeirão Preto. Na maioria das vezes pegavam carona com o jovem R que trabalhava em Ribeirão Preto tanto na ida como na volta de seu trabalho, ou a bióloga J os levava de volta ao Sepé ao término da ação.

Os jovens do Grupo CAJUS tinham o interesse em comum de montar um Sistema Agroflorestal em uma das áreas comuns do assentamento, mas para que pudessem acessar essa

área era preciso solicitar a autorização das cooperativas e associação do Sepé. Este interesse se manifestou em virtude do assentamento ser um PDS e a agroecologia ser atualmente uma forma ecológica de manejo da terra e plantio bastante prestigiada.

A primeira ação realizada pelo Grupo CAJUS com característica militante, no início de 2017, foi a organização de um abaixo assinado com a finalidade de conseguirem a doação, por parte da direção do assentamento, de um alqueire de terra para o plantio do Grupo. Os jovens enfrentaram um pouco de resistência no começo, por parte de um dos dirigentes de uma das cooperativas, mas que depois se dissipou com a explicação do jovem M dos objetivos do Grupo CAJUS. O resultado dessa ação foi positivo e a liderança do assentamento cedeu o terreno para os jovens e passou a apoiá-los.

Outra ação importante do Grupo CAJUS foram os mutirão nos lotes de seus familiares, no decorrer do ano de 2017, encabeçados pelas biólogas e pela estagiária MA, com a finalidade de instruir os jovens na prática dos SAFs e nas técnicas de cultivo dentro dos princípios da agroecologia. Segundo Altieri (2012) o enfoque da agroecologia está enraizado na diversidade, na sinergia, na reciclagem e na interação, assim como em processos sociais baseados na participação da comunidade.

Os mutirões ocorriam aos finais de semana ou durante a semana nos lotes individuais dos familiares dos jovens. Cada semana era escolhido o lote individual de um jovem. A escolha e o agendamento de datas eram feitos nas reuniões às quintas-feiras. Para participação nos mutirões os jovens levavam ferramentas e roupas apropriadas para o trabalho no sol. A estagiária da EMBRAPA, jovem MA, realizava as atividades práticas com os jovens, explicando, tirando dúvidas e deixando-os livres para a prática e aprendizado. As atividades realizadas nos mutirões eram: aprendizado em como irrigar e preparar o solo com adubos naturais, sem a presença de agrotóxicos, dentro dos princípios da agroecologia, plantio de sementes, colheita, e manejo dos produtos pós colheita.

Foram realizados quatro mutirões pela jovem MA nos lotes individuais, com o apoio da EMBRAPA e dos pais dos jovens. Tais atividades faziam parte do projeto “Fortalecimento de uso dos SAFs como alternativa de produção sustentável no Assentamento Sepé Tiarajú”, e contavam com o apoio das Entidades e dos pais dos jovens do Grupo CAJUS. Os mutirões eram importantes, pois aproximavam os jovens da cultura dos pais, integravam os jovens com a prática e as técnicas agroecológicas, e ainda alavancavam a união dos jovens e a parceria de trabalho entre eles. As figuras a seguir mostram um dos mutirões sendo realizado em um lote individual no assentamento:

Figura 4 – Mutirão – Vivência e prática



Fonte: Acervo Grupo CAJUS (2018)

Figura 5 – Mutirão – Teoria



Fonte: Acervo Grupo CAJUS (2018)

As práticas agroecológicas possuem uma força que pode impulsionar mudanças substanciais na agricultura e no meio rural e servem, portanto, como alicerce para orientar as ações de ensino, de pesquisa e de assessoria ou assistência técnica e extensão rural, numa perspectiva que assegure uma maior sustentabilidade socioambiental e econômica para os diferentes agroecossistemas (CAPORAL, 2009). A agroecologia também enfatiza a capacidade das comunidades locais para experimentar, avaliar e expandir seu poder de inovação por meio da pesquisa de agricultor a agricultor, e utilizando ferramentas de extensão baseadas em relações mais horizontais entre os atores (ALTIERI, 2012).

Outra ação importante, que vale a pena ressaltar, foram os intercâmbios que os jovens realizaram em outras fazendas e sítios no interior do estado de São Paulo, com o objetivo de aprendizagem e conhecimento sobre o trabalho agroflorestral realizado nestas outras áreas rurais. Um dos intercâmbios que mais preencheu a necessidade e a idealização dos jovens, foi o realizado na Fazenda São Luiz, localizada em São Joaquim da Barra, na região de Franca/SP.

O transporte era rateado entre os jovens e quem os levava era a bióloga J, em seu carro. Abaixo a foto dos jovens reunidos na Fazenda São Luiz:

Figura 6 –Visita de intercâmbio a Fazenda São Luiz em São Joaquim da Barra



Fonte: Acervo Grupo CAJUS (2018)

Com os primeiros conhecimentos e resultados do manejo agroecológico, o Grupo CAJUS iniciou um trabalho de comercialização na cidade de Ribeirão Preto, em praças públicas e em parceria com escolas estaduais e municipais da cidade, ainda no primeiro semestre de 2017. Os jovens se mobilizavam nas reuniões de quinta-feira, traçavam os objetivos das feiras e marcavam as mesmas para os dias combinados com os diretores de escolas ou em praças públicas. Cada um levava o que era produzido em seu lote individual, produtos como banana, milho, limão, manga, pimenta, entre outros. O meio de transporte sempre era um entrave para o cumprimento dos objetivos dos jovens. Hora iam de carona com a jovem R que ia trabalhar em Ribeirão Preto e os levava e trazia, ou a bióloga J ia com seu carro até o assentamento buscá-los e depois levá-los de volta, ou ainda um dos pais dos jovens emprestava seu carro para que os mesmos se locomovessem até Ribeirão Preto. A figura abaixo relata um pouco do que foi a feira dos jovens do Grupo CAJUS em Ribeirão Preto.

Figura 7 – Feira em Ribeirão Preto - I



Fonte: Acervo Grupo CAJUS (2018)

Os jovens do Grupo CAJUS indenizavam seus pais pelos produtos dos lotes individuais vendidos nas feiras e o que lucravam, depois de descontados os custos de locomoção e alimentação, dividiam entre eles ou deixavam no caixa do Grupo, para pagamento das despesas de intercâmbios e viagens. Nas reuniões o Grupo sempre elegia alguém para cuidar da parte financeira, alguém para cuidar do consenso acerca dos produtos a serem levados para as feiras e outro para cuidar da logística e transporte.

Os jovens se comunicavam por celular à medida que iam se organizando para a realização da feira e marcavam os horários para saída e retorno. Na reunião seguinte apresentavam um relatório de tudo que venderam, tudo que pagaram e o lucro líquido final da feira. Nessa ocasião era decidido o que fazer com o lucro, que na maioria das vezes era repartido entre eles. A Figura 8 mostra os jovens engajados nas vendas dos produtos orgânicos produzidos no assentamento por meio dos SAFs:

Figura 8 – Feira em Ribeirão Preto – II



Fonte: Acervo Grupo CAJUS (2018)

Foram realizadas também as Feiras do Produtor Rural. Essas feiras eram realizadas aos sábados, em praça pública na cidade de Serra Azul- SP, município onde está o assentamento Sepé, ou aos domingos pela manhã no Parque Prefeito Luiz Roberto Jábali, mais conhecido como Curupira em Ribeirão Preto, ambas atendidas pelos produtores rurais do assentamento com apoio dos jovens. As Feiras do Produtor Rural são realizadas com o apoio do SENAR.

Nestas feiras, os jovens do Grupo CAJUS participavam com seus pais em sistema de cooperação com os demais produtores rurais da região. O intuito da feira era vender os produtos orgânicos do assentamento e garantir o sustento da família por meio do trabalho na agricultura familiar. O envolvimento, a participação e a ação juvenil no movimento agroecológico nos

assentamentos PDS, têm mostrado que as juventudes do campo se interessam, acreditam e buscam realizar ações na agroecologia como modelo de desenvolvimento rural sustentável (MOURA, 2016).

A Figura 9 mostra um exemplo de stand criado para a realização da Feira do Produtor Rural em Serra Azul:

Figura 9 – Feira do Produtor Rural em Serra Azul



Fonte: Acervo Grupo CAJUS (2018)

4.2 – Formação Profissionalizante em Agroecologia

Os jovens do Grupo CAJUS se mobilizaram e pediram à jovem MA um curso sobre a agroecologia no segundo semestre de 2017, realizado no próprio assentamento. Atendendo a necessidade e vontade deles, ela formatou um curso para que pudessem ter uma formação profissionalizante em Agroecologia, em parceria com a escola Centro Educacional Ribeirão Preto (CERP), que emitiu os certificados do curso. O curso foi realizado em cinco encontros, na área comum do assentamento, mais precisamente no “Sitinho”, local que os jovens elegeram como Sede do Grupo CAJUS. As informações referentes ao curso ministrado pela jovem MA foram extraídas dos diários de campo, anotadas no momento dos encontros do curso no assentamento. A metodologia utilizada no curso foi a Educação Popular, como ressalta Vasconcelos (2017):

Vale ressaltar que todas as técnicas e dinâmicas que facilitam a aprendizagem são metodologias da Educação Popular, empregadas para ajudar os educandos a apurarem o que precisam e o que querem que seja aprofundado e os auxiliarem a tomar gosto por se posicionar e lutar por seus interesses em todas as situações que lhes digam respeito.

Nesse sentido, a Educação Popular se preocupa menos com a discussão das técnicas educativas e mais com o significado político para o grupo a que se destina. A mesma técnica educativa pode ter diferentes significados para os educandos, dependendo do contexto em que é aplicada. (VASCONCELOS, 2017 p.115)

O primeiro encontro abordou-se o tema “Agroecologia: ciência, prática, movimento e luta”,

Todos os jovens se sentaram em roda, se apresentaram e em seguida conheceram o conteúdo que seria trabalhado no curso. Foi então realizada uma atividade individual, onde cada um tinha que responder o que é agroecologia, e em seguida ocorreu uma discussão para se chegar a uma definição comum do tema. Logo após, os jovens leram textos relacionados à agroecologia e em seguida foram divididos em pares para que realizassem uma discussão. Os jovens participaram atentamente desse primeiro encontro, motivados na aprendizagem e em poder utilizá-la para o crescimento pessoal e profissional dentro do assentamento. O curso iniciou com os sete jovens pesquisados, o pesquisador e a bióloga J. A figura abaixo mostra o primeiro encontro do curso:

Figura 10 – Primeiro Encontro do Curso Profissionalizante em Agroecologia



Fonte: Acervo Grupo CAJUS (2018)

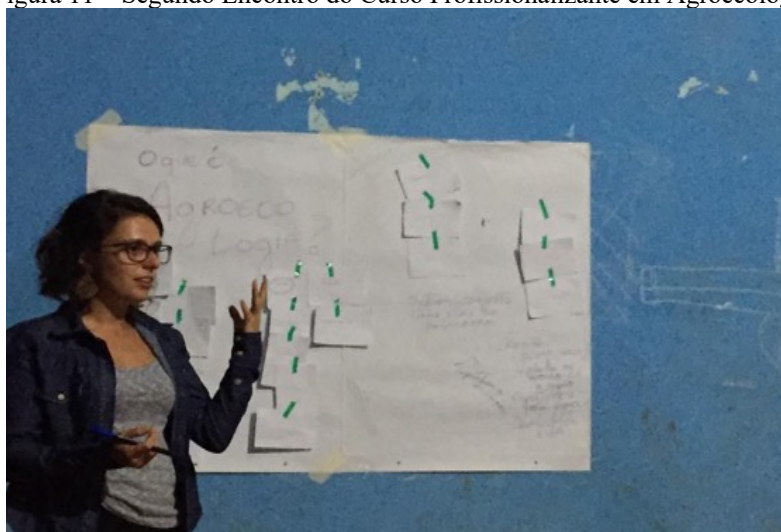
Os objetivos para esse primeiro encontro foram atingidos: apresentação e explanação do conteúdo do curso todo; problematização da realidade do assentamento e sua relação com a história da agroecologia e do movimento agroecológico; discussão sobre os diferentes conceitos de agroecologia em forma de dinâmicas de grupo. Esse encontro foi importante para os jovens se identificarem enquanto sujeitos da história do assentamento, pois discutiu-se sobre a luta pela terra e pela bandeira de uma agricultura de base ecológica que seus pais levantaram. Outro ponto importante foi se identificarem com a bandeira que agora carregam com o CAJUS, e

poderem falar com mais propriedade do porquê de serem um coletivo de agroecologia. O primeiro encontro contou com 7 jovens.

Já o segundo encontro, cujo tema foi o mesmo do primeiro: “Agroecologia: ciência, prática, movimento e luta”, foi realizado também no “Sitinho”, espaço coletivo do assentamento, com seis jovens. Nesse segundo encontro foram abordados os princípios que envolvem os agrossistemas de base ecológica. Foi realizada a dinâmica do pêndulo junto aos jovens, onde, em uma roda, todos os participantes encostados uns aos outros balançam de um lado para o outro sem que ninguém caia ou desequilibre. O intuito dessa dinâmica foi o de introduzir a questão da cooperação e do equilíbrio ecológico, princípios chaves para os agroecossistemas de base ecológica.

Logo após a dinâmica, foi realizada uma conversa para explicar e discutir sobre os princípios que envolvem as técnicas agroecológicas. Foram apresentados os princípios e discutido sobre as suas aplicações no assentamento e no lote de cada participante. Logo após a roda de conversa, os jovens foram divididos em duplas para realizarem uma dinâmica, onde deveriam encenar um dos princípios discutidos (equilíbrio ecológico, solo vivo, sucessão vegetal, ciclagem de nutrientes, biodiversidade, cooperação, controle biológico, conservação do solo e da água). A figura a seguir mostra como eram realizadas as aulas, em cartolinas, numa metodologia popular, de fácil linguajar e entendimento para os jovens assentados do Grupo CAJUS.

Figura 11 – Segundo Encontro do Curso Profissionalizante em Agroecologia



Fonte: Acervo Grupo CAJUS (2018)

O terceiro encontro abordou o tema “Planejando e cultivando agroecossistemas agroecológicos”, e foi realizado no lote de um dos jovens que faz parte do Grupo CAJUS, com

a presença de apenas quatro dos sete jovens neste encontro. O principal assunto discutido foi o diagnóstico e planejamento de agroecossistemas, com foco em sistemas agroflorestais, e contou com a participação de um convidado externo que trabalha com agrofloresta. Neste encontro foi feito um café da manhã coletivo e realizada uma dinâmica cujo nome é “enxada que fala”, onde foram lembrados os encontros anteriores. Essa dinâmica teve como objetivo levar o jovem a uma reflexão sobre sua autonomia no sistema agroecológico e também seu verdadeiro papel no lote e no Grupo CAJUS. Segue abaixo a figura da dinâmica:

Figura 12 – Terceiro Encontro do Curso Profissionalizante em Agroecologia



Fonte: Acervo Grupo CAJUS (2018)

A primeira atividade realizada nesse terceiro encontro foi um diagnóstico da propriedade, para o qual os jovens foram divididos em duas duplas para andar pelo lote, e foram instruídos a observar e anotar as diferentes culturas e criações, com os manejos realizados e a distribuição espacial. Logo em seguida todos se sentaram na varanda da casa e desenharam a propriedade em uma cartolina, depois apresentaram o desenho e suas anotações. Durante o processo de apresentação os jovens eram questionados sobre suas observações e instigados a olhar criticamente para elas, mas também tentando entender o contexto da propriedade.

Neste encontro também foram discutidas algumas noções de planejamento, desde o desenho, o plantio até a colheita, e depois realizou-se um redesenho da propriedade colocando o que consideravam que deveria ser mudado ou melhorado, e os passos necessários para realizar essas mudanças. Esse desenho foi deixado com o jovem morador do lote.

O quarto encontro abordou o tema “Planejando e cultivando Agroecossistemas Agroecológicos”, e foi realizado no mesmo lote individual do encontro anterior, também com a presença de apenas quatro dos sete jovens que iniciaram a formação. O tema trabalhado foi em continuidade ao anterior, colocando em prática os conhecimentos técnicos e teóricos

adquiridos, por meio de uma atividade prática em um canteiro agroflorestal. Os jovens tomaram um café da manhã durante a formação e em seguida continuaram as atividades de construção desse canteiro com mudas, ferramentas e sementes doadas pela EMBRAPA.

Já o quinto e último encontro foi realizado com o tema “Transição Agroecológica: organizações sociais e produtivas”, aconteceu no “Sitinho” coletivo do assentamento e estavam presentes seis jovens do Grupo CAJUS. Os assuntos abordados neste encontro foram a transição agroecológica, organizações sociais que fortalecem a agroecologia, os circuitos curtos de comercialização e a economia solidária.

Foi também realizado um lanche coletivo. Os jovens apresentaram uma dinâmica sobre os circuitos de comercialização e logo após a formação estava finalizada e os certificados foram entregues. Neste último encontro participaram seis jovens, o pesquisador e a bióloga J. Infelizmente a participação dos jovens na formação não foi constante, no primeiro encontro participaram os sete, nos demais encontros oscilava entre três e quatro jovens, e no último encontro participaram os seis jovens, conforme mostra a figura treze. Houve o desânimo dos jovens e uma falta de comprometimento deles para com o apoio da bióloga J e da jovem MA no decorrer do curso.

O curso foi uma das últimas ações oficiais realizadas pelo Grupo CAJUS. O curso, além de garantir a aprendizagem teórica, pode conduzir os jovens à prática e à reflexão do porquê estudar agroecologia e as diversas formas de aplicação do conhecimento prático na área coletiva recebida da direção do assentamento e até mesmo nos lotes familiares individuais.

Figura 13 – Quinto Encontro do Curso Profissionalizante em Agroecologia



Fonte: Acervo Grupo CAJUS (2018)

4.3 – Análise Final do Grupo CAJUS: sucessão, conflitos e políticas públicas

O Grupo CAJUS representou um processo organizativo dos jovens assentados, capaz de alimentar forças sociais e futuramente, forças políticas. O fortalecimento do Grupo pode gerar estreitamento das relações entre os jovens assentados, na busca de estratégias de sobrevivência e permanência na terra, caminhando em direção da sucessão rural e da continuidade do lutar e do sonhar dos pais, e alimentando também seus próprios sonhos. Observou-se na pesquisa que, em cada reunião e ação o Grupo se fortalecia no seu objetivo de permanecerem no assentamento e viabilizarem a sucessão rural. Por meio da agroecologia, sonhavam em realizar uma transformação econômica no assentamento.

No entanto, foi possível observar o Grupo CAJUS em dois momentos de sua trajetória. O primeiro momento foi marcado por sua formação, consolidação e desabrochar através das ações descritas até aqui. Como já mencionado, o Grupo foi fruto da idealização e militância do jovem M, que motivou os demais com sua filosofia de luta pelos sonhos, pelo assentamento e por um futuro melhor. Infelizmente apenas doze jovens compartilharam dessa ideia e começaram as reuniões com o jovem M, e apenas sete continuaram na militância pelo Grupo CAJUS.

Os pais dos jovens muitas vezes participavam das reuniões e assistiam como era a mobilização dos jovens na formação do Grupo, e o apoio das biólogas C e J e da jovem MA. Nessas ocasiões os pais contavam suas histórias de vida e seus sonhos para o assentamento.

Os jovens sempre prestavam atenção nesses relatos; era como se fosse um combustível e motivação para o continuar deles em prol do Grupo CAJUS. Os pais também relatavam a dificuldade de matricular os filhos na escola em Serra Azul, de ter acesso a saúde, e de alcançar a sustentabilidade financeira. A maioria desses pais vieram de outras cidades do estado de São Paulo, e acabaram no Sepé por meio do cadastro feito no MST durante a luta pela obtenção da terra, mas eram, originalmente, do Nordeste, Goiás e Minas Gerais. Segundo relatos, vieram para o estado de São Paulo com seus familiares em busca de novas oportunidades de vida e o Sepé sempre foi um sonho para eles, em termos da busca de autonomia e crescimento.

A fala da assentada N, retratada na parte um desta dissertação, faz uma comparação da união entre os assentados, no início, quando não havia ainda estrutura, saneamento ou energia elétrica, mas eram mais felizes que atualmente. Os assentados P e M expressaram opinião semelhante, alegando que mesmo diante das dificuldades que encontraram quando ali chegaram, havia um sonho a ser vivido, comparando com a época atual, marcada pela desunião, a falta de sonhos dos assentados e as dificuldades econômicas e sociais advindas da falta de acesso às políticas públicas. Os jovens também apontaram a falta de união como sendo um

ponto negativo e empecilho para tornar o assentamento um lugar melhor para se viver, como aparece na parte três deste trabalho.

Todos os pais dos jovens do Grupo CAJUS conheciam e apoiavam o Grupo, sua formação, seu trabalho, sua continuação e a sua importância para os planos de sucessão rural. Os pais relataram que sentiam preocupação quanto ao futuro do assentamento, sobre como a juventude atual representará as lutas do passado. O assentado A disse:

“Não estarei mais aqui pra ver o futuro, somente quero que os jovens se apoderem do assentamento para garantir a continuação de tudo que lutei.” (ASSENTADO A, 2018)

Segue relato semelhante do assentado P (2018):

Estou preocupado com o futuro dos lotes e da juventude. (ASSENTADO P, 2018)

Também confirmando pelos relatos das assentadas da assentada N, L e C (2018):

“Eu sempre digo aos meus filhos para aproveitar enquanto estou aqui para ajuda-los a erguer nosso lote e continuarem o trabalho que eu e o pai deles os ensinaram.” (ASSENTADA N, 2018)

“Os jovens têm que continuar no Sepé, é importante pra eles ficar.” (ASSENTADA L, 2018)

“Ficar no Sepé será uma coisa boa para os jovens, pois assim eles não caem no mal caminho.” (ASSENTADA C, 2018)

Os pais lutaram a vida inteira e querem deixar para os filhos um legado da militância pela terra, pelo bem-estar social e pela autonomia de desenvolvimento pessoal e profissional por meio da terra, da agricultura familiar, sem depender de salários externos para sobreviver. Ainda segundo os relatos obtidos, os pais alegam entender a necessidade dos filhos de trabalhar na cidade e ajudar no lote quando possível, pois eles não têm condições de arcar com os anseios dos filhos, tais como comprar um celular, tirar a habilitação, sair aos finais de semana, entre outras atividades e bens que demandam recursos financeiros. Abaixo o relato do assentado P, sobre entender o trabalho do filho no comércio de Ribeirão Preto:

“Chega uma hora que eles querem sair, ter seu próprio dinheiro para comprar suas coisas, por isso vão trabalhar na cidade, mas não acredito ser o melhor pra ele. O melhor pra ele é estar aqui no Sepé, desenvolvendo o lote.” (ASSENTADO P, 2018)

Os pais reconhecem a ausência de políticas públicas para a juventude no meio rural e acabam aceitando o trabalho paralelo dos jovens na cidade como complemento da renda familiar. O assentado P (2018), traduziu sua expectativa numa única frase: “O Grupo CAJUS é um sonho”, ou seja, a formação do grupo de jovens nada mais era que a materialização social

de uma preocupação que pairava na cabeça e no coração dos pais dos jovens assentados quanto à sucessão rural e o fim do trabalho na cidade.

Já o assentado A acreditava na continuidade do assentamento pelos jovens:

“Eles farão melhor que nós, eu acredito.” (ASSENTADO A, 2018)

Havia compreensão também quanto a necessidade da organização de grupos como o Grupo CAJUS e da presença de programas de políticas públicas para estimular a continuidade dos jovens no Sepé. A falta dessas políticas impacta na necessidade do jovem ter que trabalhar na cidade ou até mesmo deixar o assentamento em busca de melhores condições de vida. Para a assentada M:

“Falta estímulo para o jovem continuar.” (ASSENTADA M, 2018)

Conforme já citado, o Grupo CAJUS teve total apoio das cooperativas e da associação do assentamento quanto à doação da terra na área coletiva para o desenvolvimento de um SAF.

Como disse o assentado AD:

“Sou a favor do Grupo CAJUS, doamos a eles a terra comum para o SAF, porém acredito ser necessário um tutor, uma assessoria de apoio, para que leve os jovens aos objetivos do grupo.” (ASSENTADO AD, 2018)

O segundo momento do Grupo CAJUS teve início em janeiro de 2018, quando seu fundador e mentor, o jovem M, deixou temporariamente o assentamento para estudar. O jovem M sempre esteve presente em todas as ações e reuniões do grupo, liderando os jovens com sua força e garra e tornando-se um exemplo a ser seguido, uma força necessária para a continuação dos ideais de seus pais e a promoção de um assentamento forte. O futuro, para os jovens do Grupo CAJUS, estava se tornando mais próximo, os sonhos estavam sendo realizados, a filosofia de vida do jovem M estava sendo vivida e a construção de valores tais como a sucessão rural e o fim do medo de tudo se acabar estava por se cumprir.

Mas no momento em que o grupo estava em seu auge de atividades e desenvolvimento econômico e social, protagonizando uma transformação na vida daqueles jovens assentados, o jovem M recebeu a notícia de que havia sido aprovado em um vestibular por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU)¹⁴ em uma cidade do interior de Minas Gerais, para cursar Licenciatura em Geografia e teria que deixar, ainda que só por um tempo, o assentamento para

¹⁴ É uma plataforma digital criada pelo Ministério da Educação em 2010, promovendo acesso ao ensino superior nas universidades brasileiras por meio da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

realizar o sonho de cursar o nível superior. Para o jovem M, essa formação era necessária para ampliar seus conhecimentos técnicos e melhorar sua atuação no assentamento.

O comunicado de sua aprovação no vestibular se deu em uma das reuniões do Grupo na quinta-feira. Os jovens ficaram surpresos com a notícia e ao mesmo tempo abalados, conforme apontado nos escritos no diário de campo durante aquela reunião, todos ficaram sem reação e calados. O jovem M deixou claro seu apoio ao Grupo e expressou sua tristeza ao partir, mas que era necessário neste momento. As biólogas J e a estagiária MA prestaram total apoio aos jovens na reunião, se colocando à disposição para a continuação das ações e a realização dos projetos futuros.

Com a partida do jovem M, os jovens continuaram as feiras, as ações de intercâmbio e os mutirões realizados nos lotes individuais. Neste momento o jovem A passou automaticamente a liderar o Grupo e assumiu a organização de ações como: organizar a tesouraria das feiras, controlar os valores a serem recebidos dos clientes e ressarcir os pais e donos dos lotes, de onde vinham muitos dos produtos vendidos. Nas reuniões os valores continuavam a ser discutidos e decidido o que fazer com o lucro. Mas em uma das reuniões, o jovem R se levantou e questionou o jovem A sobre sua gestão da tesouraria e a forma como os valores eram divididos ou poupados para uso nas próximas ações.

Diante desse questionamento o jovem A decidiu se afastar do grupo, mesmo tendo resolvido o conflito com o jovem R, e buscar outras possibilidades de trabalho, para poder melhor ajudar financeiramente seus pais. Pouco depois esse jovem começou a trabalhar no comércio de Ribeirão Preto e se afastou das reuniões e ações do Grupo CAJUS.

Com essas duas saídas importantes, as ações do Grupo enfraqueceram e as reuniões começaram a rarear devido à falta de uma liderança e a falta de tempo dos jovens pelo trabalho individual seja no lote ou na cidade. Com o enfraquecimento do Grupo CAJUS, cada um foi em busca de seus próprios interesses. O Jovem M, em suas folgas da faculdade, tentava reunir os jovens e as biólogas, mas nem sempre conseguia pois os horários e datas não coincidiam, Assim o tempo foi passando e o Grupo se enfraquecendo cada vez mais.

No segundo semestre de 2018 os jovens responderam a um novo questionário semiestruturado com o intuito de se descobrir a visão e a opinião de cada um sobre os conflitos e o futuro do Grupo CAJUS. Responderam a este questionário os sete jovens do início, obtendo-se totalidade de respostas.

Primeiramente os jovens salientaram sua visão sobre o Grupo CAJUS, afirmando ser o mesmo importante para a sociedade rural onde vivem. A maior parte deles disse almejar o retorno das atividades do Grupo, conforme tabela 28:

Tabela 28: Visão dos jovens sobre a importância e futuro do Grupo CAJUS

Opinião dos Jovens	Quantidade de Respostas
Grupo importante	1
Grupo importante, porém parado e sem atividades	3
Grupo precisa voltar às suas atividades	3

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Todos os jovens afirmaram não estar participando do Grupo devido suas atividades profissionais atuais, o jovem M ainda está em Minas Gerais estudando, a jovem R atualmente trabalha com eventos e com seus pais na agricultura familiar do lote, os jovens RO, TY e HG também trabalham com seus familiares na agricultura familiar, o jovem A e o jovem MT trabalham no comércio, em Ribeirão Preto.

Sobre a questão dos conflitos, os jovens admitiram que ocorreram conflitos internos motivados por diferentes ideias referentes às ações do Grupo, mas que não houveram brigas e nem tampouco criou-se inimizades entre seus integrantes. Os conflitos citados pelos jovens estão relacionados na tabela 29:

Tabela 29: Conflitos do Grupo CAJUS

Opinião dos Jovens	Quantidade de Respostas
Diferentes ideias	4
Não houveram conflitos	1
Conflitos na definição da área coletiva	1
Conflitos por falta de apoio dos integrantes do próprio Grupo	1

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Na visão dos jovens, o Grupo era unido, embora ocorressem conflitos (tabela 29) que geravam discussões acerca das melhorias do Grupo, formas de ser atingir um objetivo e formas de pensar diferentes.

Nem sempre os conflitos eram resolvidos, em algumas reuniões os conflitos eram mediados ou resolvidos com a ajuda dos próprios jovens ou com a ajuda das biólogas J e jovem MA, conforme a tabela 30:

Tabela 30: Intermediação nos conflitos

Opinião dos Jovens	Quantidade de Respostas
Eram resolvidos pelos jovens, com diálogo	4
As assessoras ajudavam a resolver	3

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Desde seu início, o Grupo CAJUS não teve acesso a programas de políticas públicas ou iniciativas do terceiro setor, como o Programa de Aprendizado Profissional. Nas reuniões, os jovens assentados informaram desconhecer o Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural.

Quanto ao Programa Nossa Primeira Terra e PRONAF Jovem, apenas dois dos sete jovens afirmou conhecer esses programas, mas não acessavam essas políticas públicas por falta de assessoria técnica ou apoio do INCRA. Infelizmente o Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural não chegou ao assentamento Sepé Tiarajú e não conseguiu consolidar seus vários eixos junto aos jovens assentados, trazendo-lhes a tão sonhada autonomia no campo. O Plano não passou de mais um dos projetos criados pelo Estado e não colocado em prática na comunidade que necessita de suas ações.

Os jovens do Grupo CAJUS participavam indiretamente das mesmas políticas públicas acessadas por seus pais no assentamento em seus lotes individuais e áreas coletivas, para consolidação da agricultura familiar, tais como o PNAE; política essa que não impactava diretamente a movimentação do Grupo e nem tampouco influencia diretamente o desenvolvimento e autonomia do jovem rural.

Para Castro (2005, as políticas públicas como o PRONAF Jovem e o Programa Nossa Primeira Terra não conseguem solucionar as questões dos jovens rurais. A autora traz também uma reflexão importante sobre os problemas relacionados à questão agrária que afetam diretamente os pais dos jovens e o coletivo do assentamento e perpassam a vida dos jovens, estejam eles organizados em grupos como o CAJUS ou não (CASTRO, 2005).

Nas reuniões do Grupo CAJUS, um dado importante coletado por meio dos diários de campo e a vivência com os jovens e suas ações, foi a inoperância da Prefeitura de Serra Azul, município ao qual pertence o assentamento Sepé Tiarajú, na efetivação de programas e serviços no meio rural, sejam eles relacionados a educação, trabalho, renda e até mesmo saúde, pois o assentamento não tem uma unidade básica de saúde efetiva, contando apenas com visitas médicas periódicas ou a ambulância que os buscam em casos de emergência.

Os dados também apontam para uma atuação fraca do INCRA no apoio ao assentamento e aos jovens assentados quanto ao acesso a programas e serviços que poderiam levá-los a uma autonomia de trabalho, renda e cidadania, e possivelmente à sucessão familiar. As políticas públicas, quando bem elaboradas e implementadas, permitem o acesso efetivo da população aos serviços prestados pelo Estado, possibilitando transformações, bem-estar social e o sentimento de garantia de direitos. Infelizmente, o olhar para o assentamento Sepé Tiarajú não traz essa sensação de transformação, de bem-estar social, de garantia de direitos, por mais que se trate de um assentamento PDS, que conta com um trabalho coletivo elaborado e a ajuda e

assessoria da EMBRAPA com projetos de pesquisa e outros interlocutores como universidades, entidades do Sistema S e técnicos da CATI.

Entre 2003 e 2015 a administração federal adotou diversas medidas votadas para as dificuldades e questões relacionadas ao meio rural, no que tange a elaboração, criação e implementação das políticas públicas para a agricultura familiar, inclusive programas voltados para a juventude rural. Segundo Mattei (2018):

Particularmente nos governos Lula e Dilma (2003-2015), o MDA – enquanto órgão de Estado - foi protagonista de grandes ações em prol da melhoria da distribuição da terra e da renda, do enfrentamento da fome e da pobreza e da redução das desigualdades sociais e regionais do país. Com isso, tal órgão governamental passou a ter o seu papel devidamente reconhecido no processo de inclusão social. (MATTEI, 2018, PAG.294)

O Governo Lula e Dilma, através do MDA, estendeu a atuação das políticas públicas para o campo, melhorando significativamente a qualidade de vida dos produtores familiares, conforme as experiências relatadas pelos assentados acerca da participação nos programas PAA e PNAE. Os assentados do Sepé Tiarajú relataram a diferença entre o viver do campo nos governos Lula e Dilma e no governo Temer. Mattei (2018) em sua citação abaixo, corrobora com os relatos dos assentados:

Partindo do pressuposto que a agricultura familiar é um sistema de produção essencial para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, o governo Lula, via MDA, definiu um conjunto de políticas orientadas por um objetivo estratégico: mudar a realidade da estrutura agrária do país e fortalecer a agricultura familiar como forma de inclusão social e de fortalecimento da cidadania. Neste caso, o meio rural passou a ser concebido também como um espaço de justiça social, além de ser um local de produção agropecuária e de preservação de um modo de vida. (MATTEI, 2018, PAG.296)

Com a extinção do MDA em 2016, no governo Temer, arrefeceu o objetivo de inclusão para o meio rural, em particular os agricultores familiares. Os recursos para a efetivação de políticas já em andamento, como o PAA, diminuíram drasticamente e outras não saíram do papel, como foi o caso do Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural. Plano criado no governo Dilma e infelizmente não colocado em prática para melhoria da juventude rural.

A dificuldade dos assentados em acessar os programas PAA e PNAE, pós governo Lula e Dilma, fez com que duas das cooperativas e a associação do assentamento se juntassem, fortalecendo-se internamente e ganhando maior competitividade externamente. A assentada N (2018) relata sobre isso com tristeza no olhar:

“Tenho produto, tenho vontade trabalhar, mas o governo atual não ajuda. Tenho saudade do governo anterior, as coisas eram diferentes. (ASSENTADA N, 2018).

Esse retrocesso nos programas de políticas públicas para o campo, sentido pelos assentados, é corroborado por Mattei (2018):

Como produto de um conturbado processo político em curso e que está causando enormes conflitos e cisões sociais no país, o Governo Temer tem atuado de forma bastante controversa, em termos da promoção do desenvolvimento agrário e rural brasileiro. De um modo geral, observa-se que o governo atual fez uma opção clara por um projeto de desenvolvimento agrário que não atende aos interesses da grande maioria da população rural, representada pelos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, extrativistas, quilombolas, povos indígenas, dentre outros. Ao contrário, as intervenções do governo Temer vêm exatamente no sentido de excluir das benesses das políticas públicas parcelas expressivas dessa população rural. (MATTEI, 2018, pag. 304)

Levando em consideração essa ausência das políticas públicas, os jovens responderam quais foram as dificuldades encontradas pelo Grupo CAJUS. Conforme a tabela 31, observa-se que um dos pontos é a falta de políticas públicas, ponto esse chave para o desenvolvimento do Grupo e sua inserção social.

Tabela 31: Dificuldades do Grupo CAJUS

Opinião dos Jovens	Quantidade de Respostas
Falta de políticas públicas	4
Falta de apoio dos pais e líderes do assentamento	0
Falta de união e apoio dos colegas do Grupo	3

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

É importante salientar que a falta de apoio dos próprios integrantes, além de ser considerada um conflito é também listada como dificuldade para se alcançar os objetivos do Grupo. A união e cooperação, é essencial para um Grupo como o CAJUS, uma vez que é o alicerce da construção dos valores, protagonismo social e autonomia do Grupo. Também é importante apontar que a falta de apoio das lideranças do assentamento não foi identificada como uma dificuldade pelos jovens. Um deles chegou mesmo a salientar a importância do apoio dos pais e líderes para o desenvolvimento e notoriedade do Grupo.

As ações e os objetivos do Grupo CAJUS foram alcançados com sucesso, enquanto apoiados pelas assessoras, pelo pesquisador e pelo jovem M, que engajou-se na militância pelo Grupo, e até mesmo pelo jovem A que se dispôs a liderar o Grupo com empenho e a mesma dedicação do jovem M. Mas com os conflitos listados, o afastamento dos integrantes do Grupo, a falta de acesso às políticas públicas e as dificuldades econômicas e sociais individuais, o mesmo perdeu sua força e necessita de uma reestruturação e um novo líder interno para a continuação das reuniões e das ações. Os jovens responderam conforme a Tabela 32 sobre o Grupo ter alcançado, grosso modo, os seus objetivos:

Tabela 32: Objetivos alcançados pelo Grupo CAJUS

Opinião dos Jovens	Quantidade de Respostas
O grupo não alcançou seus objetivos	5
O grupo alcançou parcialmente seus objetivos	2

Fonte: Elaborado pelo autor, 2018

Segundo afirmado por todos os jovens em um último contato, realizado em dezembro de 2018, o Grupo CAJUS pretende continuar suas atividades, e, ainda, todos afirmaram que se houver a continuação do Grupo, estão dispostos a voltar e continuar de onde pararam com as atividades. Um ponto crucial, que precisa ser resolvido pelos jovens, é o destino da terra coletiva que ganharam da liderança do assentamento, que está agora parada, gerando uma descrença por parte dessa liderança em relação ao Grupo CAJUS.

O atendimento parcial dos objetivos do Grupo, que aparece em duas das respostas da tabela trinta e dois, pode estar relacionado a uma excessiva dependência, por parte de alguns de seus integrantes, dos interlocutores externos. Essa falta de autonomia, observada durante a pesquisa de campo, contribuiu para o enfraquecimento do Grupo quando as biólogas e a estagiária finalizaram as suas atividades no assentamento e o apoio da EMBRAPA diminuiu.

Outro ponto relevante, ao analisar as respostas da tabela 32, é a pluriatividade presente em grande parte das famílias do assentamento, e o fato de que, na maioria das vezes, é o jovem que combina o trabalho no lote com trabalho não agrícola na cidade. No caso dos jovens do Grupo CAJUS, a demora de resultados econômicos mais consistentes nas ações do Grupo e o contexto financeiro, familiar e pessoal em que vivem, impulsionou a busca por oportunidades de trabalho, estudo e até moradia na cidade, dificultando assim a realização das atividades do Grupo. Segundo Carneiro (2002), a pluriatividade não se trata de uma possibilidade, mas de uma manifestação clara das novas dinâmicas rurais presentes nas sociedades contemporâneas, que podem significar “tanto um mecanismo da estratégia de reprodução social de famílias sem condições de se manterem exclusivamente com a atividade agrícola, quanto também pode expressar uma mudança no padrão de exploração agrícola” (CARNEIRO, 2002, p. 225). A autora afirma ainda sobre a pluriatividade e as novas concepções de agricultura familiar:

Resulta daí um olhar que não reduz o agricultor a um mero homo economicus, movido exclusivamente pela sobrevivência e pela produção, mas que o vê como um ser social de múltipla inserção, sujeito a desejos e orientado por valores que não são reduzidos à lógica econômica – risco que incorre os que observam a agricultura familiar somente da perspectiva da produção. (CARNEIRO, 2002, p. 232, grifo do autor).

Pelo observado até o presente, o principal quesito para a continuidade do Grupo é a retomada da disposição de seus integrantes de interagirem uns com os outros e formarem

novamente um coletivo embasado em valores e objetivos comuns, socializando conhecimentos, técnicas e força de vontade em busca de uma autonomia econômica, social e produtiva para o assentamento e para a sua juventude, revertendo, dessa forma, a imagem de falta de motivação mostrada atualmente aos pais e aos líderes das cooperativas. Uma vez restruturado, a primeira atividade prática do Grupo seria a limpeza da área coletiva doada e a implantação do SAF planejado.

Com seus objetivos restabelecidos, seus antigos integrantes reconectados ou mesmo a entrada de novos jovens, o Grupo CAJUS pode se valer do embasamento teórico adquirido e da prática e participação coletiva para voltar a ser um grupo forte e engajado em buscar editais, novos clientes para compra dos produtos orgânicos produzidos no SAF coletivo e o fortalecimento da agricultura familiar. Mas, por enquanto, o Grupo não tem nada planejado quanto ao retorno, ações ou cursos.

Outra informação relevante coletada na pesquisa é a importância que os jovens atribuem aos eventos sociais e de lazer realizados no assentamento Sepé Tiarajú, tais como as festas juninas, os eventos da igreja evangélica na área coletiva, os relacionados com a escola, os promovidos pela EMBRAPA, entre outros. Segundo os jovens, o Grupo CAJUS não tem feito reuniões, mas nos eventos e atividades de lazer os jovens se reúnem sempre que possível. Brenner ressalta a importância do lazer, conforme abaixo:

É preciso considerar o lazer como tempo sociológico no qual a liberdade de escolha é elemento preponderante e que se constitui, na fase da juventude, como campo potencial de construção de identidades, descoberta de potencialidades humanas e exercício de inserção efetiva nas relações sociais (BRENNER et al., 2005, p. 176).

A criação de um grupo de jovens, a sua movimentação, ações, formação teórica e prática e a cooperação entre os jovens não é um enfretamento fácil, uma vez que há ausência de políticas públicas para inclusão social, trabalho e renda; o que impacta na motivação do jovem para a permanência no campo e dificulta a sucessão rural.

Atualmente os jovens do Grupo Cajus, conforme citado acima, se encontram em eventos comuns do assentamento, ficando cada vez mais distante a atuação do Grupo enquanto movimento para alimentar a luta social em prol da construção de políticas públicas para a juventude rural e, num recorte maior, para o meio rural. Segundo a UNESCO:

A importância de se escutar as pessoas jovens no momento de definição de uma política pública de juventudes não pode ser subestimada. Uma política nacional de juventude que não reflita as visões, preocupações e desejos dos jovens se distanciará de seu objetivo primordial, e com o tempo, cairá no esquecimento, pois não contará com apoio. Assim, políticas ou programas de/para/com jovens devem ser formatadas a partir de seu envolvimento compreensivo, contanto com espaços de participação juvenil nos processos de tomada de decisão (UNESCO, 2004, p. 69).

A juventude rural tem se mostrado ativa nas mobilizações sociais no meio rural, sendo um novo ator político, conforme afirma Castro (2005). A articulação inicial do Grupo CAJUS provou, na prática, essa afirmação; apenas o grupo precisa se fortalecer novamente por meio do reencontro dos jovens, novas movimentações, novas ações, e, posteriormente, avançar dos primeiros passos e se permitir o empoderamento e autonomia, buscando novas assessorias, parcerias e apoio do governo municipal, estadual e futuramente federal, participando de conferências da juventude, conselhos, entre outros órgãos que possam levá-los a serem vistos pelo Estado, sociedade e mesmo o próprio assentamento, como um ator social transformador.

Para os pais e lideranças do assentamento, a continuidade do Grupo está diretamente ligada a continuidade de sua luta pelo acesso à terra, como ilustra a afirmação abaixo:

“O que será de meus filhos quando eu me for? Está cada dia mais difícil viver no campo, por isso eu apoio o grupo dos jovens” (ASSENTADA N, 2018)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por trabalhar com jovens no meio urbano, o pesquisador estava familiarizado com sua formação, necessidade de programas de políticas públicas, processos de inclusão no mercado de trabalho, vivência familiar e estrutura social em que vivem.

Esta pesquisa levou o pesquisador a conhecer o jovem rural e sua família, suas concepções de vida, de mundo, seus sonhos, suas ansiedades, suas dificuldades em realizar os sonhos, sua forma de integração no trabalho agrícola e fora dele, na sociedade e seu amadurecimento como ator social de suas próprias escolhas ou inevitabilidade de escolhas que necessitam ser tomadas devido à falta de oportunidades e apoio.

Quando se pesquisa o jovem rural se pesquisa o campo, e é necessário observar a sociedade rural como um todo, sua formação, o papel dos jovens, a possibilidade de tornarem-se atores sociais e protagonistas de movimentos sociais, as relações de poder, a presença de programas e serviços do Estado, entre tantos outros temas. Este jovem faz parte desta sociedade, por isso a importância de estudar a complexidade da sociedade em que ele vive, e na qual quer ou não permanecer.

Por meio da pesquisa realizada no assentamento Sepé Tiarajú, observando a juventude rural, os pais, as lideranças da associação e cooperativas, percebe-se claramente que o meio rural não vive isolado do meio urbano, o mesmo compartilha das ações políticas, da economia, tem acesso aos meios de comunicação, inclusive a internet e acaba sendo influenciado pelas mesmas mudanças que a sociedade urbana. Essa constatação comunga com a tese de espaços interligados, porém diferenciados (WANDERLEY 2001), e da existência das chamadas novas ruralidades, ou dos novos formatos de sociedade rural, mais próxima do meio urbano sobretudo pelo avanço dos meios de comunicação. Os assentados são agricultores familiares tentando sobreviver por meio do seu trabalho, buscando novas parcerias e formas de associativismo que facilitem o acesso às políticas públicas para a agricultura familiar, mas que precisam do meio urbano para a compra do que não produzem e o acesso a serviços de saúde e a educação de ensino médio, técnico e profissionalizante ou superior dos filhos.

A juventude do assentamento Sepé Tiarajú está inserida neste contexto social, e vive este processo de proximidade com o meio urbano quando há necessidade de acessar a educação do ensino médio ou superior, a educação profissionalizante, a saúde e até mesmo quando esse jovem se insere no mercado de trabalho na cidade em busca de recursos financeiros para ajudar em casa ou para si próprio, para comprar seu celular, seu carro, sua moto, ou itens de uso pessoal.

Liderados pelo jovem M, alguns dos jovens assentados formaram o Grupo CAJUS, com o objetivo de unir a juventude do assentamento e se fortalecerem por meio de novas práticas coletivas e agrícolas, como, por exemplo, a implantação de um sistema agroflorestal coletivo, buscando maior integração social dessa juventude e também sua autonomia econômica.

Inicialmente, de oitenta jovens assentados, apenas doze se propuseram a fazer parte do grupo coletivo, mas apenas sete ficaram para as ações e o protagonismo do Grupo. Dos cinco jovens que saíram, um foi embora do assentamento e da região em busca de trabalho, os demais foram em busca de trabalho e estudo nas cidades vizinhas, mas continuaram a morar no assentamento, ou seja, não continuaram nas atividades do Grupo pela necessidade de ajudar economicamente a família.

A impossibilidade de acessar programas de políticas públicas que permitam o trabalho e renda no meio rural é uma das principais causas do êxodo do jovem do campo para a cidade. No assentamento Sepé Tiarajú não seria diferente, uma vez que há a necessidade de fontes de trabalho remunerado para os jovens assentados. Por meio da pesquisa, identificou-se um certo pessimismo por parte de alguns dos jovens quando falam do seu futuro, do futuro da agricultura familiar e do próprio assentamento onde vivem; pessimismo esse também vivido pelos pais que foram entrevistados no decorrer da pesquisa.

A formação do Grupo CAJUS foi um marco no processo organizativo da juventude rural do assentamento Sepé Tiarajú. O Grupo é um instrumento para articular, criar, e reivindicar a implantação de programas de políticas públicas junto ao Estado. A observação das ações e trabalhos realizados, conforme retratado na parte quatro desta dissertação comprova a capacidade que os jovens do CAJUS possuem em criar, inovar e desenvolver um trabalho coletivo. Este coletivo é importante para o agrupamento de ideais, união de forças e o desenvolvimento de uma nova visão de sociedade no campo, amparada nas mudanças da sociedade atual, porém com a continuidade das lutas pela terra herdada dos pais e avós.

Para Castro (2009), o jovem rural está longe do isolamento e dialoga com o mundo globalizado, donde a importância da sociabilização dos jovens do Grupo CAJUS, e suas relações internas e externas, para a criação de um novo ser social que se encontra entre as lutas vivenciadas pelos pais, registradas na natureza a sua volta, e o mundo moderno das novas tecnologias e novos modos de pensar, sentir e agir.

A percepção dessa dupla inserção foi de grande relevância para a compreensão do perfil de cada jovem assentado pertencente ao Grupo CAJUS, conforme descrito na parte três do trabalho, e de suas ações no Grupo, bem como a sua permanência ou não no mesmo e no campo. Percebeu-se como esse jovem se adapta aos novos estilos de vida e novas formas de olhar as

dificuldades, criando novos estilos de vivência no campo; está inserido nas novas tecnologias, tem acesso às redes sociais, possuem carro, cursam ensino superior, buscam lazer dentro e fora do assentamento, fazem parte de grupos de amizade fora do assentamento e dialogam com o mundo globalizado.

Quando a pesquisa com o Grupo CAJUS teve início, foram levantados questionamentos que tornaram o projeto de pesquisa pertinente: o jovem quer continuar no campo? O jovem gosta do campo? O jovem quer explorar novas formas de produção, como, por exemplo, os sistemas agroflorestais? Essas perguntas foram sendo respondidas ao longo da pesquisa, com a análise de dados e a participação nas ações do Grupo CAJUS. Conclui-se que o jovem quer sim continuar no campo, ele quer continuar os ideais dos pais, ele quer continuar a viver na comunidade em que cresceu, mas ele quer também estudar, se profissionalizar e trazer novas técnicas para utilização na agricultura familiar.

Os pais, participantes da pesquisa, demonstraram preocupação acerca da continuidade da agricultura familiar e do assentamento. Os sete pais entrevistados, com exceção de um, tinham conhecimento da existência do Grupo CAJUS, dando apoio aos jovens e motivando-os tanto em palavras como na participação das reuniões do Grupo e na abertura de seus lotes individuais para a prática das ações coletivas do Grupo. Os pais mostraram-se conscientes das dificuldades existentes no campo, agravadas pela falta de apoio de políticas e serviços do Estado, mas insistiram na importância da ação coletiva da juventude para vencer tais dificuldades, com a esperança de juntos conseguirem acessar formas de promover a melhoria da vida no assentamento. Conforme a Tabela 23, os pais dos jovens ensinaram a agricultura familiar aos filhos desde cedo e, portanto, não há ausência quanto ao papel dos pais no processo de sucessão rural, pelo contrário, é um sonho dos pais que o jovem continue as atividades do lote.

Os líderes da associação e cooperativas, também participantes da pesquisa, demonstraram descontentamento com o cenário atual do meio rural, as dificuldades enfrentadas pela falta de políticas públicas para o desenvolvimento do assentamento e principalmente pelas incertezas acerca do futuro da juventude assentada. Os líderes apoiaram os jovens na sua formação enquanto coletivo e acataram o pedido de utilização de um hectare de terra na área comunitária para que eles pudessem formar seu SAF coletivo. Essa liderança têm conhecimento das dificuldades dos jovens, e a falta de programas e serviços do Estado que incentivem a sua permanência no assentamento.

Os pais dos jovens assentados compreendem a necessidade da busca por alternativas de vida na cidade. Expressaram o medo deste jovem ir embora, casar, ter filhos e não voltar para

o assentamento, o medo da violência que existe na cidade e a preocupação com o cansaço do jovem que viaja todos os dias, desce na estrada e anda quilômetros e pé até chegar em seu lote, enfrentando frio, calor, sol, chuva. O fato do jovem ter que ir trabalhar na cidade em busca de sustentabilidade econômica para si e para ajudar a familiar, em conjunto com a ausência de políticas públicas e até mesmo a falta de autonomia desse jovem, atrapalha o processo de sucessão rural no assentamento Sepé Tiarajú. O jovem acaba se distanciando das atividades do lote e do processo de aprendizagem da agricultura familiar.

Observou-se a dificuldade dos pais e das cooperativas e associação em acessar programas como o PRONAF e o PNAE. A maioria dos agricultores teve acesso ao empréstimo inicial do PRONAF destinado aos assentamentos, mas atualmente está com problemas no pagamento das parcelas. A quase total extinção do PAA, um importante canal de comercialização e renda para os assentados, devido as crises políticas do Estado, a extinção do MDA e as interferências no funcionamento da CONAB, diminuiu a renda das famílias e dificultou o pagamento do crédito rural, bloqueando novos empréstimos que permitiriam mais investimentos no lote. Sobrevivendo apenas das vendas de seus produtos para atravessadores, feiras e ainda clientes que se dispõem a buscar os produtos no assentamento, as famílias se tornam mais dependentes do aporte de recursos proporcionados pelo trabalho dos jovens na cidade.

Atualmente a associação se uniu com duas das cooperativas do assentamento para se fortalecerem e darem continuidade ao trabalho realizado, tentando vencer as dificuldades políticas, econômicas e sociais, inclusive os entraves da burocracia na liberação do alvará de funcionamento das agroindústrias que foram construídas durante o projeto “Fortalecimento de uso de sistemas agroflorestais como alternativa de produção sustentável no Assentamento Sepé Tiarajú”. Unidas, buscam a desburocratização, o apoio da prefeitura de Serra Azul e a assessoria técnica das nutricionistas do município na obtenção do importante alvará, permitindo assim o funcionamento dessas benfeitorias coletivas e promovendo um crescimento na produção do assentamento e oferta de trabalho e renda aos jovens assentados.

A partir da pesquisa realizada no Sepé, conseguiu - se observar que as políticas públicas existentes para a juventude rural estão muito distantes da realidade do assentamento. Os belos objetivos do Plano Nacional da Juventude e Sucessão Rural nunca saíram do papel e programas como o PRONAF Jovem ou Minha Primeira Terra, dependem da adimplência do titular do lote ou do apoio e assistência do INCRA para serem acessados. Os pais dos jovens e líderes do assentamento gostariam de poder ajudar mais a juventude, porém se veem limitados devido à

falta de programas para alavancar as vendas de seus produtos e permitir investimentos para ajudar seus filhos no processo de emancipação social.

A falta de alternativas no campo faz com que o jovem se direcione para a cidade e se lance no mercado de trabalho, encontrando muitas vezes apenas trabalho não qualificado e precário, devido a sua pouca formação escolar, cujo salário mal chega para ajudar a família e pagar suas contas e não permite lançar um olhar para o futuro com prazer e felicidade. Essa busca por trabalho na cidade ajudou na geração dos conflitos internos no Grupo CAJUS, já que os participantes muitas vezes não podiam honrar a agenda marcada de ações do Grupo, dissipando a continuidade do mesmo.

O Grupo CAJUS continua existindo oficialmente, embora tenham parado com as reuniões e ações coletivas, o que, ao mesmo neste momento, inviabiliza a realização do SAF na área coletiva, e compromete o sonho de um movimento coletivo jovem que pudesse reverter a tendência de esvaziamento do campo e protagonizar o surgimento de uma nova agricultura familiar. No entanto, os jovens continuam participando de eventos realizados no assentamento como alguns dias de campo e as “Vivências” organizadas pela EMBRAPA com a presença de jovens e adultos de diferentes lugares e profissões. Mesmo que o Grupo CAJUS não realize mais as reuniões quinzenais, há um sentimento de pertencimento desses jovens, principalmente quando se encontram nesses eventos coletivos do assentamento, e são reconhecidos como os jovens do Grupo CAJUS. Esta identidade é importante para eles, para que possam cultivar sempre a busca pela autonomia e pela realização de novas ações em prol do fortalecimento da juventude do Sepé.

Concluí-se que não só é necessário repensar a forma como as políticas públicas são criadas, como também repensar a participação das assessorias, projetos de extensão e demais programas de apoio presentes no assentamento; a sua pertinência para as famílias assentadas e alinhamento com as reais necessidades do meio rural. Um programa eficiente de política pública deve ser prático, acessível, de fácil compreensão e aplicabilidade e deve, sobretudo, intensificar o processo de construção social, econômica e política dos sujeitos a quem se destina, fazendo prosperar a vida do mesmo no campo ou na cidade. Este prosperar proporciona ao jovem um futuro, razões para lutar e esperança no porvir. Porém, as assessorias e demais apoiadores da implementação de programas de políticas públicas devem criar mecanismos de construção da autonomia dos sujeitos, enquanto protagonistas do próprio processo de emancipação social, que impeçam o desmonte dos projetos quando terminam essa assessoria e o apoio

Estas políticas devem vir acompanhadas de uma assistência técnica eficaz e presente nos assentamentos, que acompanhe a inserção e pratica de seus programas no meio rural, driblando as dificuldades dos assentados por meio de visitas, formações, intercâmbios e representação dos assentamentos em instâncias representativas municipais, estaduais e nacionais. Essa assistência fortaleceria os pais e conseqüentemente os jovens, pois como pensar nos jovens se seus pais estão sem forças de continuar?

Como colocado por Altieri (2012), é necessário enfatizar a capacidade das comunidades locais para experimentar, avaliar e expandir seu poder de inovação por meio da pesquisa de agricultor a agricultor, e utilização de ferramentas de extensão baseadas em relações mais horizontais entre os atores, ou seja, é preciso uma relação mais forte entre os atores sociais, mas para isso é preciso um apoio maior e mais eficaz por parte do Estado e seus representantes.

A comunidade do assentamento Sepé Tiarajú, principalmente a juventude, não espera uma receita pronta a ser seguida, nem tampouco que deixem pronto para eles um guia passo a passo do que deve ser feito, mas sim a possibilidade de acessar programas e serviços do Estado, com assessoramento e acompanhamento, permitindo que a comunidade tenha maior união, e se fortaleça na busca da autonomia econômica, social e política tão almejada.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W; BRANCO, P. P. M. Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005, 448 pp.

ABRAMOVAY, R. As armadilhas da pequena produção. *Informações Econômicas*, SP, 22(supl.1):23-30, 1993.

_____, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: LEITE, Sisnando Pedro et alli (orgs.) *Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável*. Ministério do Desenvolvimento Agrário: Brasília, 2000.

_____, R et al. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília, DF: UNESCO, 1998.

_____, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1991, 275.

ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba: Ed. Agropecuária, 2012.

AROYO, M.G.; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. *Por uma educação do campo*. Petropolis: Vozes, 2004.

BARCELLOS, S. B. *A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil e os elementos constitutivos desse processo social – Mundo Agrário*, 2015.

_____, Sérgio Botton. *A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social*. Tese (Doutorado em CPDA) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2014. Disponível em: < <http://r1.ufrrj.br/cpda/wp-content/uploads/2014/10/Tese-Sergio-Botton-Barcellos.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

BERGAMASCO, S. M; NORDER, L.A.C. *O que São Assentamentos Rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996. 87 p.

BOURDIEU, P. *A juventude é apenas uma palavra*. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

_____, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro. Editora Bertrand, 2001. 311p.

BRANDAO. C. R. *Pesquisa participante*, 5. ed.. São Paulo: Brasiliense, 1985, 211p.

_____. *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1985, 252p.

_____. *Reflexões sobre como fazer trabalho de campo*. *Revista Sociedade e Cultura*, V. 10, N. 1, Jan./Jun. 2007, p. 11-27.

BRANT, V. C. *A questão agrária e o momento atual: diferenças de concepção ou de estratégia*. Campinas, 10(4/5):115-119, jul./ago. - set./out. 1980.

BRASIL, CARTILHA NACIONAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE. Disponível em

<http://cmjniteroi.org.br/centralsolidaria/downloads/cartilha_politicas_publicas_para_juventude_2013.pdf>, acesso em 01/02/2018.

_____, CONAB. Disponível em <<https://www.conab.gov.br/index.php/agricultura-familiar>>, acesso em 10/04/2018.

_____, CONJUVE. Disponível em < <http://juventude.gov.br/conjuve>>, acesso em 01/02/2018.

_____, CONTRAF. Disponível em <<http://contrafbrasil.org.br/noticias/corte-no-orcamento-de-2018-deixa-reforma-agraria-por-um-fio-dd6c/>>, acesso em 09/05/2018.

_____, DECRETO Nº 4.887 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>, acesso em 01/02/2018.

_____, DT 69/2008. Disponível em <<https://www.legisweb.com.br>>, acesso em 01/03/2018.

_____, ESTATUTO DA TERRA. Disponível em < <http://www.planalto.gov.br> >, acesso em 01/02/2018.

BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Desenvolvimento rural no seminário brasileiro: transformações recentes, desafios e perspectivas. Confins. Revue Franco-Brésilienne de Géographie, n. 19, 2013.

_____, INCRA. Disponível em < <http://www.incra.gov.br>>. Acesso em 15/04/2018.

_____, INCRA. Assentamento Sepé Tiaraju: planta topográfica de locação. 2005. 1 mapa, digital. Escala 1:10.000. Disponível em < <http://www.incra.gov.br>>. Acesso em 15/04/2018.

_____, LEI Nº 3.353, DE 13 DE MAIO DE 1888. Disponível em < <http://www.planalto.gov.br> >. Acesso em 17/04/2018.

_____, LEI Nº 8060 DE 13 DE JULHO DE 1990. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>, acesso em 01/02/2018.

_____, LEI Nº 10.097 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>, acesso em 01/02/2018.

_____, MDA. Disponível em < <http://www.mda.gov.br> >, acesso em 01/02/2018.

_____, MST. Disponível em < <http://www.mst.org.br/historia/>>. Acesso em 20/04/2018.

_____, PLANO NACIONAL DA JUVENTUDE E SUCESSÃO RURAL . Disponível em < <http://www.mda.gov.br> >, acesso em 01/02/2018.

_____, PORTAL DA SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE . Disponível em < <http://participatorio.juventude.gov.br>>, acesso em 01/02/2018.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E. G. Jovens rurais em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p.35-52.

BRUNO J S'installer en agriculture familiale entre la logique entrepreneuriale et patrimoniale; les enseignements d'une étude sur le transfert intergénérationnel des fermes. Rio de Janeiro, IRSA. (Comunicação ao X Congresso Mundial de Sociologia Rural), 2000.

CAMARGO, R. A. L. e OLIVEIRA, J. T. A. Agricultura familiar, multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: interfaces de uma realidade complexa. *Ciência Rural*, Santa Maria, v.42, n.9, p. 1707-1714, 2012.

CAPORAL, F.R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. Brasília: MDA/SAF, 2009.

CARNEIRO, M. J Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, Roberto José; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. (Org.). *Mundo Rural e Cultura*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 223-239.

_____. Política Pública e Agricultura Familiar: uma leitura do PRONAF. In: *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, no. 8, abril 1997.

_____. Política Pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2013.

_____. *Ruralidade: novas identidades em construção*. Natal. 1998

_____, E. G. C. *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO, E. G. de. *Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural*. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.

_____,E. G. de. *Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político*. *Revista Latinoam.cienc.soc.nines.juv7(1)*: 179-208, 2009.

_____, E. G. de et al. *Os jovens estão indo embora?* Editora Mauad, 2009.

_____, E.G de. *PNRA e juventude rural: 30 anos depois – balanço e apontamentos em um contexto de ruptura institucional*. *Retratos de Assentamento*. v.19, n.2, 2016. pp. 98-124. Disponível em: <http://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/240>. Acesso em: 07 mai.2018.

CHAGAS, A. T. R. O questionário na pesquisa científica. Revista Fecap. 2000

CHAYANOV, A. V. La organización de la unidad económica campesina. Buenos Aires, Nueva Vision, 1974.

CORDEIRO, G. M. ; SANTOS, S. J. P. . Corrected Wald test statistics for one-parameter exponential family models. Communications in Statistics: Theory and Methods, Estados Unidos, v. 28, p. 1391-1414, 1999. Apud. in: <http://www.utfpr.edu.br/estrutura-universitaria/pro-reitorias/prorec/diretoria-de-extensao/pde-turma-2014-2015/material-de-metodologia-da-pesquisa-divulgado-05-09-2014>

DANIEL, O.; Couto, L.; Garcia, R.; Passos, C.A.M. 1999. Proposta para padronização da terminologia empregada em sistemas agroflorestais no Brasil. Revista *Árvore*, 23(3): 367-370.

DAYRELL, Juarez e ALVES, Maria Zenaide. Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida. P. 375 – 390. 2015.

DELGADO, G. Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual. Editado por Luiz Octávio Ramos Filho e Osvaldo Aly Júnior. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2005.

DEMO, P. Metodologia do Conhecimento Científico. São Paulo: Atlas, 1981. 159p.

DE TONI, J. Reflexões sobre as possibilidades do planejamento no setor público — do Orçamento Participativo ao planejamento estratégico. Ensaio FEE. Porto Alegre. v. 23. no 02. p. 949-976. 2002.

DIÓGENES, G. Cartografias da Cultura e da Violência – gangues, galeras e o Movimento hip hop. São Paulo: Annablume, Fortaleza: Secretaria da Cultura e do Desporto, 1998.

ESTEVES, L. C. G., & ABRAMOVAY, M. (2007). Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In M. ABRAMOVAY, E. R. ANDRADE & L. C. ESTEVES (Orgs.), *Juventudes: outros olhares sobre a diversidade* (pp. 21-56). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO.

FERRANTE. V. L. S. B. A Chama Verde dos Canaviais: uma história de lutas dos boias-frias. 1991. p. 524.

FERNANDES, B. M. MST: Formação e territorialização. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

FREITAS, M. É A. et al. Observação e diário de campo: técnicas utilizadas no estágio da disciplina administração em enfermagem. Revista Baiana de Enfermagem, Salvador, v. 20, n. 1/2/3, p. 11-18, jan/dez 2006.

GARCIA, R.C. A Reorganização do Processo de Planejamento do Governo Federal: O PPA 2000-2003. Brasília: IPEA, 2000.

_____. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n.23, jun.2001.

_____. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n.23, jun.2001.

GUILHOTO, J. J. M., FURTUOSO, M. C. O., BARROS, G. S. C. O agronegócio na economia brasileira – 1994 a 1999. Piracicaba: Relatório de Pesquisa ESALQ-USP/CEPEA, CNA, 2000.

GUZMÁN, E.S. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. Pp35-45. In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.2, n.1, jan/mar 2001.

HAGUETE, T. M. F. Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis: Vozes, 1987, 163p.

JOLLIVET, M. Pour une science sociale à travers champs; paysannerie, capitalisme (France XXe Siècle). Paris, Arguments, 2001.

LEWGOY, A. M. B.; ARRUDA, M. P. Novas tecnologias na prática profissional do professor universitário: a experiência do diário digital. Revista Textos e Contextos: coletâneas em Serviço Social, Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 2. 2004, p. 115-130.

LISITA, F. O. Considerações sobre a extensão rural no Brasil. EMBRAPA Pantanal, 2005.

LOPES, L. G. R., CARVALHO, D. B. de. Dinâmica Temporal do Assentamento e os Projetos de Vida da Juventude Rural. Universidade Federal do Piauí, 2015.

_____, J. R.B. Produtores em São Paulo. , Campinas, 10(4/5):85-88, jul./ago. - set./out. 1980.

LOURENZANI, W.L, PINTO, L.B. Proposta metodológica para a capacitação gerencial de agricultores familiares. XLIV Congresso da SOBER: “Questões agrárias, educação no campo e desenvolvimento.” Unesp Campus Tupã, 2006.

MATTEI, L. A Política Agrária e os retrocessos do Governo Temer. Revista OKARA: Geografia em debate, v.12, n.2, p. 293-307, 2018. João Pessoa, PB, DGEOC/CCEN/UFPB – <http://www.okara.ufpb.br>

MINAYO, M. C. de S. O Desafio do Conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. 2ª ed. SP: HUCITEC/ RJ: ABRASCO, 1993

MOURA, N. F. de, FERRARI, E. A. Juventudes e agroecologia: a construção da permanência no campo na zona da mata mineira. – Rio de Janeiro: ANA; Viçosa: CTA-ZM, 2016. 64 p.: il. color.: 28 cm.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (2001). Desemprego juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais. Brasília: OIT.

QUEIRÓS, J. et al. Não, não somos jornalistas. Uma introdução à utilização do diário de campo e da fotografia na pesquisa sociológica. Comunicação apresentada na Conferência Etnografias em Contexto Urbano: quatro estudos de caso, organizada pelo Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto a 8 de Março de 2006.

RAFFESTIN, C. Por Uma Geografia do Poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RIBAS, A. D. MST: Reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados. Unesp. P. 45-58, 1998.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHMIDT, M. L. S. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. Psicologia Usp. 2006.

SCHNEIDER S., CAZELLA, A. A. e MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In:

_____, S.; KUNRATH SILVA, M.; MORUZZI MARQUES, P. E. (Orgs.). Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre-RS, Editora da UFRGS, 2004, 252p., p. 21-49. (Série Estudos Rurais).

SCOPINHO, R. A. (et al.). Experiência, Memória e Luta dos Assentados do Sepé Tiarajú em torno da Produção Orgânica e Agroecológica, 2009.

SCOPINHO, R. A. (et al.). Entre o legal e o Real: Assentamentos Rurais do tipo PDS na Macrorregião de Ribeirão Preto. Retratos de Assentamento, v.19, 2016 p.41.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE (SNJ). Relatório do 1o Seminário Nacional de Juventude Rural e Políticas Públicas. Brasília - DF, 2012. Disponível em: <<http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/1o-seminario-nacional-juventude-rural-e-politicas-publicas/view>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

SEVERI, F. C. Experiência, memória e autonomia em um assentamento de reforma agrária na região de Ribeirão Preto-SP. USP Ribeirão Preto, 2010.

_____, R. A. et al. O processo organizativo do assentamento Sepé Tiaraju: novos ânimos no cenário dos movimentos sociais na região de Ribeirão Preto. Reforma Agrária, Revista da ABRA, São Paulo, v. 34, nº 1, p. 149-176, jan-jun 2007.

SILVA, L. H. A Relação Escola-Família no Universo das Experiências Brasileiras de Formação em Alternância. Tese de Doutorado, São Paulo/SP: PUC, 2000.

STROPASOLAS, V. L. A dimensão da diversidade social na concepção de políticas públicas para a juventude rural. In: MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton. (orgs.). Juventude rural e políticas públicas no Brasil. Brasília: Presidência da República, 2014, p. 178-196.

THIOLLENT, M. ARAÚJO FILHO, T.; SOARES, R. L. S. (org.). Metodologia e experiências em projetos de extensão. Niterói: EdUFF, 2000. 341p.

TROIAN, A.; KLEIN, A. L.; DALCIN, D. Relato de caso: novidades e inovações na agricultura familiar: debates e discussões da produção de tecnologias. Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável. Viçosa/MG, v.1, n.1, p. 6-17, julho, 2011. Disponível

em:<http://www.rbas.com.br/downloads.php?arquivo=pdf/revista_3_artigo_48.pdf>. Acesso em: 06 de Mar. 2018.

UNESCO (2004). Políticas públicas de/para/com juventudes. Brasília: UNESCO. Waiselfisz, J. J. (2004). Relatório de desenvolvimento juvenil 2003. Brasília:UNESCO.

VASCONCELOS, E. M. et al. Caderno de extensão popular: textos de referência para a extensão universitária. Projeto de pesquisa e extensão VEPOP-SUS Vivências de extensão em Educação Popular e saúde no SUS / Ernande Valentin do Prado, et.al. (organizadores). - João Pessoa: Editora do CCTA, 2017. 500 p.

VASQUEZ, G. C. F. Experiência e luta pela terra: o assentamento Sepé Tiaraju e o MST. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, 2009.

VEIGA, J. E. da. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. São Paulo: EDUSP/Hucitec, 1981. 219 pp. (Estudos Rurais 11).

_____, J. E. da. O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: Convênio FIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

VILELA, D et al. O agronegócio do leite e políticas públicas para o seu desenvolvimento sustentável. Ed. 1, v. 1, Juiz de Fora: EMBRAPA Gado de Leite, 2002, p. 546.

WANDERLEY, M. N. B.. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. Em publicação: Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001.

WOLFORD, W. "Participatory democracy by default: land reform, social movements and the State in Brazil". The Journal of Peasant Studies, 2010. v. 37, n. 1, pp. 91-109.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO - JUVENTUDE AGROECOLÓGICA

Nome (Opcional): _____

Data: ____/____/____

Núcleo: _____

1 – Você tem quantos anos?

menos que 15 entre 15 e 19 anos entre 20 e 24 anos acima de 24 anos

2 – Qual sua formação escolar você tem?

- ensino fundamental concluído ensino fundamental incompleto
 ensino médio concluído ensino médio incompleto
 ensino técnico concluído ensino técnico incompleto
 ensino superior concluído ensino superior incompleto
 não possui formação cursos de formação profissionalizante

Quais? _____

Outros: _____

3 – Identifique as pessoas que residem em sua residência?

Grau de Parentesco	Idade	Trabalha no lote	Trabalha fora do lote

4 – Desde quando você mora no assentamento? _____

5 – De onde vocês vieram, antes de morar no assentamento? _____

6 – Quais as atividades agrícolas e pecuárias são realizadas em seu lote? _____

7 – Em seu lote tem SAF? SIM NÃO

8 – Você ajuda nas atividades do lote? Que atividade você realiza? _____

9 – Das atividades realizadas, quais você gosta e quais você não gosta? _____

10 – Das atividades realizadas, quais você menos gosta? _____

11 – Quais as maiores dificuldades de trabalhar no lote?

12 – Você realiza algum trabalho fora do lote?

13 – Com que idade você aprendeu a trabalhar na agricultura?

14 – Quem lhe ensinou a trabalhar com a agricultura?

15 – Você gosta de morar no assentamento? Por que?

16 – O que falta no assentamento para ele ser melhor?

17 – Como o assentamento poderia melhorar?

18 – O que fez você entrar no Grupo CAJUS ?

19 – Quais as maiores dificuldades do Grupo CAJUS ?

20 – O que o Grupo CAJUS tem de melhor?

21 – Pretende continuar estudando? O que? Por que?

22 – O que você mais gosta na cidade? O que você não gosta na cidade?

23 – O que você mais gosta no assentamento?

24 – Com relação ao seu trabalho e renda, responda o quadro abaixo:

Atividade	No assentamento	Fora do Assentamento	Permanente	Temporária	Dias da semana

25 – Responda as perguntas abaixo sobre você:

Tem carro? SIM NÃO
 Tem celular? SIM NÃO
 Tem bicicleta? SIM NÃO

Tem moto? SIM NÃO
 Tem acesso a internet? SIM NÃO
 Tem redes sociais? SIM NÃO

Pratica esportes? SIM NÃO

Quais? _____
 No assentamento ou na cidade? _____

Tem atividades de lazer? SIM NÃO

Quais? _____
 No assentamento ou na cidade? _____

SAF = Sistema Agroflorestal

CAJUS = Coletivo Agroecológico da Juventude do Sepé

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO - BIÓLOGAS**Nome (Opcional):** _____**Data:** _____ / _____ / _____

1 – Qual sua formação?

2 – O que motivou você a estar no Sepé Tiarajú? Qual o seu vínculo com o Sepé?

3 – Quais as atividades desenvolvidas por você no Sepé?

4 – Você participou da Criação do Grupo CAJUS?

5 – Você acredita no Grupo CAJUS?

6 – Qual tem sido o seu papel na assessoria ao Grupo CAJUS?

7 – Você tem colaborado com o Grupo CAJUS na criação do SAF? De que forma?

8 – Qual tem sido o seu papel na intermediação de conflitos da juventude do Grupo CAJUS?

9 - Qual sua visão relacionado ao futuro do Grupo CAJUS ?

10- Você acredita que o Grupo CAJUS irá realizar a Sucessão Rural no Sepé?

11 – Quais os pontos de melhoria a ser desenvolvidos nos integrantes do Grupo CAJUS?

12 – Você conhece e tem acesso as Políticas Públicas disponíveis para o Sepé e para o Grupo CAJUS?

13 – Você tem ministrado cursos profissionalizantes ou praticas da agricultura familiar junto ao Grupo CAJUS? Quais?

14 – Se sim, como tem sido a participação do Grupo CAJUS nestas atividades?

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO - ASSESSORIA EMBRAPA**Nome (Opcional):** _____**Data:** ____/____/____

1 – Qual sua função na EMBRAPA?

2 – Qual sua formação escolar?

 ensino fundamental concluído ensino fundamental incompleto ensino médio concluído ensino médio incompleto ensino técnico concluído ensino técnico incompleto ensino superior concluído ensino superior incompleto não possui formação cursos de formação profissionalizante

Quais? _____

Outros: _____

3 – O que motivou a EMBRAPA a estar no Sepé Tiarajú? Qual o seu vínculo com o Sepé?

4 – Quais as atividades da EMBRAPA no Sepé?

5 – A EMBRAPA participou da Criação do Grupo CAJUS?

6 – A EMBRAPA acredita no Grupo CAJUS?

7 – Qual tem sido o papel da EMBRAPA na assessoria ao Grupo CAJUS?

8 – A EMBRAPA tem colaborado com o Grupo CAJUS na criação do SAF? De que forma?

9 – Qual tem sido o papel da EMBRAPA na intermediação de conflitos da juventude do Grupo CAJUS?

10 - Qual sua visão relacionado ao futuro do Grupo CAJUS ?

11– Você acredita que o Grupo CAJUS irá realizar a Sucessão Rural no Sepé?

12 – Quais os pontos de melhoria a ser desenvolvidos nos integrantes do Grupo CAJUS?

13 – Você conhece e tem acesso as Políticas Públicas disponíveis para o Sepé e para o Grupo CAJUS?

14 – A EMBRAPA tem ministrado cursos profissionalizantes ao Grupo CAJUS? Quais?

15 – Se sim, como foi a participação do Grupo CAJUS no curso?

EMBRAPA = Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

APÊNDICE D - QUESTIONÁRIO GRUPO CAJUS**Nome (Opcional):** _____**Data:** ____/____/____**Núcleo:** _____

1 – Qual sua visão sobre o Grupo CAJUS atualmente? Você continua participando do Grupo?

2 – Houve conflitos entre os jovens que participam ou participavam do Grupo CAJUS? Se sim, qual (is) a (s) causa (s)?

3 – Se houve conflitos, como eles foram resolvidos? Alguém ajudou na resolução dos conflitos?

4 – Quais as dificuldades encontradas pelo Grupo CAJUS?

5 – Os objetivos traçados pelo Grupo CAJUS no início estão sendo alcançados? Por que?

6 – O Grupo CAJUS pretende continuar suas atividades? Por que?

7 – Que atividades o Grupo CAJUS planeja para o futuro?

APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO - LÍDERES DAS COOPERATIVAS**Nome (Opcional):** _____**Data:** ____/____/____**Núcleo:** _____**Apresentação do Pesquisador e Orientador****Apresentação do Projeto de Pesquisa e Objetivos**

1 – Qual seu cargo ocupado e há quanto tempo?

2 – Qual a sua cooperativa? Desde quando existe a cooperativa?

3 – Qual a atividade principal da cooperativa?

4 – Quantos assentados ou agricultores familiares pertencem a esta cooperativa?

5 – As vendas são feitas para quais clientes? Onde? O que é vendido?

6 – De que forma as vendas são realizadas?

7 – Vocês possuem algum apoio de Política Pública por parte do Estado no processo de cultivo e venda? Vocês participam do PPA, PNAE, Projeto Microbacias ou outro projeto de políticas públicas. Recebem assistência técnica e de quem, e se recebem apoio de universidades, órgãos públicos (como a EMBRAPA) ou do Sistema S (Sebrae, Senar, etc.)

8 – Quais os anseios para o futuro? Planos e preocupações.

9 – Vocês atuam em lote coletivo?

10 – Vocês sabem da existência do Grupo CAJUS ? O que pensam a respeito do Grupo?

11 – Quais as dificuldades que são enfrentadas atualmente?

APÊNDICE F - QUESTIONÁRIO - PAIS DOS JOVENS DO CAJUS**Nome (Opcional):** _____**Data:** ____/____/____**Núcleo:** _____**Apresentação do Pesquisador e Orientador
Apresentação do Projeto de Pesquisa e Objetivos**

1 – Qual seu nome? Qual seu núcleo?

2 – Vocês participaram da luta pela terra no início do Sepé?

3 – Vocês vieram de onde, antes de morar no Sepé?

4 – Quais as maiores dificuldades encontradas quando chegaram?

5 – Qual era o maior sonho quando vieram para o Sepé?

6 – Vocês possuem agricultura familiar no lote?

7 – O que vocês plantam?

8 – Participam de políticas públicas para venda e apoio a agricultura familiar?

9 – Sabem da existência do Grupo CAJUS formado pelos jovens?

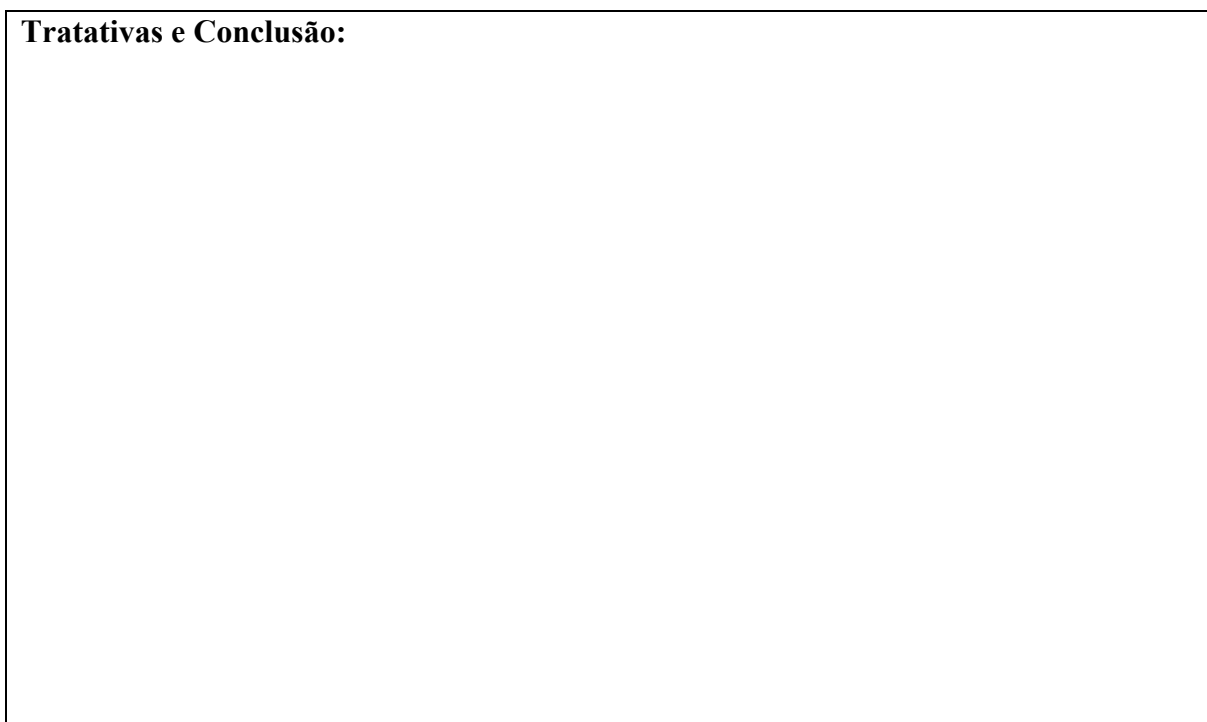
10 - Qual sua opinião sobre o Grupo CAJUS?

11 – O que vocês pensam sobre a sucessão do lote para o futuro?

APÊNDICE G – DIÁRIO DE CAMPO

Data:	
Local:	
Hora Início:	
Hora Término:	

Sujeitos Observados:**Pauta Inicial da Reunião:****Relatos da Observação:**

**Tratativas e Conclusão:**

APÊNDICE H – LOGOMARCA DO GRUPO CAJUS

Figura 14 – Logomarca do Grupo CAJUS



Fonte: Acervo Grupo CAJUS (2018)